



# ADJUNTO ÀS LAGOAS DE MEU PIAUÍ

Celito Kesting  
Alvandyr Dantas Bezerra  
Rafael B. R. Siqueira Negreiros





**CELITO KESTERING  
ALVANDYR DANTAS BEZERRA  
RAFAEL BARRETO RUBEN SIQUEIRA NEGREIROS**

**ADJUNTO ÀS LAGOAS  
DE MEU PIAUÍ**

  
**Pedro & João**  
editores

## Copyright © Autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

---

**Celito Kesting; Alvandyr Dantas Bezerra; Rafael Barreto Ruben Siqueira Negreiros**

**Adjunto às Lagoas de Meu Piauí.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 316p. 14 x 21 cm.

**ISBN: 978-65-265-0518-2 [Impresso]**

**978-65-265-0519-9 [Digital]**

1. Arqueologia. 2. Antropologia. 3. História. 4. Patrimônio. 5. Autor. I. Título.

---

CDD – 930

**Capa:** Celito Kesting

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

### **Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Não era para ter acontecido isso. Isso aqui era para eles terem chegado e visto o que é que o povo queria. Não era? Não era para terem chegado e matado o pessoal todo aí. Não, essa gente queria uma melhora. Queria mudar qualquer coisa. (GREGÓRIO MANOEL RODRIGUES, 2015).



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>QUILOMBO LAGOAS DO PIAUÍ</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Roda de Capoeira</b> .....	<b>22</b>
2.1.1	Estilo de Angola .....	31
2.1.2	Estilo Regional Baiano .....	32
2.1.3	Estilo Maculelê .....	33
2.1.4	Estilo Contemporâneo .....	33
2.1.5	Roda de Capoeira no Quilombo Lagoas .....	35
<b>2.2</b>	<b>Dança de Raíz Africana</b> .....	<b>37</b>
<b>2.3</b>	<b>Roda de São Gonçalo</b> .....	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b> ..	<b>47</b>
<b>3.1</b>	<b>Geologia</b> .....	<b>48</b>
<b>3.2</b>	<b>Geomorfologia</b> .....	<b>52</b>
<b>3.3</b>	<b>Recursos Hídricos</b> .....	<b>59</b>
<b>3.4</b>	<b>Solos</b> .....	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>HECATOMBE GENOCIDA DO SÉCULO XVII</b> ....	<b>69</b>
<b>5</b>	<b>GUERRA DA TELHA</b> .....	<b>81</b>
<b>6</b>	<b>GUERRA DO PAU DE COLHER</b> .....	<b>103</b>
<b>7</b>	<b>EXPURGO HUMANO DA SERRA NOVA</b> .....	<b>131</b>
<b>8</b>	<b>ATIVIDADES PROSPECTIVAS</b> .....	<b>143</b>
<b>8.1</b>	<b>Bloco Fartura</b> .....	<b>146</b>
8.1.1	Fazenda Barrinha .....	146
8.1.2	Prospecção .....	151
8.1.3	Sítios Arqueológicos .....	167
8.1.3.1	<i>Cruzeiro da Plantinha</i> .....	168
8.1.3.2	<i>Casa de Manezinho Reis</i> .....	169
8.1.3.3	<i>Vereda da Cupira</i> .....	173
8.1.3.4	<i>Lajedo dos Pilões</i> .....	176
8.1.4	Recomendações .....	176

<b>8.2</b>	<b>Bloco Serrinha 1</b> .....	178
8.2.1	Sítio Poço d'Anta .....	179
8.2.2	Prospecção .....	183
8.2.3	Sítios Arqueológicos .....	191
8.2.3.1	<i>Túmulo de Ladislau Paes Landim</i> .....	192
8.2.3.2	<i>Memorial da Hecatombe Genocida</i> .....	193
8.2.3.3	<i>Igreja de São Lourenço do Piauí</i> .....	193
8.2.4	Recomendações .....	193
<b>8.3</b>	<b>Bloco Serrinha 2</b> .....	195
8.3.1	Fazenda Campo Formoso .....	196
8.3.2	Prospecção .....	196
8.3.3	Sítios Arqueológicos .....	208
8.3.3.1	<i>Campo Formoso</i> .....	208
8.3.3.2	<i>Olho d'Água</i> .....	209
8.3.4	Recomendações .....	211
<b>8.4</b>	<b>Bloco Serrinha 3</b> .....	211
8.4.1	Fazenda Lagoa da Silvéria .....	212
8.4.2	Prospecção .....	213
8.4.3	Sítios Arqueológicos .....	223
8.4.3.1	<i>Morro Alto</i> .....	224
8.4.3.2	<i>Lagoa da Silvéria</i> .....	225
8.4.4	Recomendações .....	226
<b>8.5</b>	<b>Bloco Bonfim</b> .....	227
8.5.1	Fazenda Conceição .....	228
8.5.2	Prospecção .....	230
8.5.3	Sítio Arqueológico .....	233
8.5.3.1	<i>Recomendações</i> .....	240
<b>8.6</b>	<b>Bloco Serra do Ó</b> .....	242
8.6.1	Fazenda Barreirinho .....	243
8.6.2	Prospecção .....	244
8.6.3	Sítio Arqueológico .....	257
8.6.3.1	<i>Casa do Velho Alfredo</i> .....	257
8.6.3.2	<i>Oficina Lítica do Morro do Alfredo</i> .....	259
8.6.4	Recomendações .....	259
<b>8.7</b>	<b>Bloco Dirceu 1</b> .....	260
8.7.1	Recomendações .....	261
<b>8.8</b>	<b>Bloco Dirceu 2</b> .....	261
8.8.1	Fazenda Lagoa do Juá .....	262

8.8.2	Prospecção .....	264
8.8.3	Sítios Arqueológicos .....	272
8.8.3.1	<i>Recomendações</i> .....	274
<b>8.9</b>	<b>Bloco Dirceu 3</b> .....	276
8.9.1	Fazenda Lagoa do Serrote .....	276
8.9.2	Prospecção .....	277
8.9.3	Sítio Arqueológico .....	286
8.9.3.1	<i>Recomendações</i> .....	286
<b>9</b>	<b>TRABALHO DE LABORATÓRIO</b> .....	287
<b>10</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	297
<b>10.1</b>	<b>Antes da Implantação do Projeto</b> .....	297
10.1.1	Traslado do Cruzeiro da Plantinha .....	297
10.1.2	Resgate do Sítio Vereda da Cupira .....	297
10.1.3	Resgate do Sítio Campo Formoso .....	298
10.1.4	Resgate do Sítio Morro Alto .....	298
10.1.5	Delimitação da Área Sagrada da Cova da Tia .....	298
10.1.6	Resgate do Sítio Morro de Alfredo .....	299
10.1.7	Termo de Compromisso .....	299
10.1.8	Resgate do Sítio Poço do Juá .....	300
10.1.9	Resgate do Sítio Lagoa do Serrote .....	300
<b>10.2</b>	<b>Durante a Exploração do Minério</b> .....	301
10.2.1	Centro de Memória em Lagoa das Emas .....	301
10.2.2	Memorial do Genocídio Indígena .....	301
10.2.3	Memorial da Guerra da Telha .....	302
10.2.4	Tombamento da Igreja de São Lourenço .....	302
10.2.5	Apoio na Construção do Museu do Zabelê ....	303
10.2.6	Restauração da Casa de Manezinho Reis .....	303
10.2.7	Sinalização do Lajedo dos Pilões .....	303
10.2.8	Sinalização do Sítio Olho d'Água .....	304
10.2.9	Sinalização da Lagoa da Silvéria .....	304
10.2.10	Réplica da Casa de Gil Rodrigues .....	304
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	305
	<b>ANEXOS</b> .....	315



## 1 INTRODUÇÃO

Com sentimento do dever cumprido, ora apresentam-se os resultados das atividades relativas ao Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto SRN Mineração, realizadas nos blocos **Fartura, Serrinha 1, Serrinha 2, Serrinha 3, Bonfim, Serra do Ó, Dirceu 1, Dirceu 2 e Dirceu 3**. Essas geoformas, onde se pretende explorar ferro magnético, localizam-se na região Sudeste do Piauí, em propriedades vinculadas aos municípios de Fartura do Piauí, São Raimundo Nonato, São Lourenço do Piauí, Bonfim do Piauí e Dirceu Arcoverde. Em maioria, são inselbergs destacados na paisagem relativamente plana do território de 62.365,8 hectares do bioma Caatinga, reconhecido como Quilombo Lagoas do Piauí a que se vinculam 118 comunidades tradicionais, constituídas de 1500 núcleos familiares de aproximadamente 5.000 pessoas **ressentidas** pelos conflitos que, ao longo da história, seus ancestrais vivenciaram. Ressaltam-se a Hecatombe Genocida do Século XVII, a Guerra da Telha, a Guerra do Pau de Colher e o Êxodo Compulsório da Serra Nova.

Nas terras que ocupam para exploração de recursos naturais, para beneficiarem-se na relação custo / benefício, as empresas neoliberais habitam-se a não reconhecer e nem respeitar o valor do patrimônio (natural e/ou cultural), a memória (individual e/ou coletiva), as utopias, os valores e a história das famílias nativas. Por se relacionarem com a identidade das pessoas e dos grupos sociais, esses temas relativos à memória e ao patrimônio são polêmicos. É por isso que, a depender da consciência política dos grupos em que se geram conflitos de caráter patrimonial, reacendem-se discussões que mais e mais se fazem presentes. Seus significados, significantes e respectivas significâncias variam no tempo e no espaço. A eles se atribuem e agregam-se

valores, na proporção direta do despertar de adormecidas consciências e fortalecerem-se sentimentos de relação e pertença.

No sentido literal, patrimônio é tudo que se recebe de herança. Considerava-se inicialmente como tal apenas os bens materiais que se herdava dos pais ou de quaisquer antepassados. Com o passar do tempo, contudo, novos significados se agregaram ao vocábulo. Atualmente a ele se integram a memória, história, cultura material e cultura imaterial. A ele se incorporam rios, serras, danças folclóricas, músicas regionais, festejos, lendas, mitos, histórias, artefatos arqueológicos, casos e até anedotas. Hoje se reconhece como patrimônio todo legado produzido, gerenciado e/ou desfrutado por indivíduos ou grupos, que passa de geração em geração, como herança e faz-se, por isso, elo entre o passado e o futuro.

O que torna um bem, dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo de seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. (TOMAZ, 2010, p. 6 *apud* KESTERING, 2021a, p. 28).

O patrimônio pode ser material ou imaterial. Na maior parte das vezes, utiliza-se o termo que o define, meramente como sinônimo de cultura. Contudo, eiva-se a natureza de igual importância. Da mesma forma que se avalia um edifício histórico como um bem cultural a se preservar, também se relevam os elementos e processos naturais como bens de valor patrimonial.

O patrimônio material é um bem nem sempre construído ou manufaturado, mas constitui a base de sustentação às múltiplas expressões de vida. Adquire maior significância e valor, de acordo com diversas atividades pelas quais se lhe reconhece valia; pela relação que tem com ritos e mitos e com

a própria sobrevivência dos humanos. Pela complexidade e importância dos préstimos, o ambiente e sua história representam, por isso, o direito maior da espécie humana.

O patrimônio material contém dois componentes fundamentais: o biótico e o abiótico. O patrimônio biótico compõe-se de seres vivos e o abiótico, da natureza mineral, com especificidades regionais, fundamentais à preservação da vida, na diversidade de suas expressões. Ao patrimônio abiótico integram-se naturalmente os bens geológicos, geomorfológicos, hídricos e climáticos.

Nas iniciativas de conservação e/ou preservação da natureza, normalmente se menospreza o componente geológico em relação ao constituinte biológico. Institui-se a maior parte das áreas de proteção para preservar ecossistemas ou seres vivos (biótopos). Costuma-se relegar a planos secundários os bens patrimoniais geológicos, geomorfológicos, climáticos e hídricos. Cada vez mais cientes, porém, da importância deles para sua sobrevivência, as comunidades valorizam-nas, conservam-nas por isso e exigem indenização condigna, quando não há a mínima possibilidade de preservá-los, nos processos de implantação de empreendimentos de iniciativa privada e/ou governamental.

Por entender que não haveria impacto ao patrimônio imaterial, no dia 16 de agosto de 2019, a Superintendência do IPHAN do Piauí emitiu parecer técnico favorável à implantação de infraestrutura para exploração de ferro magnético, em área de 2,2 hectares, na região de São Raimundo Nonato. (ALCÂNTARA, 2019a).

Com base em rituais ligados à cultura imaterial que, em fiscalização posterior, observou-se existirem no território adjunto de centenas, quiçá milhares, de lagoas do Sudeste do Piauí, emitiu-se novo parecer técnico, agora com proposição de um estudo de impacto sobre os bens acautelados na área

de influência direta do empreendimento. Citaram-se: Roda de Capoeira, Ofício dos Mestres de Capoeira, Produção Tradicional, Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína e Literatura de Cordel. Recomendou-se, outrossim, minucioso levantamento de informações sobre outros prováveis bens em processo de registro. Lembrou-se que o Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Registrados deveria conter:

- a) localização georreferenciada dos bens culturais imateriais acautelados e comunidades a eles associadas;
- b) caracterização, contextualização e avaliação da situação do patrimônio imaterial acautelado, assim como dos bens culturais a ele associados;
- c) avaliação das ameaças ou impactos sobre o patrimônio imaterial acautelado;
- d) informações sobre os bens em processo de registro;
- e) proposição de medidas para a preservação e salvaguarda do patrimônio imaterial acautelado e
- f) proposição de medidas para controlar e mitigar os impactos provocados pelo empreendimento. (ALCÂNTARA, 2019b).

Para evidenciar os patrimônios materiais e imateriais das comunidades a serem impactadas pelo projeto de exploração e beneficiamento do minério de ferro magnético e obterem-se os resultados que ora se apresentam seguiram-se as recomendações da Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015. Esse instrumento legal estabelece procedimentos a observarem-se nos processos de licenciamento ambiental. Obedeceu-se, também, à Lei Federal nº 3.924/61, que discorre sobre a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro. Respeitaram-se, ainda, as orientações da Portaria nº 07/1988 que autoriza a realização de pesquisas arqueológicas no Brasil.

Nos estudos realizados nos blocos do empreendimento adotaram-se princípios norteadores da Arqueologia Preventiva. As pesquisas pautaram-se em métodos compatíveis à constatação dos elementos da cultura, resultantes da interação dos grupos sociais com o contexto

ambiental. Fundamentaram-se no pressuposto de que grande parte dos caracteres dos artefatos arqueológicos resultam da interação dos grupos com o meio.

Com a Arqueologia Preventiva, concilia-se a valorização e preservação do patrimônio cultural com a inserção das comunidades. Aproxima-se, assim, a sociedade aos bens arqueológicos, outrora reservados exclusivamente ao conhecimento da comunidade acadêmica.

O termo Arqueologia Preventiva vem sendo utilizado desde a publicação da Portaria 230/2002 do IPHAN, em substituição aos termos anteriormente utilizados como Arqueologia de Salvamento e Arqueologia de Contrato. O novo termo adequa-se a inserção da educação patrimonial como um dos pilares na realização de pesquisa arqueológica inserida em processos de licenciamento ambiental. (WICHERS, 2011).

Estuda-se o registro arqueológico como constituinte da pluralidade de contextos socioculturais (sistêmicos e diacrônicos, contemporâneos ou não). Assim, em ambiente único, evidenciam-se vestígios de diferentes ocupações ao longo do tempo. Pelo método que ora se adotou, não se abordaram apenas os sítios ou ocorrências antigas, relacionadas à ocupação indígena pré-colonial, mas também os vestígios materiais históricos, vinculados a diferentes fases da formação da sociedade do Sudeste do Piauí, mesmo recentes.

Com o trabalho de prospecção arqueológica identificaram-se e registraram-se os vestígios vinculados à paisagem e à pré-história e/ou à história regional do Norte da Bahia e Sudeste do Piauí. Definiram-se, por isso, *a priori*, os conceitos específicos dos locais onde se encontraram os testemunhos arqueológicos.

Entendeu-se o sítio arqueológico como espaço onde se acumularam artefatos, ecofatos, estruturas e construções que permanecem como resíduos da atividade humana. (RENFREW

& BAHN, 2011). Segundo a categoria de materiais e estruturas, caracterizam-se os sítios arqueológicos como: pré-histórico, quando no local se identificam artefatos confeccionados e/ou utilizados antes da colonização europeia; histórico, quando há presença de artefatos ligados à colonização europeia e multicomponenciais onde há materiais de períodos pré-históricos e históricos.

Definiu-se como área vestigial ou de ocorrência arqueológica os locais onde se encontraram objetos únicos ou quantidade ínfima de artefatos aparentemente isolados ou desconexos (ponta de flecha, fragmento de cerâmica, artefato lítico, pequeno alicerce, etc.). A ocorrência arqueológica poderá ganhar *status* de sítio a partir de posterior identificação de evidências adicionais que permitam nova classificação. (MORAES, 2000).

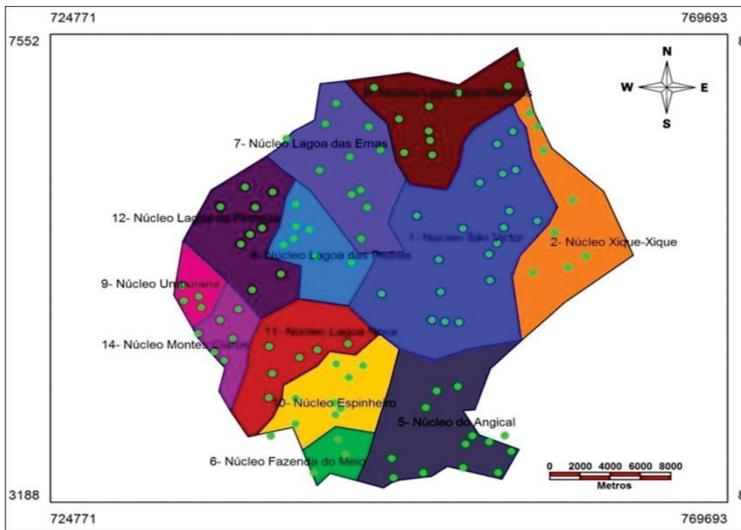
Utilizou-se a leitura da paisagem, para identificar variáveis ambientais passíveis de utilização humana pretérita, como definida para investigação em áreas amplas. (ARAÚJO, 2001). As áreas submetidas à avaliação registraram-se em aparelho GPS portátil, para lançamento em cartas bases, por meio de software específico.

Para a identificação desses testemunhos na paisagem, adotou-se como enfoque teórico a noção de sistema de assentamento, a compreender que “as relações entre homem e paisagem não são aleatórias, mas mediadas pela natureza do ambiente e pelos níveis de organização tecnológica e de interação social.” (DIAS, 2000). Os estudos sobre padrões de assentamentos, ligados à análise espacial são responsáveis pela noção de que configurações específicas da paisagem são geoindicadores que auxiliam na identificação de sítios arqueológicos.

## 2 QUILOMBO LAGOAS DO PIAUÍ

O Quilombo Lagoas do Piauí situa-se no Sudeste do Estado. Seu território abrange seis municípios, quais são, Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca. A ele integram-se 12 núcleos, com 118 comunidades e 1500 famílias, com aproximadamente 5.000 pessoas a ocuparem território de 62.365,8 hectares do bioma Caatinga. (Fig. 1).

Figura 1 - Território quilombola Lagoas do Piauí



Fonte: Bezerra (2019, p. 2)

A ocupação do território no período colonial ocorreu no século 17, com o avanço em direção ao interior do Nordeste brasileiro. A atividade pecuária foi uma das grandes impulsionadoras deste avanço. Importante ressaltar que diversos registros históricos, a memória e a oralidade das populações contemporâneas rememoram a violência e contato com os grupos indígenas existentes na região. Esta memória também identifica a desagregação da fazenda São

Vítor, na cidade de São Raimundo Nonato, decorrente da promulgação da Lei Imperial 3.353/1888, que determinava o fim da escravidão, como principal fator para a dispersão da população nestas localidades e formação do território. Em razão disso, o parentesco, ou seja, a relação familiar comunitária, entre as localidades permitiu a conformação do território e o estabelecimento das comunidades, tendo atrelada a isso a agricultura familiar, ainda presente no território nas roças de mandioca, milho, feijão, além da criação de animais de pequeno porte como bodes, vacas, galinhas e porcos, por exemplo. Como a intermitência das chuvas é uma característica do bioma da caatinga, a constituição territorial das comunidades ocorreu ao redor de locais com água, como as lagoas e barreiros, por exemplo. Esta é a razão do nome do território quilombola Lagoas, no qual as comunidades também levam nomes da fauna e da flora local. (MATOS, 2019, p. 1).

É notório que, em seus primórdios históricos, mais precisamente em 1674, quando o português de Mafra, Domingos Afonso Sertão, iniciou a ocupar as terras da área de abrangência do atual Quilombo, habitavam-nas 37 grupos indígenas<sup>1</sup>. Sabe-se que a maioria deles provinha do litoral, de onde estavam a ser expulsos pelos colonos do Maranhão e senhores de engenho da Bahia e do Pernambuco<sup>2</sup>. Foi às margens dos rios e junto às muitas lagoas do interior piauiense que eles encontraram um pouco da original tranquilidade perdida na zona costeira. (MOTT, 2010, p. 15).

---

<sup>1</sup> “Em 1674 Domingos Afonso Mafrense e Julião Afonso Serra, utilizando as nascentes do Rio Piauí, adentraram a região e, dois anos depois, juntamente com Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, receberam do governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, concessões das primeiras sesmarias de terras.” (OLIVEIRA, 2007, p. 52 *apud* PRADO, 2021, p. 15).

<sup>2</sup> Conforme relatos de cronistas e viajantes dos séculos XVII, XVIII e XIX “sobre indígenas que ocuparam a região aparecem os Acoroá, Acumê, Amoipirá, Araiê, Coripó, Gueguê, Jaicó, Kamakã, Okrém, Prassaniú, Tapacué, Tamanquim [Tamoquim], Xerente e Xikriabá.” (PRADO, 2021, p. 13).

A partir de 1674, Domingos Afonso Sertão, em sociedade com os descendentes de Garcia d'Ávila, da poderosa Casa da Torre da Bahia, conquistou praticamente metade do território do Piauí. E ao retornar a Salvador, o Mafrense, onde mantinha opulenta residência na Jiquitaia, deixou atrás de si trinta fazendas de gado, administradas por vaqueiros de sua confiança. A fazenda de gado, por conseguinte, foi o germe do povoamento desta região, constituindo a partir daí o modelo dominante de ocupação deste território e, diferentemente das demais capitânias, que foram povoadas a partir do litoral, a conquista do Piauí iniciou-se a partir da hinterlândia. A proliferação destas fazendas incrementou-se ainda mais a partir do século 18, graças à crescente importação de boiadas pela rica e pujante região aurífera das Minas Gerais. (BUESCU, 1970 *apud* MOTT 2010, p. 17).

As primeiras fazendas do Sudeste do Piauí implantaram-se, assim, nas margens, ao longo dos cursos de água, junto às lagoas ou nas fraldas dos olhos d'água. Isso fazia com que os vaqueiros e suas famílias morassem dispersos, a três, quatro, cinco e até dez léguas de distância uns dos outros. Nesses latifúndios criava-se de 200 a mil cabeças de gado *vacum*, normalmente vendidos na Feira do Capoame, próximo à cidade de Salvador da Bahia.

Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de 100, 150, 200 e 300 cabeças de gado; e destas, quase cada semana, chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade (Salvador) 8 léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano, há semanas em que, todo dia, chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado, e outros vem atrás das rezes, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem. As suas jornadas são de 4, 5, 6 léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de 15 a 20 léguas, marchando de dia e de noite, com pouco

descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, põe uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra as reses o vão por onde há de passar. Quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, v.g. até a Capoame, que é jornada de 15 até 17 dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cabeça da dita boiada. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados de diminuem quantas são as reses que faltam. Aos índios que das Jacobinas vem para Capoame se dão 4 até 5 mil reis, e ao homem que com o seu cavalo guia a boiada, até 8 mil reis. E por isso, do Rio de São Francisco acima, vindo para Capoame, alguns dos que trazem a sua conta trazer boiadas alheias, querem 6 ou 7 tostões por cada cabeça, e mais, se for maior a distância. (ANTONIL, 1711, p. 311 *apud* MOTT, 2010, p. 31).

No Quilombo Lagoas do Piauí, preservam-se, por isso, muitos costumes indígenas, várias religiosidades de origem portuguesa e algumas tradições de origem africana. Dentre os hábitos indígenas, sobretudo daqueles que se vinculavam ao tronco Tupinambá, expurgados do litoral quando lá se implantava a monocultura da cana de açúcar, destacam-se as pequenas caixaras onde se plantam manivas, milho, batata, jerimum, melancia e abóbora. É notório que a sobrevivência dos fazendeiros e missionários no Semiárido dependeu fundamentalmente da manutenção dessas milenares práticas agrícolas nativas<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “Após a instalação de 30 fazendas de gado, [Domingos Afonso] retornou a sua residência na Bahia e deixou a administração delas por vaqueiros de sua confiança. Morreu em 1711 e, como não tinha herdeiros, deixou as fazendas para jesuítas da Bahia. Em 1739, as fazendas já contavam com cerca de 30.000 cabeças de gado *vacum* e 164 trabalhadores. Depois foram incorporados à coroa, e algumas delas foram subdivididas em sítios ou arrendadas por particulares. (...) Os padres compraram outras fazendas e exerceram grande influência na região; aproveitando-se do trabalho de cerca de 700 escravos, entre negros e **índios domesticados** (grifo nosso).” (COSTA, 1974, p. 74-75 *apud* PRADO, 2021, p. 16).

Os índios, em muitos casos, ao invés de se instalarem exclusivamente no interior das missões, continuaram a escolher terras fora das mesmas para suas roças, com clara preferência pelas áreas férteis da várzea. Pelo que as fontes demonstram, os missionários não conseguiram extinguir este hábito, adaptando-se, por sua vez, a ele. A distância certamente não era um problema em uma região marcada pelo que Roller (2010a, p. 29) denominou de uma “cultura da mobilidade” entre as populações indígenas coloniais. Os índios tinham, portanto, conhecimento da prática de atribuir, sobretudo na fase inicial de um aldeamento, as melhores terras aos grupos indígenas tidos como potenciais interlocutores para o missionário. (CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 11 *apud* KESTERING, 2021, p. 13).

Além dos hábitos agrícolas, mantiveram-se as milenares rotinas de caçar, coletar frutas e raízes da caatinga, de imorredouro usufruto coletivo. Pela mestiçagem física e/ou cultural, integraram-se os grupos nativos à sociedade colonial, com o fornecimento de bons vaqueiros.

A Casa da Torre expandiu suas terras porque implantava um sistema de ocupação sustentável e capaz de, inclusive, aproveitar o índio no que ele mais sabia: lidar com animais e com a terra. Além disso, muitos portugueses foram casando com as índias e criando alianças com certos grupos, que passavam a ser parte da iniciativa”. (MATTA, 2013, p. 47 *apud* KESTERING, 2021, p. 11).

No Sudeste do Piauí, é corrente a tradição oral de que muitas bisavós da população atual eram nativas. Corroborar-se, assim, a proposição de que na zona pastoril do Semiárido existiam poucos negros e assimilaram-se muitos indígenas. (ABREU, 1998, p. 200 *apud* KESTERING, 2021, p. 11). Embora dominante a população de ancestralidade nativa, da mesma forma que no Médio e Submédio São Francisco, sempre houve a presença minoritária de famílias de origem afro. Assim, no Quilombo Lagoas do Piauí, preservaram-se e realizam-se rodas de Capoeira e outras danças de matriz africana.

## 2.1 Roda de Capoeira

A Roda de Capoeira é uma manifestação cultural do patrimônio imaterial de grupos quilombolas. É uma expressão ritual que mistura arte marcial, esporte e música. Desenvolvida no Brasil principalmente por grupos de origem africana, caracteriza-se por acrobacias, chutes, rasteiras, cabeçadas, joelhadas e cotoveladas. Um traço a distingui-la de outras artes marciais é sua musicalidade. Nela, aprende-se a lutar, tocar instrumentos típicos e cantar. Um capoeirista que ignora a musicalidade considera-se incompleto. Outras expressões como maculelê e samba de roda, embora de origem e significados diferentes, a ela se associam.

Com base em inventário feito na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, berços dessa expressão cultural, no ano de 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou-a como bem cultural. Em novembro de 2014, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) concedeu-lhe o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Existem várias versões sobre a origem do termo capoeira. Segundo uma delas, ele deriva de um cesto homônimo, usado por escravos, para transportar aves aos mercados onde as comercializavam. No caminho, eles distraíam-se com meneios rítmicos que começaram a chamar de capoeira. Em outra versão, a palavra teria derivado dos termos tupis *ka'a* (mata) e *puera* (que foi). Referia-se a áreas de mata rasteira do interior do Brasil onde se havia praticado agricultura indígena. Acredita-se que ela tenha obtido o nome a partir destas áreas que cercavam grandes propriedades rurais escravocratas. Assim, capoeiristas fugitivos da escravidão e desconhecedores do ambiente a seu redor frequentemente usavam-nas para se esconderem, durante a perseguição dos capitães do mato.

Segundo outra versão ainda, no século XVII, os pastores do sul da Angola comemoravam a iniciação dos jovens à vida adulta com uma cerimônia chamada *n'golo*, que em quimbundo significa zebra. Durante a cerimônia, os homens competiam, em luta animada pelo toque de atabaques. Vencia quem conseguisse encostar o pé na cabeça do adversário. Ao vencedor concedia-se o direito de escolher, sem pagamento de dote, uma noiva entre as jovens que estavam a debutar. Com a chegada dos invasores portugueses e a escravização dos povos africanos, a capoeira teria se introduzido no Brasil.

O *n'golo* ocorre durante o período da *efundula* (chegada da puberdade) em uma tribo localizada ao sul de Angola chamada Mucope. Também conhecido como dança das zebras, é assim chamado em referência ao período de acasalamento desses animais em que os machos disputam suas fêmeas com coices, cabeçadas e mordidas. Trata-se de uma disputa entre dois jovens circulados por outros, que disputam numa luta, com golpes semelhantes aqueles desferidos pelas zebras. Aquele que melhor se sair ganha o direito de escolher sua esposa e não precisa pagar o dote. Após a chegada ao Brasil como escravos, para que fosse preservada a cultura do *n'golo*, usaram uma estratégia para que não fossem reprimidos pelos capatazes que ao vê-los trocando golpes dentro da senzala, imediatamente pensariam que se tratava de uma briga e com certeza seriam punidos com castigos corporais que poderiam ser: chibatadas, mutilações ou até a pena de morte. Então, para dispersar a atenção dos capatazes incluíram as palmas, cânticos, e a ginga para que tivesse uma aparência de dança, uma diversão entre os escravos. As palmas então foram o primeiro instrumento da capoeira.

Não se sabe precisar quando foram introduzidos os instrumentos na Capoeira, devido à falta de registros. Sabe-se que o berimbau somente foi incluído na capoeira no século XX e que antes era usado por vendedores ambulantes para chamar a atenção da freguesia. Quando os capatazes olhassem aquilo pensariam: “É apenas uma dança de negro”.

E enquanto os escravos estivessem distraídos com suas tradições, a paz era mantida nas fazendas. Há uma hipótese de que os escravos dentro das senzalas eram mantidos com suas mãos acorrentadas, o que justificaria o motivo dos golpes da capoeira ser, em sua maioria, aplicados com os pés, mas isso é somente uma teoria. (A ORIGEM DA CAPOEIRA, 2016 *apud* KESTERING *et.al.* 2016, p. 201).

A história da capoeira ainda é motivo de controvérsia entre os estudiosos, sobretudo no que se refere ao período entre seu surgimento e o início do século XIX, quando se fizeram os primeiros registros confiáveis, com descrições sobre sua prática. Sabe-se que, no século XVI, Portugal era um dos maiores impérios da Europa, mas carecia de mão de obra em suas colônias. Para suprir esse déficit, os colonos portugueses, no Brasil, começaram a capturar e escravizar os povos indígenas, algo que logo se demonstrou impraticável para a cultura da cana de açúcar, nas fazendas que se implantavam no litoral do Pernambuco e da Bahia.

Os colonos portugueses implantavam fazendas cuja mão de obra era predominantemente escrava. Nelas, os cativos viviam em condições humilhantes e desumanas. Eram forçados a trabalhar à exaustão, com castigos e punições físicas. Mesmo em maior número, a falta de armas, as leis vigentes, a discordância entre etnias rivais e o completo desconhecimento da terra em que se encontravam desencorajavam-nos a rebelarem-se. Neste meio fortaleceu-se a capoeira. Mais do que uma técnica de combate, ela surgiu como uma esperança de liberdade e de sobrevivência, uma ferramenta para que os escravos foragidos, totalmente desequipados, sobrevivessem no ambiente hostil e defendessem-se dos capitães do mato, sempre armados e montados a cavalo.

Não tardou a que grupos fugitivos comesçassem a estabelecer assentamentos em áreas remotas da colônia, conhecidas como quilombos. Alguns desses refúgios evoluíram, pela atração de

escravos fugitivos, indígenas ou até mesmo europeus que fugiam da lei ou da repressão religiosa católica, até se tornarem verdadeiros estados multiétnicos independentes. A vida nos quilombos oferecia liberdade e oportunidade de resgate das culturas perdidas por causa da opressão colonial. Neste tipo de comunidade, formada por diversas etnias e constantemente ameaçada por invasões portuguesas, a capoeira evoluiu. De ferramenta para a sobrevivência individual transformou-se em arte marcial com escopo militar.

Assim, Quilombo dos Palmares resistiu por mais de cem anos aos ataques das tropas coloniais. Mesmo possuindo material bélico muito aquém dos utilizados pelas tropas coloniais e, geralmente, combatendo em menor número, resistiu a mais de 24 ataques de grupos com até três mil integrantes, comandados por capitães do mato. Foram necessários dezoito grandes ataques de tropas militares do governo colonial para derrotá-lo. Soldados portugueses relataram ser necessário mais de um dragão militar para capturar um quilombola, porque se defendia com estranha técnica de ginga e luta. O governador geral da Capitania de Pernambuco declarou ser mais difícil derrotar os quilombolas do que os invasores holandeses. (CAPOEIRA, 2016 *apud* KESTERING *et.al.* 2016, p. 202-203).

Com a transferência do então príncipe regente D. João VI e de toda a corte portuguesa para o Brasil, em 1808, devido à invasão de Portugal por tropas napoleônicas, a colônia deixou de ser uma mera fonte de produtos primários e começou, finalmente, a desenvolver-se como nação. Com a subsequente abertura dos portos a todas as nações amigas, o monopólio português do comércio colonial efetivamente terminou. As cidades cresceram em importância e os brasileiros receberam permissão para fabricar produtos antes importados, como o vidro. O grande aumento do número de escravos e da própria vida social nas cidades brasileiras deu então, à capoeira, maior facilidade de difusão e maior notoriedade. Houve, registros de

sua prática em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, desde o século XVIII. No Rio de Janeiro, em 1821, as aventuras dos capoeiristas chegaram ao ponto de o governo estabelecer castigos corporais severos e outras medidas de repressão a seus praticantes.

Livres no final do Século XIX, os negros viram-se abandonados à própria sorte. Em maioria, não tinham onde viver, onde trabalhar e eram desprezados pela sociedade. O aumento da oferta de mão de obra europeia e asiática diminuía ainda mais as oportunidades e logo grande parte dos negros foi marginalizada e com ela, obviamente, a capoeira. Foi inevitável. Capoeiristas começaram a utilizar suas habilidades de formas pouco convencionais. Muitos serviram-se dela como guardiões de corpo, mercenários, assassinos de aluguel e capangas. Grupos capoeiristas, conhecidos como maltas, aterrorizavam o Rio de Janeiro. Reuniam-se em bares e prostíbulos e dominavam diversos bairros. Eles tinham destreza corporal incrível e andavam armados com navalhas e porretes. Em pouco tempo, a saber em 1890, Marechal Deodoro da Fonseca decretou a proibição da capoeira em todo o território nacional, vista a situação caótica em que se encontrava a capital brasileira, em função da notável vantagem que os capoeiristas levavam nos confrontos corporais contra os policiais.

No final do século XIX e início do século XX, os capoeiristas tinham a fama de vadios, bêbados, ociosos, baderneiros, desordeiros. Dizia-se que eles eram a escória urbana, “piores que o preto africano e o índio puro”. Devido à proibição, qualquer cidadão pego na prática da capoeira era preso, torturado e muitas vezes mutilado pela polícia. Após um breve período de liberdade, a capoeira, foi, mais uma vez, mal vista e perseguida. Expressões culturais como a roda de capoeira praticavam-se, então, em locais afastados ou escondidos e, geralmente, os capoeiristas deixavam alguém de sentinela para avisar sobre eventuais chegadas da polícia.

Na década de 1930, na era Vargas, nos primórdios da educação pública no Brasil, o contexto social se alterou. A mestiçagem, inferno racial do final do período da Monarquia e da República Velha, começou a ser cantada em prosa e verso pelo getulismo que a incentivou para a criação da “raça brasileira”. Nessa época, tornaram-se famosos o Mestre Bimba e o Mestre Pastinha. Eles reinventaram a capoeira, incorporando-a na ordem social. Tiraram-na da esfera do crime e puseram-na no campo da Educação Física. A acatar uma reivindicação dos capoeiristas desde os tempos da Velha República, Getúlio Vargas legalizou-a e reconheceu-a como luta nacional brasileira. Somente em 1937, tolerou-se a e, em 1953, liberou-se a totalmente. Em 2008 reconheceu-se a como **patrimônio cultural brasileiro**.

Hoje em dia, a capoeira tornou-se não apenas uma arte ou um atributo da identidade nacional. Ela viabilizou a exportação da cultura brasileira. Presente em dezenas de países, em todos os continentes, todo ano ela atrai ao Brasil milhares de estudantes e capoeiristas estrangeiros se esforçam em aprender a língua portuguesa, para melhor integrarem-se com a arte. Mestres e contramestres respeitam-se e constantemente convidam-se ao ministério de aulas especiais no exterior ou até mesmo a estabelecer seu próprio grupo. Apresentações de capoeira, geralmente ministradas em forma de espetáculo, acrobacias e com pouca marcialidade, realizam-se no mundo inteiro. O aspecto marcial ainda se faz muito presente e, como nos tempos antigos, ainda é sutil e disfarçado. A malandragem está sempre presente. Capoeiristas experientes raramente tiram os olhos de seus oponentes em um jogo de capoeira, já que uma queda pode chegar disfarçada, até mesmo em um gesto amigável. Símbolo da cultura afro-brasileira, da miscigenação de etnias, da resistência à opressão, a capoeira mudou definitivamente sua imagem e tornou-se fonte de orgulho para o povo brasileiro.

A Roda de Capoeira é um círculo de capoeiristas com uma bateria musical onde ela é jogada, tocada e cantada. A roda serve tanto para o jogo, divertimento e espetáculo, quanto para os capoeiristas aplicarem o que aprenderam durante o treinamento. Os capoeiristas se perfilam na roda de capoeira. Eles cantam e batem palmas no ritmo do berimbau, enquanto dois deles jogam. O jogo entre dois capoeiristas pode terminar ao comando do tocador de berimbau ou quando algum outro capoeirista da roda compra o jogo, ou seja, entra entre os dois e inicia um novo jogo com um deles.

Em geral, o objetivo do jogo da capoeira não é o nocaute ou a destruição do oponente. O maior objetivo do capoeirista ao entrar em uma roda é a queda, ou seja, derrubar o oponente sem ser golpeado, preferencialmente com uma rasteira. Na maioria das vezes, entre o jogo de um capoeirista mais experiente e um novato, o capoeirista experiente prefere mostrar sua superioridade marcando o golpe no oponente, ou seja, freando o golpe um instante antes de completá-lo. Entre dois capoeiristas experientes, o jogo poderá ser muito mais agressivo e as consequências mais graves. A ginga é o movimento básico da capoeira, mas além da ginga, também são muito comuns os chutes em rotação, rasteiras, floreios (como o *au* ou a bananeira), golpes com as mãos, cabeçadas, esquivas, acrobacias (como o salto mortal), giros apoiados nas mãos ou na cabeça e movimentos de grande elasticidade. (KESTERING *et.al.* 2016, p. 206).

Conhece-se como ritual de batizado a roda de capoeira solene e festiva onde alunos novos recebem sua primeira corda e os demais alunos passam para graduações superiores. Em algumas ocasiões, formados e professores recebem graduações avançadas, momento considerado honroso para o capoeirista. O batizado subordina-se ao comando do capoeirista mais graduado do grupo, seja ele mestre, contramestre ou professor. Os alunos jogam com um capoeirista formado e tentam defender-se. Normalmente, o jogo termina com a queda do discípulo, momento em que se considera batizado, mas o capoeirista formado pode julgar a

queda desnecessária. No caso de alunos mais avançados, o jogo poderá ser com mais de um formado, ou até mesmo com todos os formados presentes, para as graduações avançadas.

Tradicionalmente, no batismo o capoeirista recebe ou oficializa seu apelido ou nome de capoeira. A maioria dos capoeiristas passa a ser conhecida na comunidade mais por seus respectivos apelidos do que por seus próprios nomes. Apelidos podem surgir de inúmeros motivos, como uma característica física, uma particular habilidade ou dificuldade, uma ironia, a cidade de origem, entre outros. O costume do apelido surgiu na época em que a capoeira era ilegal. Capoeiristas não diziam seus nomes para evitar problemas com a polícia e se apresentavam a outros capoeiristas ou nas rodas pelos seus apelidos. Dessa forma, um capoeirista não poderia revelar os nomes de seus companheiros à polícia, mesmo que fosse preso e torturado. Hoje em dia, o apelido continua uma forte tradição, apesar de não ser mais necessário.

A música é o componente fundamental da capoeira. Introduziu-se a para ludibriar os escravizadores, fazendo-os acreditar que os escravos apenas dançavam e cantavam quando, na verdade, desenvolviam e treinavam uma arte marcial, para se defenderem. Componente fundamental da roda de capoeira, ela determina o ritmo e o estilo do jogo. A música cria-se pela bateria e pelo canto (solista ou em coro), geralmente acompanhados de um bater de palmas. A bateria tradicionalmente compõe-se por três berimbaus, dois pandeiros e um atabaque, mas o formato pode variar, pela exclusão ou inclusão de algum instrumento, como o *agogô* e o *ganzuá*. Um dos berimbaus define o ritmo e o jogo a desenvolver-se na roda. Assim, é a música quem a comanda, não só no ritmo, mas também no conteúdo.

As canções de capoeira dividem-se em partes solistas e respostas do coro, formado pelos demais capoeiristas da roda. A depender do conteúdo, classificam-se como ladainhas,

chulas, corridas ou quadras. Utiliza-se a ladainha ou lamento unicamente no início da roda. Parte-se de longo grito "iê", seguido de solene narrativa solista cantada. Geralmente, canta-a o capoeirista mais respeitado ou graduado da roda. Nesse momento, não existe jogo, não se batem palmas e não se tocam alguns instrumentos. A narrativa segue-se pelas homenagens tradicionais feitas pelo solista (a Deus, seu mestre, quem o ensinou e qualquer personagem importante ou fator relevante à capoeira, como a malandragem), respondidas intercaladamente pela louvação do coro e pelo início das palmas e dos instrumentos complementares. O jogo de capoeira somente pode iniciar-se após o fim da ladainha.

A chula é um canto em que a parte solista é muito mais longa do que a resposta do coro. Enquanto o solista canta dez, doze, ou até mais versos, o coro responde com apenas dois ou quatro versos. Pode-se cantá-la em qualquer momento da roda. O corrido, forma musical mais comum da roda de capoeira, é um canto em que se equivalem a parte solista e a resposta do coro. Em alguns casos, o número de versos do coro supera o dos solistas. Pode-se cantá-lo em qualquer momento da roda e seus versos podem modifica-se e improvisar-se durante o jogo, para refletir o que está acontecendo durante a roda, ou para passar algum aviso aos demais capoeiristas.

A quadra compõe-se de um mesmo verso, repetido quatro vezes, sejam três versos solistas e uma resposta do coro, seja a parte solista e a resposta intercalada. Pode-se cantá-la em qualquer momento da roda. As canções de capoeira têm assuntos dos mais variados. Algumas são sobre histórias de capoeiristas famosos, outras podem falar do cotidiano da comunidade. Algumas canções comentam o que está acontecendo durante a roda, outras divagam sobre a vida ou um amor perdido. Outras ainda são alegres e falam de coisas tolas, cantadas apenas por diversão. Basicamente não existem regras e alunos encorajam-se a criar suas próprias canções.

Os capoeiristas mudam as canções frequentemente, de acordo com o que ocorre na roda ou fora dela. Um bom exemplo é quando um capoeirista novato demonstra notável habilidade durante o jogo e o solista canta o verso "e o menino é bom", seguido pelo coro com o verso "bate palma pra ele". Usa-se a letra da música, constantemente, para passar mensagens aos capoeiristas, na maioria das vezes de maneira velada e sutil.

O toque de capoeira é o ritmo tocado pelos berimbaus, seguidos pelos demais instrumentos. Podem ser executados desde bem lentamente (como no toque de Angola), induzindo a um jogo mais lento e estratégico, até bastante acelerados (como em São Bento Grande), induzindo a um jogo rápido, ágil e acrobático. Podem também ter outros significados que vão além do jogo ou comandar uma roda restrita, como o toque de lúna.

Em uma roda de capoeira, a forma mais usual é iniciar com o toque de Angola e subir o ritmo gradualmente, encerrando com o toque São Bento Grande em alta velocidade. Contudo não existem regras, uma roda pode manter sempre o mesmo toque ou mesmo inverter, começando de modo acelerado e terminando de modo lento. (KESTERING *et.al.* 2016, p. 209).

### 2.1.1 Estilo de Angola

Como se sabe, existem na capoeira diversos estilos de dança ou de luta. Os mais conhecidos são: Angola, Regional Baiano, Maculelê e Contemporâneo. Conhecida como capoeira mãe, muitos pesquisadores consideram estilo de Angola como a origem dessa prática cultural. Ela é a modalidade que mais se aproxima daquela que seria a "capoeira dos escravos". É um estilo de jogo muito manhoso e precisa de habilidades para jogar, participar da roda. Tem muitas regras que necessitam ser seguidas. Ela se caracteriza mais como uma cerimônia ritualística do que luta ou jogo.

### 2.1.2 Estilo Regional Baiano

Em 1932, quando a perseguição à capoeira já não era tão acentuada, mestre Bimba, hábil lutador em ringues e nas ruas, fundou a primeira academia de capoeira da história, em Salvador. Ao ver o modo como alguns capoeiristas usavam suas habilidades para impressionar turistas, ele percebeu que a capoeira estava a perder sua eficiência como arte marcial. Assim, com auxílio de José Cisnando Lima, enxugou-a, tornou-a mais eficiente, com a inserção de alguns movimentos de outras artes marciais, como o batuque. Mestre Bimba também desenvolveu um dos primeiros métodos de treinamento sistemático. Como a capoeira ainda era proibida pelo Código Penal, ele chamou seu novo estilo de Luta Regional Baiana.

Em 1937, Bimba fundou o centro de Cultura Física e Luta Regional, com alvará da secretaria da Educação, Saúde e Assistência de Salvador. Seu trabalho obteve aceitação social, passando a ensinar para as elites econômicas, políticas, militares e universitárias. Finalmente, em 1940, a capoeira saiu do Código Penal Brasileiro e deixou definitivamente a ilegalidade. Começou, então, um longo processo de desmarginalização da capoeira.

Em pouco tempo a notoriedade da capoeira de Bimba demonstrou ser um incômodo aos capoeiristas tradicionais, que perdiam espaço e continuavam a ser mal vistos. Esta situação desigual começou a mudar com a inauguração do Centro Esportivo de Capoeira Angola, em 1941, por mestre Pastinha. Localizado no Pelourinho, em Salvador, o centro atraía diversos capoeiristas que preferiam manter a capoeira em sua forma mais original possível. Ligeiramente, a notoriedade do centro cunhou em definitivo o termo **capoeira angola** como nome do estilo tradicional de capoeira. O termo não era novo. Na época do império, a prática da capoeira já era apelidada, em alguns locais, de **brincar de angola** e diversos outros mestres que não seguiam a linha de Pastinha acabaram adotando-o. (KESTERING *et.al.* 2016, p. 205).

O Estilo Regional Baiano teve início quando se deixava de perseguir a capoeira. Ele inovou nos métodos e criou novos golpes. Ela passou a ser mais objetiva. O treinamento focava-se no ataque e contra-ataque. Começou-se a dar grande importância à disciplina e à precisão dos golpes. Na Capoeira Regional Baiana enfatizava-se a hierarquia. Nela havia apenas três graus: calouro, formado e especializado cujos distintivos eram lenços amarrados na cintura. Esse estilo tornou-se rapidamente conhecido e popular. Foi através dele que se mudou a visão do capoeirista, tido até então no Brasil como marginal. Em 1953, ao ver a apresentação do grupo de mestre Bimba, o Presidente Getúlio Vargas teria dito: "A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional".

### 2.1.3 Estilo Maculelê

O Estilo Maculelê originou-se na cidade de Santo Amaro da Purificação, no Estado da Bahia. Por essa manifestação ritualística, com cânticos e danças, conta-se a lenda de um jovem guerreiro que, sozinho, com apenas dois pedaços de pau, defendeu sua tribo. Há várias outras versões, mas todas se referem ao guerreiro solitário que impediu o extermínio de seu povo. Após a morte de seus mestres, no início do século XX, o Maculelê deixou de acontecer até que, em 1943, baseado em antigas lembranças Paulino Aluísio de Andrade, Mestre Popó, ensinou-o a amigos.

### 2.1.4 Estilo Contemporâneo

Na década de 1970, alguns jovens de classe média do Rio de Janeiro criaram o Estilo Contemporâneo. Diz-se que eles viram

um capoeirista a brigar em uma festa e admiraram-se com sua destreza. Ao tentarem aprender a arte, na periferia do Rio, onde viram o capoeirista a lutar, não foram aceitos porque eram da classe média. Então decidiram viajar uma vez por ano à Bahia, onde o aprenderam com mestres diferentes. Na volta a seu estado, implantaram-no.

Devido a sua origem e história, existiu sempre a necessidade de se esconder ou disfarçar o aprendizado e a prática da capoeira. Na época da escravidão, era um risco enorme aos senhores de engenho possuírem escravos hábeis em arte marcial. Para evitar represálias por parte de seus senhores, os escravos praticavam-na enquanto seus companheiros cantavam e batiam palmas. Os golpes e esquivas eram praticados durante uma falsa dança que seria o embrião da atual ginga.

A capoeira nunca teve unidade ou consenso. O sistema de graduação segue o mesmo caminho, mas nunca houve um sistema padrão aceito pela maioria dos grandes *mestres*. Dessa forma, ele varia muito de grupo para grupo. A própria origem do sistema é recente, tendo partido com a Luta Regional Baiana de Mestre Bimba, na década de 1930. Bimba utilizava lenços de seda para diferenciar seus alunos entre calouro, formado e especializado.

Atualmente, o sistema de graduação mais comum é o de cordas (também chamadas cordéis ou cordões) de diferentes colorações amarrados na cintura do jogador. Alguns grupos usam diferentes sistemas, ou até mesmo nenhum sistema. Existem várias entidades (Ligas, Federações e Confederações) que tentam organizar e unificar a graduação na capoeira. O sistema mais comum é o da Confederação Brasileira de Capoeira, que adota o sistema de graduação feito por cordas seguindo as cores da bandeira brasileira, de fora para dentro (iniciado na época em que a capoeira oficialmente era considerada parte da Federação Brasileira de Pugilismo). (CAPOEIRA, 2016 *apud* KESTERING *et.al.* 2016, p. 211).

### 2.1.5 A Capoeira no Quilombo Lagoas do Piauí

No Quilombo Lagoas, em 2004, João Batista criou um grupo de Capoeira, associado ao estilo contemporâneo. Ali, homens e mulheres praticam-na, ainda hoje, como atividade esportiva rotineira. (Fig. 2 e 3).

Figura 2 - Capoeira



Fonte: Moura (2020, p. 47)

[Contudo,) há relatos de que a capoeira tenha chegado a São Raimundo Nonato antes mesmo de 1994, ano em que o professor Jack começou a ministrar aulas na região. Acredita-se que anteriormente algumas pessoas utilizavam os batuques do atabaque e do pandeiro em festividades na região, porém, ainda não há fontes para comprovar de fato esta afirmação. (COSTA *et al.*, 2001, p. 3 *apud* MOURA, 2020, p. 46).

Figura 3 - Roda de Capoeira infantil no Quilombo Lagoas



Fonte: Moura (2020, p. 47), adaptada pelos autores

Na cidade de São Raimundo Nonato e comunidades vizinhas ainda não existe nenhum capoeirista com o título de mestre. Benedito (apelido Jack Voador) é o professor mais velho da região, ele atua na região de São Raimundo Nonato desde o ano de 1991, mas somente no ano de 2016 é que recebeu formalmente a graduação para atuar como professor de capoeira. A titulação de graduado foi entregue pelo Mestre de

Capoeira José Gualberto (apelido Tucano). Na região se tem o costume de chamar o professor Jack de Mestre, título que a comunidade lhe atribui, mas ele não se apresenta dessa forma, pois, segundo ele, a titulação tem que ser feita formalmente e legalmente por um capoeirista já intitulado mestre.

Nesse contexto, outros alunos do Jack também são chamados de mestre pela comunidade, em forma de respeito e admiração, como por exemplo um aluno chamado João Batista (apelidado de Azulão) que era monitor na comunidade Lagoa das Emas (território quilombola). O professor Jack afirma que na atualidade seu aluno João Batista não está atuando no território porque ele está morando em outra região, mas deixou um substituto para manter a prática da capoeira com a comunidade. (BENEDITO LEITE FILHO, 2011 *apud* SANTOS, 2021).

## 2.2 Dança de Raíz Africana

Há, no Povoado Lagoa das Emas, um grupo de dança de raiz africana. Ele promove a cultura local com a participação de crianças e adolescentes em eventos onde se apresentam e expõem atributos herdados de seus ancestrais. (Fig. 4 a 6).

Figura 4 - Ensaio de danças de origem afro na escola local



Fonte: Moura (2020, p. 48)

Figura 5 - Grupo de dança de raiz africana



Fonte: Moura (2020, p. 48)

Figura 6 - Apresentação do grupo de dança de raízes africanas



Fonte: Moura (2020, p. 48)

## **2.3 Roda de São Gonçalo**

A Dança da Roda de São Gonçalo teve origem no século XVII quando, anualmente, no dia 10 de janeiro, realizava-se esse ritual no interior das igrejas de Portugal. Os devotos do Santo de Amarante trouxeram-na ao Brasil no Século XVIII. A partir de então difundiu-se para diversos estados e adquiriu características próprias de cada região.

Em Portugal, na cidade do Porto, bailava-se a Roda de São Gonçalo na Festa das Regateiras. Dela participavam, inicialmente apenas as mulheres que queriam casar-se. Ela realizava-se dentro das igrejas, onde também aconteciam coreografias com chapéu de couro (chapéus de peão), que tiveram origem na Idade Média e dançam-se até hoje.

São Gonçalo é um santo português cujo culto foi concedido pelo papa Júlio III, em 24 de abril de 1551. Ele era membro da família Pereira. Nasceu no ano de 1187, em Arriconha, freguesia de Tagilde, próximo a Vizela. No lugar onde desabrochou à vida, desde tempos imemoriais, há uma capela dedicada a ele. Seus pais eram de linhagem nobre e deram-lhe esmerada educação cristã, não só pela palavra como, sobretudo, pelo exemplo. Quando começou a fazer uso da razão, seus pais confiaram-lhe a um douto e virtuoso sacerdote sob cuja direção iniciou seus estudos. Chamavam a atenção sua modéstia, candura, esforço em aperfeiçoar-se na prática da vida cristã e progressos que fazia nos estudos. Entre outros, foram estes os motivos principais que moveram o arcebispo de Braga a admiti-lo, como seu familiar. Sob os auspícios do prelado, cursou as disciplinas eclesiásticas, vindo a ordenar-se sacerdote e, apesar de sua humildade e resistência, nomear-se pároco da freguesia de São Pelágio, de Riba-Vizela.

No desempenho de sua pastoral começou a destacar-se na prática das virtudes cristãs. Sobressaía-se no zelo apostólico,

na castidade e na prática das obras de misericórdia para com os pobres. Investia a maior parte dos rendimentos da paróquia em aliviar suas necessidades materiais, sem esquecer as necessidades espirituais de seu rebanho, prodigalizando amor e consolação a todos. Alimentava, em seu coração, um desejo ardente de visitar os túmulos dos apóstolos São Pedro e São Paulo e os lugares santos da Palestina a fim de melhor viver os mistérios cristãos.

Obtida a licença de seu bispo, deixou seus paroquianos aos cuidados de um sobrinho sacerdote e peregrinou: primeiro, a Roma, donde passou a Jerusalém e demais terras da Palestina, onde se demorou 14 anos. Entretanto, começou a sentir certo remorso por tão longo abandono de sua Paróquia, avivaram-se as saudades da pátria e de seus filhos espirituais e veio-lhe, ao íntimo, o pressentimento dos males espirituais de que padeciam, provocados por tão longa ausência e possível falta de zelo de seu sobrinho. Foram motivos mais que suficientes para regressar, apesar dos inumeráveis incômodos e perigos que a viagem supunha. (POTIGUAR NOTÍCIAS, 2014 *apud* SILVA *et al.*, 2016, p. 126).

Em seu retorno, São Gonçalo passou por um período de busca interior e encontrou, na experiência popular, a maneira de converter os pecadores. Conta-se que, para reabilitar as prostitutas, vestia-se de mulher, dançava e cantava com elas durante a noite toda dos sábados. Ele entendia que as mulheres dançarinas não cairiam em tentação no domingo. Acreditava também que, com o tempo, se converteriam e se casariam. Pregou e operou supostos milagres em todo o Norte de Portugal. Sobre o Rio Tâmega construiu uma ponte de granito. Morreu no Douro, em Amarante, no dia 10 de janeiro de 1259, à margem direita do Rio Tâmega. Após sua morte, passou a ser venerado como protetor dos violeiros, intercessor contra enchentes e casamenteiro. Em 1561, ele foi canonizado. O rei de Portugal D. João III, seu grande devoto, foi um dos primeiros a se empenhar em sua beatificação. Em Portugal sua

festa realiza-se anualmente em Amarante, no dia 7 de junho, quando o povo lhe dedica uma semana de festejos, com procissões, bandas de música e folguedos populares.

Diz-se que os primeiros rituais da Roda de São Gonçalo do Amarante no Brasil realizaram-se em janeiro de 1718, dentro de uma igreja, na cidade de Salvador, com acompanhamento de guitarras e gritarias de frades, mulheres, fidalgos e escravos, em delirante reboiço. Fala-se que, no coroamento da festa, os bailarinos tomaram a imagem do santo do altar e dançaram com ela. Logo após esse “distúrbio”, proibiu-se a dança de São Gonçalo nas igrejas da região. Elas realizavam-se, então, nas ruas da cidade onde era comum ver homens brancos, mulheres, meninos e negros com violas, pandeiros e adufes, em grande algazarra, com brados de vivas e revivas ao santo. Por isso proibiu-se sua prática, com graves penas a quem se achasse em semelhantes festas desordeiras. Apesar da proibição, a festa de São Gonçalo continuou a acontecer, não somente em Salvador, mas em todo Brasil, mormente na região Nordeste. Apesar de diversificar-se regionalmente nas formas e técnicas (coreografia, música, passo de dança, organização das fileiras e ordem entre dançarinos) preserva-se a essência estrutural da tradição.

Dançam doze pessoas em filas singelas de seis em cada, um homem com a viola vai na frente sendo o guia; na frente do guia tem um altar com o santo, logo em seguida os contra-guia, seguem o cordão com mulheres o mesmo acontece no outro cordão formando assim duas fileiras. As músicas são entoadas por todos os dançantes formando um canto uníssono que é acompanhado com um movimento de bolandas [boliços, rodas-vivas, corre-corres, correrias] para direita e para esquerda e depois da jornada desfilam ante o altar, uma fila para cada lado. Chama-se jornada a série de versos cantados sem interrupção. Tradicionalmente se faz doze jornadas na roda de São Gonçalo, não se ultrapassa esse número nem que seja por conta de promessa. A dança é

sempre feita em frente ao altar, com a imagem do santo. (CASCUDO, 1969 *apud* SILVA, 2017, p. 21).

Na região Sudeste do Piauí deve-se a origem da prática dessa dança festeira a Frei Henrique Cavalcante que, no século XVIII, quando aí pregava a palavra de Deus deixou, como marcos de sua passagem, algumas igrejas construídas, alguns cruzeiros e três imagens, uma das quais, a de São Gonçalo. (ATTA, 1983 *apud* SILVA *et al.*, 2016, p. 131). No território do Quilombo de Lagoas o ritual da Roda de São Gonçalo é uma festa popular e democrática. Todos dançam, do mais novo ao mais idoso. Comumente ela inicia-se no ocaso do dia. Não tem lugar certo para realizar-se e, nem tampouco, quantidade definida de participantes.

Zacarias Santos e Raimundo Marques são os atuais mestres de roda de São Gonçalo em Lagoa das Emas e, junto com as cantadeiras, são os responsáveis por manter a tradição viva na comunidade, fazendo as rodas com certa frequência. Como o dia do São Gonçalo do Amarante é 10 de janeiro, os mestres procuram realizar a roda nessa data, porém, como São Gonçalo também é um santo casamenteiro, se faz a dança em outras datas para moças solteiras conseguirem um esposo, ou para se pagar uma promessa. (SILVA, 2017, p. 27).

As rodas de São Gonçalo na Lagoa das Emas acompanham-se da estátua de São Gonçalo do Amarante camponês. Coloca-se a imagem do santo em um altar, na frente do mestre, do guia, das cantadeiras<sup>4</sup> e dos dançarinos. Entoam-se hinos com assistência de violão, sanfona, pandeiro, triângulo, zabumba e utilização de arcos de cipó. As mulheres normalmente dançam com saias coloridas e os homens, com roupas comuns. (Fig. 7 a 13).

---

<sup>4</sup> As cantadeiras são responsáveis não só por cantar, mas também por enfeitar o altar e iniciar a roda com uma oração e uma caatinga ao santo. (SILVA, 2017, p. 45).

Figura 7 - Imagem de São Gonçalo do Amarante, de Lagoa das Emas



Fonte: Silva (2017, p. 33), adaptada pelos autores

Figura 8 - Mestre



Fonte: Silva (2017, p. 34)

Figura 9 - Guia



Fonte: Silva (2017, p. 33), adaptada pelos autores

Figura 10 - Assistência de instrumentos musicais



Fonte: Silva (2017, p. 30)

Figura 11 - Arcos de cipó



Fonte: Silva (2017, p. 49)

Figura 12 - As mulheres normalmente dançam com saias coloridas



Fonte: Silva (2017, p. 31)

Figura 13 - Os homens dançam com roupas normais



Fonte: Silva (2021, p. 32)

Eu acho que [esse ritual] é importante porque, quando eu me entendi no mundo, meus pais e meus avós já falavam da Roda de São Gonçalo. Antigamente, o povo parece que [valorizava] mais do que hoje. Ali, quando o povo fazia promessa a São Gonçalo, era valido. Ainda hoje é valido porque o povo continua fazendo. Não é? É importante porque é uma transmissão de conhecimento, porque é uma parte da cultura que se tem aqui. E outra... É uma tradição que já vem quase do começo do mundo. Nem sei quando começou. (...) É por isso que eu acho que é uma grande tradição pois o povo faz promessa a São Gonçalo e é valido. Eu penso em minha vida, de a gente nunca deixar essa cultura em nossas comunidades, porque não é só aqui que se dança. Aqui ao redor, de junto da Fartura e Bonfim, sempre dançam São Gonçalo. (MARQUES, 2021 *apud* SILVA, 2017, p. 37).

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se de um projeto de exploração de jazidas de ferro magnético com beneficiamento a seco. Abrange 2.275 hectares distribuídos em nove blocos a serem diretamente afetados, em cinco municípios da região Sudeste do Piauí. (Tab. 1; Fig. 14 e 15).

Tabela 1 - Distribuição das áreas nos municípios

Nº	Bloco	Município	Área (ha)
1	Fartura	Fartura do Piauí	130
2	Serrinha 1	São Lourenço do Piauí	210
3	Serrinha 2	São Raimundo Nonato	332
4	Serrinha 3	São Lourenço do Piauí	164
5	Bonfim	Bonfim do Piauí	505
6	Serra do Ó	São Raimundo Nonato	678
7	Dirceu 1	Dirceu Arcoverde	133
8	Dirceu 2	Dirceu Arcoverde	109
9	Dirceu 3	Dirceu Arcoverde	14
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>2.275</b>

Fonte: Vestigium (2022, p. 13), adaptada pelos autores

Figura 14 - Localização dos blocos diretamente afetados



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022, p. 13)

Figura 15 – Localização dos blocos com ferro magnético



Fonte: Empreendedor (2021), adaptado pelos autores

### 3.1 Geologia

O empreendimento promove relativo impacto sobre depósitos superficiais cenozoicos; rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba; rochas da Unidade Barra Bonita; de Granitos do embasamento cristalino dos complexos Sobradinho-Remanso e Formosa do Rio Preto. (Fig. 16).

Os Depósitos Superficiais Cenozoicos são dominantes no Município de São Raimundo Nonato onde, em área do atual Parque Nacional Serra da Capivara, acumularam-se sobre rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba. Esses sedimentos são de idade Terciária e Quaternária, isto é, de 65 milhões de anos até o presente. Compõem-se de sedimentos detríticos e lateríticos, areias, argilas e cascalhos.

Nas rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba, dominantes nos municípios de Bonfim do Piauí e São Raimundo Nonato, não há jazidas de ferro magnético. Elas se originaram no Éon do Fanerozoico, iniciado há 570 milhões de anos, quando nos oceanos se desenvolviam a primeiras plantas e animais

pluricelulares. Constituem-se de arenitos de granulação grossa e média, conglomerados, folhelhos e siltitos<sup>5</sup>.

Nas rochas da Unidade Barra Bonita também não há jazidas de ferro magnético a se explorar. Seus componentes vinculam-se à Faixa de Dobramentos Riacho do Pontal e integram-se ao Complexo Casa Nova que se estende maciçamente daquela cidade homônima até o município de São Raimundo Nonato. Originaram-se na Era do Neoproterozoico, de um bilhão a 542 milhões de anos atrás<sup>6</sup>.

A unidade [Barra Bonita] é formada pelas litofácies: granada micaxistos, xistos feldspáticos e quartzosos, metagrauvascas, metacalcários, muscovita, quartzito e filitos. (...) muitas vezes é capeada por uma cobertura arenosa e detrito-laterítica. [Ela é] constituída, em sua grande maioria, por micaxistos, com finas intercalações de muscovita quartzito e quartzo xisto; e, ainda, muscovita xistos, xistos granadíferos e feldspáticos, além de restritas ocorrências de xistos calcíferos. (FREITAS, 2017, p. 38).

---

<sup>5</sup> “O Éon Fanerozoico se divide em três grandes eras: a Era Paleozoica (vida antiga), de 542 a 251 milhões de anos atrás; a Era Mesozoica (vida intermediária), de 251 a 65 milhões de anos atrás; e a Era Cenozoica (vida recente), de 65 milhões de anos atrás até o presente. A transição entre estas três grandes eras são marcadas por catástrofes geológicas que tiveram como consequência as principais extinções em massa que ocorreram no globo, exterminando principalmente os grupos dominantes dessas eras geológicas.” (GANDINI, 2023).

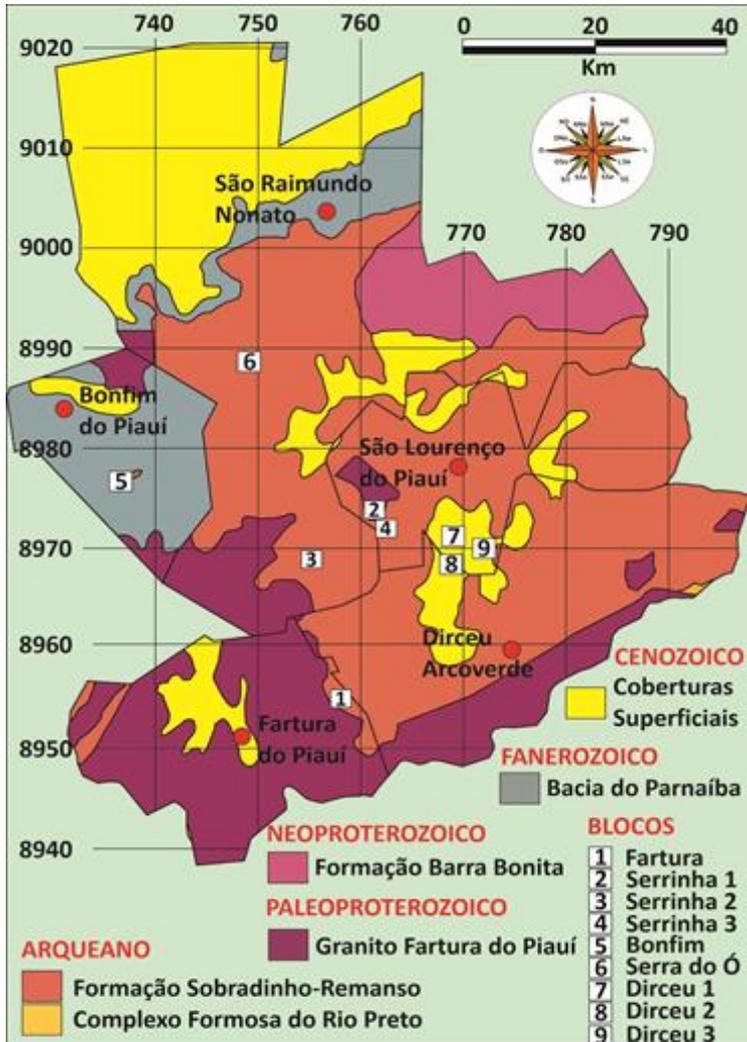
<sup>6</sup> “O Proterozóico é dividido em três eras:

Paleoproterozoico (de 2,5 a 1,6 bilhões de anos), quando surgiram os primeiros seres eucariontes.

Mesoproterozoico (de 1,6 a 1,0 bilhão de anos). Era em que se formou o supercontinente Rodínia e surgiu a reprodução animal sexuada.

Neoproterozoico (1,0 bilhão de anos a 542 milhões de anos). No final dessa era, termina o éon Proterozóico e a longa fase da história da Terra que se chamava até recentemente de Pré-Cambriano. Este nome compreende o conjunto dos três éons mais antigos da história do nosso planeta, intervalo que abrange nada menos de 7/8 da história da Terra.” (BRANCO, 2016).

Figura 16 – Esboço geológico



Fonte: Aguiar; Gomes (2004), adaptado pelos autores

Nas rochas de Granito Fartura do Piauí, associadas ao Complexo Sobradinho-Remanso, dominantes no município homônimo, há uma jazida de ferro magnético a explorar-se. Ela

jaz no Bloco Serrinha 1, localizado no Morro do Ladislau, extremidade oeste do município vizinho de São Lourenço do Piauí. Essas rochas originaram-se na era do Paleoproterozoico, de 2,5 a 1,6 bilhões de anos.

[Caracterizam-se] como granitos róseos, menos comumente cinzas, porfiríticos, geralmente isotrópicos, podendo apresentar, localmente, leve orientação gerada por processos cataclásticos, fraturas e veios de quartzo e de pegmatito. (...) podem ser descritos como monzogranitos, comumente portadores de hornblenda, exibindo deformação descontínua. Neste corpo granítico podem ser observadas tanto tramas com foliação incipiente, quanto afloramentos com lineação mineral e porções intensamente deformadas (gnaissificadas). É comum nestas rochas a presença de enclaves de metabasitos e fraturas preenchidas por pegmatitos quartzo-feldspáticos. Fraturas conjugadas e falhas com rejeitos de poucos centímetros também estão presentes, mas de forma mais esparsa. (AUGUSTO *et al.*, 2017, p. 29-30).

Nas rochas do Complexo Sobradinho-Remanso, dominantes nos municípios de São Raimundo Nonato, São Lourenço do Piauí e Dirceu Arcoverde, há jazidas de ferro magnético a explorarem-se nos blocos Fartura do Piauí, Serrinha 2 e 3, Bonfim, Serra do Ó e Dirceu 1, 2 e 3. Elas se originaram no Arqueano, de 3,85 a 2,5 bilhões de anos<sup>7</sup>.

O Complexo Sobradinho-Remanso é constituído por gnaisses migmatizados, especialmente ortognaisses de composição tonalítica, associados a granitoides, com granulitos

---

<sup>7</sup> “O Arqueano está dividido em 4 eras: o **Eoarqueano** (3,85-3,6 bilhões de anos); o **Paleoarqueano** (3,6-3,2 bilhões de anos), quando surgiram os primeiros continentes, como o Vaalbara, que se formou no final desta era; o **Mesoarqueano** (3,2-2,8 bilhões de anos), quando os estromatólitos proliferavam na Terra e o supercontinente Vaalbara começou a se partir ao final desta era; e o **Neoarqueano** (2,8-2,5 bilhões de anos), quando a tectônica de placas pode ter sido bastante similar à atual, com existência de água predominantemente líquida e bacias oceânicas profundas, originando formações ferríferas bandadas, entre outros depósitos.” (GANDINI, 2015).

subordinados, restos de rochas básico-ultrabásicas anfibolitizadas e supracrustais, apresentando uma estruturação bem mais complexa do que a observada nas faixas de dobramentos adjacentes. (PRADO; SAMPAIO; VASCONCELOS, 1991 *apud* CARVALHO *et al.*, 2017, p. 16).

As rochas do Complexo Formosa do Rio Preto, que afloram na extremidade sudeste do município de Dirceu Arcoverde, também se originaram no Arqueano. Nelas não há jazidas de ferro magnético a explorarem-se.

[As rochas do Complexo Formosa do Rio Preto são compostas] por mica xisto grosso frequentemente granadífero, com intercalações de quartzito puro a micáceo, metarritmito arenopelítico, metachert ferro-manganesífero, e, localmente, clorita-actinolita-epidoto xisto verde. (CAXITO, 2010, p. 62).

### **3.2 Geomorfologia**

Os processos resultantes das oscilações climáticas, associados à orientação da estrutura geológica, são responsáveis pela definição das formas de relevo que, na atualidade, continuam a evoluir, em combinação com os demais elementos do quadro natural. Assim é que a gênese do modelado em áreas piauienses reflete as condições litológicas e de atuação tectônica pretérita, a que se submeteu toda a estrutura geológica do Nordeste e que, mais recentemente, a partir do Pliopleistoceno, documenta variações climáticas responsáveis pela dinâmica subatual e atual de seu modelado. Ordena-se, portanto, o relevo piauiense a partir da identificação das feições por compartimento regional, dentro de cada unidade morfoestrutural. Identificam-se essas bases geológicas por grandes unidades litoestruturais e sedimentos recentes que, no Piauí, compreendem a seguinte distribuição:

- I. Embasamento cristalino Pré-Cambriano;
- II. Formações Paleomesozoicas da Bacia Sedimentar do Maranhão-Piauí;
- III. Sedimentos Terciários da Formação Barreiras e
- IV. Sedimentos Costeiros Quaternários. (AB'SABER, 1967).

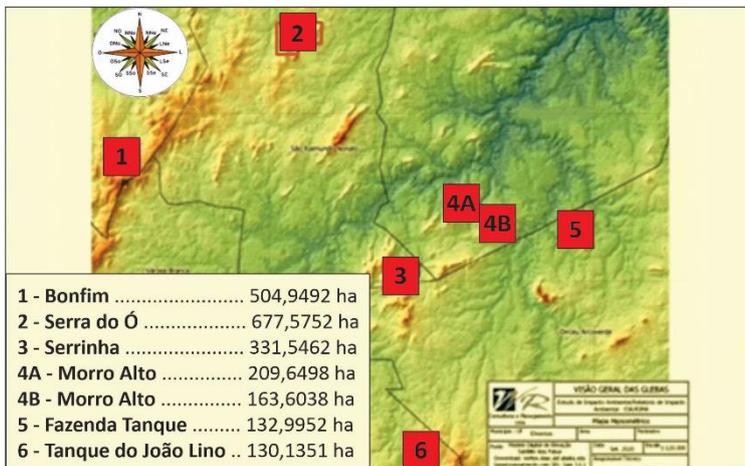
Os terrenos do embasamento cristalino são do Pré-Cambriano e correspondem à faixa do Escudo Nordestino, no contato sul e sudeste da bacia sedimentar do Maranhão-Piauí. Representam, portanto, a continuidade das depressões sertanejas regionais que ocorrem em todo o nordeste oriental. Abrangem no Piauí uma área de aproximadamente 39.000 km<sup>2</sup>, ou seja, 15% da área total do Estado. Com relação à bacia sedimentar do Maranhão-Piauí, a literatura geológica observa que a posição intra-cratônica dessa bacia favoreceu a deposição sedimentar que oscilou com as transgressões e regressões marinhas, associadas aos movimentos de subsidência e soerguimento. O seu abaixamento liga-se às perturbações da crosta, a partir do Pré-Cambriano.

As discordâncias observadas hoje em sua estratigrafia, embora ocorram em área de extensão pouco significativa em relação ao total da bacia, atestam a ciclicidade dos períodos sedimentares de sua formação. Essa sedimentação processou-se a partir do Siluriano, em ciclos de duração e intensidade variadas, sobre uma superfície que se rebaixou, quando da subsidência de grandes regiões. Ocorreu, entre outras, a sinéclise, que compreende a Bacia Sedimentar do Maranhão-Piauí, paralelamente à elevação de outras áreas (as antéclicses), com a exposição do embasamento cristalino. As formações geológicas que a compõem distribuem-se sucessiva e paralelamente entre si. Obedecem à direção geral norte/sul, com um mergulho suave de leste a oeste e atingem, no Piauí, uma profundidade pouco acima de 2000 m. Sua maior espessura localiza-se no interior do Estado do Maranhão.

As áreas de exploração mineral do projeto da Mineração SRN foram objeto de pesquisa nos municípios de São Raimundo Nonato, Dirceu Arcoverde, São Lourenço do Piauí, Fartura do Piauí e Bonfim do Piauí. Possuem relevos variados em cada região alvo, conforme análise, avaliação e classificação que se fizeram com imagens de radar<sup>8</sup>.

Planejam-se explorações minerais em seis regiões alvo (Bonfim, Serra do Ó, Serrinha, Morro Alto, Dirceu e Fartura). Compreendem sete glebas, visto que a região do Morro Alto se compõe de duas glebas, denominadas de 4 A e 4 B. As regiões alvo possuem características geomorfológicas específicas, com relevos que variam de plano a montanhoso e altitudes entre 350 m e 600 m. (Fig. 17).

Figura 17 - Mapa hipsométrico da região do projeto Mineração SRN



Fonte: EIA/RIMA (2020)

<sup>8</sup> Com a utilização do programa QGIS, obteve-se a imagem de radar da região onde será implantado o empreendimento (satélite Alos, sensor palsar, imagem AP\_27233.FB5 = F6990\_RD1.DEN). Ela possibilitou classificar o relevo, bem como, identificar as altitudes e os perfis dos terrenos das áreas a serem exploradas.

Os blocos com jazidas de ferro magnético localizam-se em chapadas e inselbergs que se destacam na paisagem das bacias hidrográfica dos rios São Lourenço e Piauí. (Fig. 18). O território a que eles se vinculam faz jus ao nome, pelas centenas ou milhares de lagoas que neles existiam, a disporem de farta caça e abundante pescado, durante boa parte dos anos<sup>9</sup>. (Fig. 19). É provável que essas depressões naturais se tenham originado pelo turbilhonamento de águas fluviais quando, antes de ter-se desfeito o antigo lago natural de Sobradinho, por eles manava o Rio São Francisco.

Por informação dos grupos nativos, durante os séculos XVI e XVII, defendia-se que o Rio São Francisco nascia em um lago. A primeira informação que se tem desse manancial lacustre atribui-se a Velasco (1574). Diogo Homem (1565) desenhava-o em latitudes e longitudes aproximadas às do atual Lago de Sobradinho. Embora sua posição geográfica e dimensão variassem entre os cronistas e cartógrafos, reconhecia-se que era contemporâneo aos indígenas que a ele se referiam.

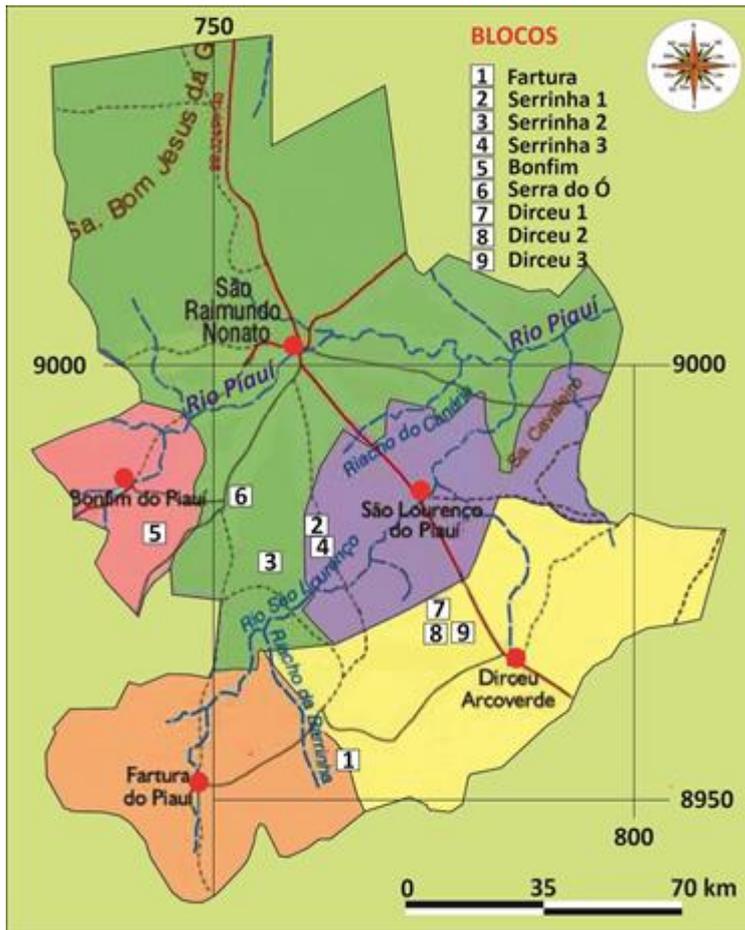
[O Rio São Francisco] com direção sul-norte, nos estados de Minas Gerais e Bahia é evidentemente um vale maduro, com extensos depósitos aluviais, enquanto que o trecho mais baixo, com direção noroeste-sudeste é mais jovem. Então, antigamente o Rio São Francisco deve ter fluído em outra direção para o Oceano (este fato já foi sugerido por Moraes Rego, em 1936 e, mais tarde, por vários outros autores). Seu curso precedente provavelmente seguia pelo largo vale aberto do atual Rio Piauí. É nesse vale do Rio Piauí que aparecem densos depósitos arenosos muito largos e extensos

---

<sup>9</sup> “[A título de exemplo], a Lagoa de Fartura, como era conhecida, chamava a atenção pela fartura de caça e pesca. Sua água era cristalina e a areia branca de seu entorno era admirada pelos habitantes da fazenda. Na lagoa, os moradores lavavam suas roupas, utilizavam a água para os afazeres domésticos e se banhavam como lazer. Com o passar dos anos, a paisagem foi mudando. Extinguiu-se a lagoa da qual restou somente a memória.” (BRAGA; KESTERING, 2015, p. 128).

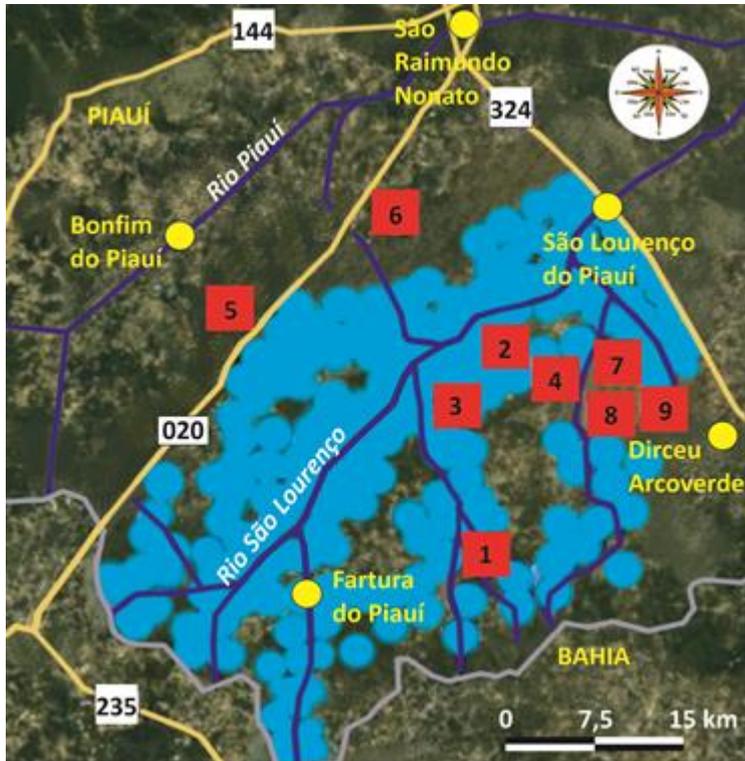
para um rio do seu tamanho atual. Além disso, o curso superior do Rio Piauí é separado da área de drenagem do Rio São Francisco por uma estreita faixa seca. (...) Então, anteriormente, o rio deve ter seguido em direção norte, através dos vales do atual Rio Piauí e Parnaíba, para o Oceano Atlântico equatorial onde existe um grande delta na sua foz. (MABESOOONE, 1994 *apud* KESTERING, 2007, p. 40-41).

Figura 18 – Relação dos blocos com os rios São Lourenço e Piauí



Fonte: IBGE (2007, *apud* Ribeiro, 2023), adaptado pelos autores

Figura 19 – Lagoas na Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço



Fonte: Google Earth (2023), adaptada pelos autores

Com estribo nos relatos de cronistas e na premissa de geólogos e geomorfólogos do Século XX, prospectaram-se as nascentes de feições de relevo com evidências de extravasores do antigo lago. Identificaram-se cicatrizes indicativas de pretéritos fluxos de água em direção norte, nas nascentes do Rio Piauí, a 514 m de altitude; do Riacho do Umbuzeiro, a 500 m; dos riachos Santa Luzia e das Cacimbas, a 478 m.

Coletaram-se sedimentos no leito de um talvegue fóssil da atual nascente do Rio São Lourenço, a 460 m de altitude. O dito canal natural tem sete metros de profundidade em relação às

margens próximas. Situa-se no divisor de águas da fronteira da Bahia com o Piauí, por onde o Rio São Francisco teria fluído, pelo derradeiro extravasor do antigo lago. (Fig. 20).

Figura 20 - Coleta de sedimentos



Fonte: Kesting (2021a, p. 63)

Por Luminescência Oticamente Estimulada (LOE) que se aplicou em partículas de quartzo dos sedimentos coletados junto ao embasamento rochoso, a 0,7 m de profundidade, obteve-se a datação de 5.850 +/- 800 anos. (Fig. 21).

Figura 21 - Resultado da datação por LOE

Código Datação	Amostra	Dose Anual (μGy/ano)	P (Gy)	Idade (anos)
4258	Etiqueta 1388 - 0,10 m	2.200 ± 210	3,0	1.360 ± 200
DESVIO PADRÃO		⇒⇒⇒	0,7	
4259	Etiqueta 1389 - 0,35 m	2.990 ± 300	8,3	2.780 ± 420
DESVIO PADRÃO		⇒⇒⇒	1,7	
4260	Etiqueta 1390 - 0,70 m	2.640 ± 240	15,4	5.850 ± 800
DESVIO PADRÃO		⇒⇒⇒	1,6	

Fonte: Kesting (2021a, p. 63)

Apanharam-se sedimentos na nascente daquele rio porque sua altitude é menor que a das outras. Isso sugere ter sido o último extravasor do lago natural de Sobradinho, quando o Rio São Francisco fluía em direção norte, pelos rios Piauí e Parnaíba, para desaguar no Oceano Atlântico Equatorial.

Os sedimentos extraídos e datados jaziam sobre a superfície de rochas do embasamento cristalino Granito Fatura do Piauí, associadas à Formação Sobradinho - Remanso, do Complexo Ceará. Eles devem ter-se acumulado desde o momento em que o Rio São Francisco deixou de fluir por essa geoforma quando, por erosão regressiva de um pretérito fluxo hídrico de orientação leste - oeste, iniciou-se o dismantelar do antigo lago, com o desvio de seu curso para a direção atual.

Pelo resultado obtido, propõe-se que os grupos pré-históricos vinculados à Tradição Nordeste, que realizaram grande parte dos painéis rupestres preservados no Parque Nacional Serra da Capivara, pela abundância de caça e pescado, tenham ocupado as margens daquele pretérito fluxo de água, hoje conhecidos como rios São Lourenço e Piauí.

### **3.3 Recursos Hídricos**

No Nordeste brasileiro, a Bacia Hidrográfica do Parnaíba é uma das mais extensas. Ocupa uma área de 330.285 km<sup>2</sup>, o equivalente a 3,9% do território nacional. Abrange todo estado do Piauí e parte do Maranhão e Ceará. No Piauí, ela se divide em 12 sub-bacias quais são: Difusas do Litoral; do Rio Piranji; Difusas do Baixo Parnaíba; dos rios Longá, Poti, Piauí e Canindé; Difusas do Médio Parnaíba; dos rios Itaueira e Gurgueia; Difusas da Barragem de Boa Esperança; do Rio Uruçuí Preto e Difusas do Alto Parnaíba. A hidrografia da área constitui-se da sub-bacia do Rio Piauí. (Fig. 22).



as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Poti e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Destaca-se que a sub-bacia do Rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semiárida.

Apesar de o Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui muitos açudes. O mais importante é o da Boa Esperança. Localiza-se em Guadalupe. Represa cinco bilhões de metros cúbicos de água do Rio Parnaíba. Presta grandes benefícios à população, pela criação de peixes e regularização da vazão do rio, a evitar grandes cheias; por melhorar as possibilidades de navegação e gerar energia elétrica que abastece boa parte do Estado.

Na área de influência direta do empreendimento, que abrange os cinco municípios onde se localizam as áreas a serem mineradas, há poucas fontes de águas superficiais. Os principais cursos de água intermitente são os rios Piauí e São Lourenço, bem como os riachos Canário, Seco, da Barrinha e Baixão do Sítio.

### **3.4 Solos**

Os solos das áreas a serem diretamente afetadas caracterizam-se como latossolos amarelos, argissolos vermelho-amarelados e neossolos litólicos. Para melhor reconhecimento, apresentam-se pela distribuição nas regiões alvo.

**Região de Bonfim:** Os solos encontrados classificam-se como: argissolo vermelho-amarelado, eutrófico, concrecionado, plântico e não-plântico, com textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférrico, raso a profundo, relevo plano a suave ondulado (Fig. 23 e 24); neossolo litólico eutrófico

típico, horizonte A fraco, textura média, fase pedregosa e rochosa, em relevo, ondulado e/ou fortemente ondulado, em fase de savana estépica. (Fig. 25).

Figura 23 - Argissolo vermelho-amarelado



Fonte: EIA/RIMA (2020)

Figura 24 - Argissolo vermelho-amarelado, concrecionado



Fonte: EIA/RIMA (2020)

Figura 25 - Afloramento rochoso



Fonte: EIA/RIMA (2020)

**Região da Serra do Ó:** Os solos encontrados classificam-se como: latossolo amarelo, distrófico, com textura média, horizonte A fraco, profundo, relevo plano a suavemente ondulado; argissolo vermelho-amarelado, eutrófico, concrecionado, plíntico e não plíntico, textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférrico, raso a profundo, relevo suavemente ondulado a ondulado; neossolo litólico, eutrófico típico, horizonte A fraco, textura média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado a fortemente ondulado, fase savana estépica. (Fig. 26 a 28).

Figura 26 - Latossolo amarelo



Fonte: EIA/RIMA (2020)

Figura 27 - Argissolo vermelho-amarelado



Fonte: EIA/RIMA (2020)

Figura 28 - Afloramento rochoso



Fonte: EIA/RIMA (2020)

**Região da Serrinha:** Os solos encontrados classificam-se como: latossolo amarelo, distrófico, textura média, horizonte A fraco,

profundo, relevo plano a suavemente ondulado; argissolo vermelho-amarelado, eutrófico, concrecionado, plíntico e não plíntico, textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférrico, raso a profundo, relevo suavemente ondulado a ondulado (Fig. 29); neossolo litólico, eutrófico típico, horizonte A fraco, textura média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado a fortemente ondulado, fase savana estépica.

Figura 29 - Argissolo vermelho-amarelado, concrecionado



Fonte: EIA/RIMA, 2020.

**Região do Morro Alto:** Os solos encontrados classificam-se como: argissolo vermelho-amarelado eutrófico, concrecionado, plíntico e não plíntico, com textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférrico, raso a profundo, relevo plano a ondulado (Fig. 30); neossolo litólico, eutrófico típico, horizonte A fraco, textura média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado a fortemente ondulado, fase savana estépica e capoeira fina.

Figura 30 - Argissolo vermelho-amarelado, concrecionado



Fonte: EIA/RIMA (2020)

**Região de Dirceu:** Os solos encontrados classificam-se como: latossolo amarelo, distrófico, textura média, horizonte A fraco, profundo, relevo plano a suavemente ondulado; argissolo vermelho-amarelado, eutrófico, concrecionado, plíntico e não plíntico, textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférrico, raso a profundo, relevo moderadamente ondulado a ondulado, ambos em fase savana estépica. (Fig. 31 e 32).

Figura 31 - Argissolo vermelho-amarelado



Fonte: EIA/RIMA (2020)

Figura 32 - Limalha de ferro na superfície



Fonte: EIA/RIMA (2020)

**Região de Fartura:** Os solos encontrados classificam-se como: argissolo vermelho-amarelado, eutrófico, concrecionado,

plíntico e não plíntico, textura média e média-argilosa, horizonte A fraco, mesoférico, raso a profundo, relevo plano a ondulado; neossolo litólico, eutrófico típico, horizonte A fraco, textura média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado a fortemente ondulado, fase Savana Estépica. (Fig. 33).

Figura 33 - Argissolo vermelho-amarelado, fase pedregosa



Fonte: EIA/RIMA (2020)

#### 4 HECATOMBE GENOCIDA DO SÉCULO XVII

Em São Lourenço do Piauí, na Área de Influência Direta do empreendimento, a 17 km dos blocos Serrinha 1 e Dirceu 3, cujas jazidas de ferro pretende-se explorar, mantém-se a tradição oral de seu território ter sido originalmente habitado por nativos Acoroá (Kraô), Amoipirá e Guegoá (Gueguê, Guaisguais)<sup>10</sup>. Conta-se que eles viviam da caça, pesca, coleta de frutas da caatinga e daquilo que cultivavam em pequenas caiçaras, nas terras marginais dos riachos intermitentes, tributários do Rio Piauí. Diz-se que ocupavam as nascentes do Rio São Lourenço, desde as lagoas do Exu, do Arroz e da Onça, na divisa dos atuais municípios de Campo Alegre de Lourdes e Fartura do Piauí. Fala-se de evidências da ocupação pré-histórica e histórica desses nativos em toda extensão de seu leito, em cuja abundante areia grossa jazem fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica em sílex.

É fato, também, o Piauí ter sido utilizado como corredor de migrações (...) por vários grupos indígenas que, expulsos de seus territórios pelo colonizador, tenham procurado refúgio na Capitania do Piauí, que além de oferecer condições geográficas propícias, como as margens dos rios Piauí, Gurgueia, Canindé e Parnaíba, ainda teve seu processo de colonização tardio em relação aos demais estados do atual Nordeste brasileiro, sendo, portanto, um território propício à estabilização dos grupos que fugiam do avanço pastoril no São Francisco. (PRADO, 2021, p. 14-15).

Dos vestígios da presença de grupos nativos nessa região tem maior destaque, porém, a história oral referente ao Umbuzeiro

---

<sup>10</sup> “A partir de 1759, depois de instalada a Capitania, poucos grupos indígenas continuavam a percorrer o território piauiense. (...) Encontravam-se aldeados os Jaicó, os Gueguê e os Acoroá. Os demais grupos encontravam-se dispersos ou haviam sido dizimados.” (MIRANDA, 2004 *apud* PRADO, 2021, p. 17).

dos Defuntos em cujo entorno ter-se-iam sepultado centenas de corpos de guerreiros nativos, mortos pelos portugueses, quando se implantaram a primeiras fazendas de gado na região Sudeste do Piauí<sup>11</sup>. Diz-se que lá, naquele lugar de triste memória, com frequência, ouvem-se e veem-se aleivosias. (Fig. 34).

Figura 34 – Umbuzeiro dos Defuntos



Fonte: Castro; Kesting (2015, p. 117)

Sobre o umbuzeiro dos defuntos, meus avós e bisavós falavam que era lugar de índio. Devido às fileiras de pedras, eles diziam que era lá onde eles (os índios) enterravam os mortos, por isso o nome. Lá tinha umas aparências e assombrações como luzes, pessoas conversando, barulho de cavaleiros com seus cavalos. As pessoas até se recusavam a passar lá durante a noite. Eu, inclusive, passei por lá nestes dias e vi que as pedras ainda estavam lá, meio enterradas. No riacho da pedrona também tinha marcas que meus avós falavam ser de índios devido às cercas de pedra. Pode ser que eles usavam pra marcar terras. Com o tempo não tem mais não, mas tinha. No tempo das enchentes a água carregou. (SANTOS, 2014 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 68-69).

---

<sup>11</sup> “O local desse morticínio ficaria a seis ou sete dias de viagem da foz do rio Salitre, ainda longe do rio Gurgueia, mas já próximo dos afluentes do Canindé, especialmente o Piauí.” (SANTOS, 2010, p. 70).

Para verificar se havia, no local, artefatos e outros vestígios arqueológicos pré-coloniais e coloniais, fez-se ligeira prospecção não interventiva nas proximidades do aludido umbuzeiro (*Spondias tuberosa*). Constatou-se que, às coordenadas UTM23L 771800, UTMN 8986170, a 328 m de altitude, dois quilômetros à jusante do centro da cidade de São Lourenço do Piauí, havia muitos ossos humanos, fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica, junto a um centenário juazeiro (*Ziziphus juazeiro*). (Fig. 35). Havia, também, fragmentos de cerâmica, louça e talheres, espalhados na superfície do terreno, nas proximidades de um lajedo de granito que aflora nas duas margens do rio.

Figura 35 - Fragmentos de ossos humanos



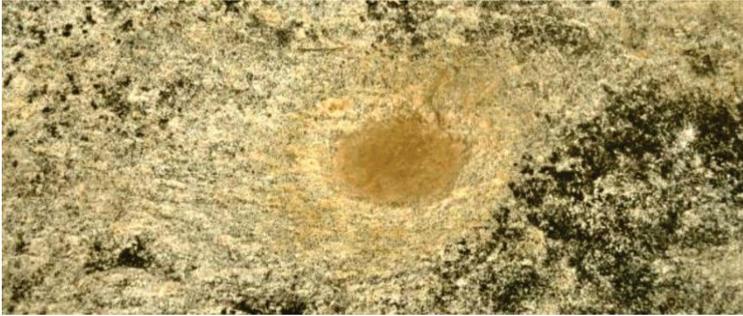
Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 70)

Um pouco afastado dali, nas adjacências de dois frondosos umbuzeiros, postados no terraço fluvial antigo da margem direita do rio, constatou-se haver concentração de matacões, ossos humanos e carapaças de tatu. Viu-se existir, também, profusos artefatos da indústria lítica em sílex, no entorno próximo dos ossos humanos, bem como nas duas margens e no leito do Rio São Lourenço.

Na superfície de um afloramento de granito, há pilões em rocha. (Fig. 36 e 37). Neles, em períodos pré-coloniais e coloniais, triturava-se milho e mandioca, produtos da

agricultura de subsistência que se praticava nas caiçaras dos férteis solos aluviais das margens do rio. Nas proximidades do afloramento rochoso, encontravam-se remanescentes da cultura material do Brasil colonial e imperial, como cabos de talher, fragmentos de louça e destroços de uma barragem edificada com matações de granito, argamassados com argila.

Figura 36 - Pilão em rocha



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 72)

Figura 37 - Pilão em rocha



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 72)

(Fig. 38 a 42). Com base na técnica construtiva, estima-se, que ela tenha sido edificada por colonizadores portugueses quando, na segunda metade do século XVII, implantou-se a Fazenda Caldeirão, hoje município de São Lourenço do Piauí.

Não se descarta a probabilidade de, em seu erguimento, ter-se utilizado a mão de obra de indígenas escravizados.

Figura 38 – Fragmentos de talheres e chave



Foto: Márcia de Santana Castro (2015)

Figura 39 – Moeda cunhada em 1829



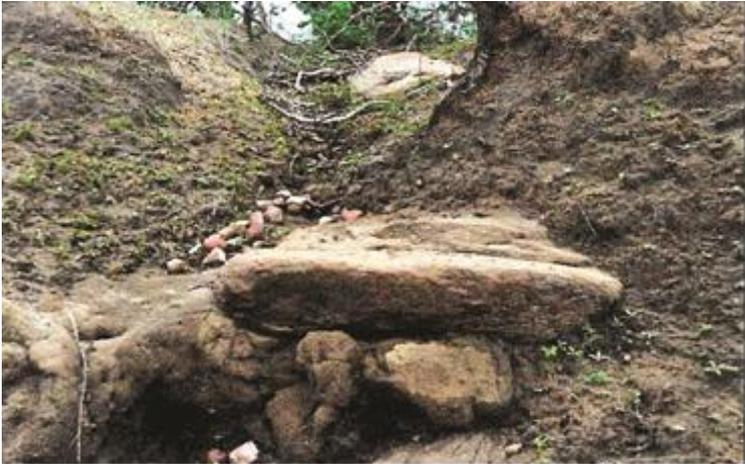
Fonte: Lima; Kesting (2015, p. 161)

Figura 40 - Fragmentos de louça



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 73)

Figura 41 – Restos da barragem no leito do Rio São Lourenço



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 73)

Figura 42 – Restos da barragem no leito do Rio São Lourenço



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 17)

Junto a dois frondosos umbuzeiros mais, onde se diz verem-se e ouvirem-se alevisias, há concentração de matacões. Próximo a eles, identificaram-se ossos humanos e de outras

espécies animais, carapaças de tatu e restos de uma casa de taipa cuja cobertura era de telha. Junto a uma dessas centenárias árvores, endêmicas na caatinga, há vestígios de uma velha olaria onde dois moradores afirmam ter encontrado um crânio humano. (Fig. 43).

Figura 43 – Vestígios da velha olaria, junto a um dos umbuzeiros



Fonte: Castro; Kesting (2015, p. 119)

Os dados obtidos na prospecção induzem a pensar que o Umbuzeiro dos Defuntos seja, por isso, um lugar de funesta memória, onde, no dia 1º de junho de 1676, para tomarem-lhes as terras, assassinaram-se e sepultaram-se quase cinco centenas de guerreiros nativos<sup>12</sup>.

Dessa praia, atravessaram diante de nós o resto do rio e, temendo que nós os seguíssemos, se continuassem pela margem do rio, enveredaram pelos matos, para alcançarem um certo pequeno lago, a seis ou sete jornadas desse lugar. (...). Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os

---

<sup>12</sup> “Para tanto, [Domingos Afonso Mafrense] enfrentou os índios Gueguê desde o rio São Francisco até o Piauí, pois tinha o objetivo de estabelecer fazendas de gado na região.” (SERAFIM LEITE, 1945, p. 551 *apud* PRADO, 2021, p. 16).

portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida. (NANTES, 1708, p. 53 *apud* KESTERING; SOUSA, 2014, p. 75-76).

Com base em experiências pessoais de prospecção arqueológica, sabe-se hoje que, na região semiárida, uma jornada equivale à distância média de 30 km. Com fundamento nesse conhecimento empírico, propõe-se, em nível hipotético que, depois de atravessarem o Rio São Francisco, três léguas à montante do Rio Salitre, provavelmente junto à ilha de Santana do Sobrado, próximo à Fazenda Tatauí, os portugueses caminharam de 180 a 210 km (seis ou sete jornadas), até alcançarem e assassinarem os indígenas a quem perseguiam.

Com apoio nessa hipótese, aferiu-se a distância entre a atual cidade de Sobradinho - BA, localizada na antiga fazenda Tatauí e a cidade de São Lourenço do Piauí, em cartas e imagens de hoje. Constatou-se que a distância, em linha reta, entre as duas cidades é de 196 km. Deduz-se, então, em caráter também hipotético, que os portugueses teriam matado os quase quinhentos índios, nas proximidades do Umbuzeiro dos Defuntos, junto a lagoas e brejos que, em períodos chuvosos se formam e, durante os meses de estiagem, conservam-se, no leito e nas margens do Rio São Lourenço.

É provável que os lusos perseguidores e os nativos acossados tenham seguido o mesmo caminho utilizado, anos depois,

pelos nativos Pimenteira, para deslocarem-se à missão da desembocadura do Rio Salitre, no atual município de Juazeiro – BA. (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, 1992, *apud* KESTERING, 2012). Da mesma forma, dada a evidente acessibilidade, é bastante provável que, na segunda metade do século XVII, os portugueses tenham utilizado a mesma trilha, para implantarem as primeiras fazendas de gado nessa região. (Fig. 44).

Figura 44 - Provável caminho seguido por indígenas e colonizadores



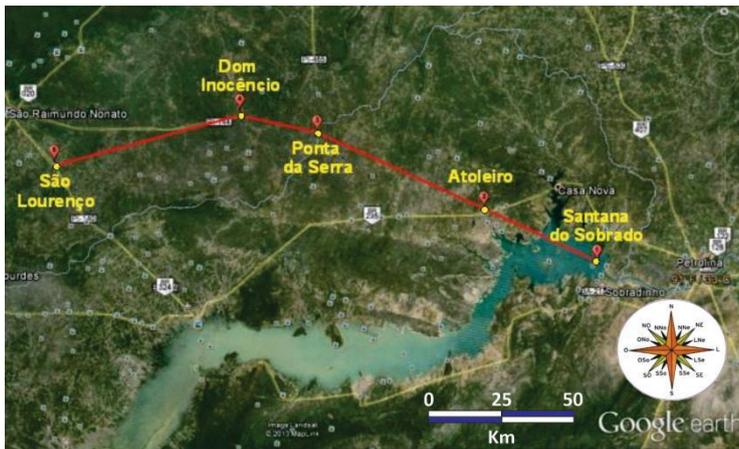
Fonte: Carta de W. Faden (1807 *apud* Kesting; Sousa, 2014, p. 78)

O português Domingos Afonso, que então já tinha o apelido de Sertão, fora designado para integrar a empresa em razão da sua atuação na ocupação dos extremos de Pernambuco. Nesse ano [1674], o sertanista já instalara fazendas de gado nas margens do São Francisco, sendo a principal delas a denominada **Sobrado** (grifo nosso), onde residia. De fato, essa fazenda é destacada na documentação textual e cartográfica como o ponto pioneiro de acesso do vale do São Francisco aos primeiros núcleos de povoamento luso-brasileiro do Piauí. Para Pedro Calmon o ato de nomeação de Domingos Afonso Sertão, quatro dias posterior ao de Francisco Dias de Ávila, “é o primeiro documento que atesta a aliança dos dois conquistadores e que nos permite situar no tempo a conquista oficial do Piauí.” (PEREIRA DA COSTA, 1909; CALMON, 1929 *apud* SANTOS, 2010, p. 69-70).

Com base na cartografia atual, em imagens de satélite e nas estradas pelas quais se faz o menor percurso do atual povoado de Santana do Sobrado, próximo à antiga ilha homônima, hoje submersa, obtém-se o traçado hipotético da antiga vereda. Ela foi utilizada, originalmente pelos tapuias (pimenteiras) e depois, pelos colonizadores portugueses, no final do Século XVII e início do Século XVIII.

Reforça-se essa hipótese com relatos populares sobre o caminho dos tropeiros que, no início do Século XX, faziam o mesmo percurso, para venderem produtos agrícolas e agropecuários em Juazeiro, onde compravam gêneros alimentícios e outras mercadorias, para os comercializarem nas feiras de São Lourenço e São Raimundo Nonato. (Fig. 45).

Figura 45 - Provável caminho seguido por indígenas e colonizadores



Fonte: Kesting; Sousa (2014, p. 79)

Há quem diga que as aleivosas do Umbuzeiro dos Defuntos não passam de fantasias criadas por pessoas emocionalmente fragilizadas. Quando assim se fala, além de manifestar-se o preconceito contra o conhecimento popular, revela-se a ambiguidade conceitual do cientista preconceituoso. É oportuno discernir, por isso, o significado dos termos aleivosa

e *poltergeist*. Ambos se caracterizam como ruídos ou deslocamentos de objetos, ocasionados por agentes ignotos. Diferem-se no fato de o *poltergeist* relacionar-se sempre a um indivíduo e ter curta duração, enquanto a aleivosia estender-se por muitos anos e manifestar-se a diferentes pessoas, sempre na mesma área.

No caso do Umbuzeiro dos Defuntos, as aleivosias insistem em manifestar-se a muitas pessoas, durante séculos, como que a lembrar ao povo de São Lourenço e à comunidade quilombola de Lagoas, ali jazerem os corpos dos últimos indígenas livres do sertão piauiense. Depois deles, as mulheres e as crianças sobreviventes amargaram a condição de escravos, vaqueiros e/ou trabalhadores empobrecidos, nas lides pastoris e renitentemente ameaçados de expurgo compulsório, a cada projeto colonialista adventício.

Os poucos dados da história oral que se obteve na pesquisa prospectiva foram contados por apenas três entrevistados. Existem, contudo, na cidade de São Lourenço, muitas outras pessoas que sabem, contam e repetem milhares de vezes ao longo de suas vidas, as mesmas histórias sobre o Umbuzeiro dos Defuntos. Propõe-se, por isso, que essa árvore e seu entorno sejam um marco histórico com função mnemônica (marcador de memória) da cidade de São Lourenço do Piauí e do Quilombo Lagoas. É muito provável que boa parcela do povo que neles habita seja herdeira do patrimônio material e imaterial das mulheres e dos filhos sobreviventes da hecatombe relatada por Frei Martinho de Nantes. Não se quer, por isso, esquecer jamais, o quanto foram tiranos os curraleiros colonizadores, quando implantaram as primeiras fazendas de gado, regadas com sangue humano nativo, adjunto às lagoas, no Sudeste de meu Piauí. (Tab. 2; Fig. 46).

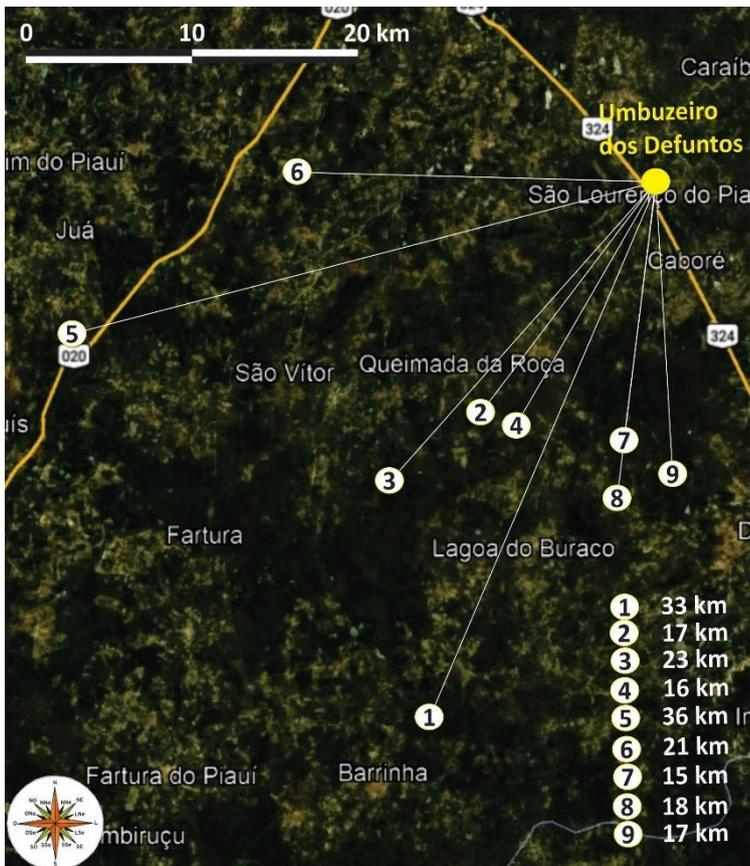
Tabela 2 – Relação do Umbuzeiro com as jazidas de ferro

Nº	Blocos	Distância (Km)
1	Fartura	33

2	Serrinha 1	17
3	Serrinha 2	23
4	Serrinha 3	16
5	Bonfim	36
6	Serra do Ó	21
7	Dirceu 1	15
8	Dirceu 2	18
9	Dirceu 3	17

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2023)

Figura 46 – Relação do Umbuzeiro dos Defuntos com as jazidas de ferro



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelos autores

## 5 GUERRA DA TELHA

Desde sua fundação, no período colonial, a região Sudeste do Piauí foi palco de intensos e intermináveis conflitos, resultantes, principalmente, da ocupação das sesmarias em territórios de grupos indígenas tradicionais. A implantação e manutenção de latifúndios exigia, não poucas vezes, o uso de armas de fogo. Pelo aparato militar, formado normalmente de nativos capturados (negros da terra) e negros de origem africana, os sesmeiros mantinham o poder pessoal, a coragem e o espírito de liderança, definidores da estrutura hierárquica catingueira. Criou-se, assim, uma sociedade de guerreiros, organizada a partir da usurpação das terras dos povos nativos, para implantação das fazendas de gado. (DIAS, 2002, p. 73 *apud* SANTANA, 2010, p. 41).

[Para compreender a Guerra da Telha], precisa-se fazer uma visitação histórica à transferência da capital federal de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. A partir daí é que começou a haver essas questões de seca que, na verdade, não se resumia à ausência de chuva, mas à presença do mandachuva, o coronel rural, que fazia acentuar os problemas sociais. Junto com isso, foram-se criando quatro estilos obrigatórios para o nordestino: o primeiro era ser um retirante; o segundo era se resignar ao coronel e servir-lhe como jagunço; o terceiro era ser um cangaceiro e o quarto era seguir um beato e buscar a bem-aventurança, ir em busca do sagrado, já que lhe faltava tudo aqui na terra. (DAMASCENO, 2015 *in* RECKZIEGEL, 2015).

Nesse contexto aconteceu a Guerra da Telha, na fazenda homônima, então pertencente ao município de São Raimundo Nonato e atualmente, por desmembramento político administrativo, ao território de Dirceu Arcoverde. A sede dessa conhecida propriedade localiza-se na área de influência direta do empreendimento, às coordenadas UTM23L 766735, UTMN

8964833, a 389 m de altitude, a 4 km do Bloco Dirceu 2, a ser impactado pela exploração de ferro magnético.

Segundo testemunhas, algumas ainda vivas, o conflito teve início em meados de 1927 e terminou em 1930. Por contarem os mais velhos, sabe-se hoje que dois coronéis locais, Domingos Alves de Santana e Otacílio Pamplona, respeitáveis fazendeiros, com base econômica voltada à pecuária, teriam “encabeçado a briga” em disputa por terras e, em voz pequena se diz, também por mulheres, futricas e/ou fofocas.

Quando surgiu a guerra foi assim, o Otacílio tinha lá suas terras (a fazendona), trabalhadores e cangaceiros pra fazer serviço de mandado, quase como no tempo de cativo. O Domingos, da mesma forma, tinha muita roça de gado e ajuntava aquele povo pra trabalhar e ganhar uma gorjetinha porque dinheiro, quase não tinha. Foi nesse tempo que, quando deram fé, surgiram as brigas entre eles. Otacílio e Domingos eram dois grandes homens que sabiam fazer um escrinho e ler outro. (SANTANA, 2014 *apud* SANTANA, 2010, p. 38).

Com o propósito de auxiliar os litigantes, manter a chama da discórdia e nutrir o conflito, ambos os lados contavam com ajuda de padrinhos políticos. Eram pessoas influentes na região, como os Coronéis Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, Chico Leobas do Caroá e França Antunes, de Remanso e José Ferreira, de São Raimundo Nonato, que os auxiliavam com fuzis e rifles, munições, capangas e jagunços.

O coronelismo floresce por causa da ausência da autoridade formal cuja decorrência lógica é a assunção pelo poder privado (o coronel) das funções sociais: o coronel protege seus afilhados concedendo empréstimos, fazendo doações à Igreja, dinamizando o comércio, resolvendo casos parajudiciais, comandando a defesa nos assuntos externos, etc. Aí reside a força do coronel - na sua capacidade e habilidade de trocar favores. A ausência do Estado, juntamente com o isolamento da sociedade local irão permitir que o coronel desenvolva uma autonomia capaz de estabelecer uma

autossuficiência semelhante a uma autarquia que mantém tal sistema de favoritismo. (PANG, 1979 *apud* MELLO, 1989, p. 26).

Sem sombra de dúvida, Franklin Lins de Albuquerque fez-se o mais famoso coronel do Norte da Bahia e Sudeste do Piauí, na fase final da República Velha. Era habilidoso na administração de fazendas de gado, perspicaz no comércio, astuto na arte de fazer política e jeito peculiar de gerenciar conflitos.

Ele comercializava todas as espécies de produtos, tornando-se o comprador final do município. Criou todo um sistema de centralização das mercadorias que ia desde o "financiamento" de paqueteiros e/ou tropeiros até à instituição do barracão. Conseguiu, daí, criar uma imagem de comerciante / político / fazendeiro / empreendedor. Se por um lado tal imagem tinha um componente de acolhimento muito forte, revelava também a base militar de sua força e criatividade. Foi a conjugação destes dois elementos — o tino comercial e o exército particular — que fez de Franklin a maior liderança regional. (MELLO, 1989, p. 63).

Às sombras do poder político-guerreiro e das armas de Franklin, muita gente morreu no conflitivo episódio da Fazenda Telha. Diz-se que ele quase acabou com as pessoas que, nessa época, moravam nas fazendas em litígio e em seus arredores. Uns morreram e outros foram embora, fugidos. O conflito terminou somente com a intervenção de forças militares, enviadas por Getúlio Vargas, para pôr fim aos cangaceiros, jagunços e conselheiristas nos sertões nordestinos.

Naquela oportunidade, por ordem do caudilho presidente, destruíram-se armas, prenderam-se cangaceiros e jagunços e exterminaram-se messiânicos. Conseguiu-se, assim apaziguar os ânimos no sertão semiárido do Norte da Bahia, Sudeste do Piauí e Oeste do Pernambuco. Esclarece-se que o então presidente seguia os modelos políticos de Mussolini e Hitler. Ele não manifestava interesse em resolver os problemas

sociais. Resolvia o infortúnio da pobreza, com a higienização, o extermínio, o assassinato massivo dos pobres em desarmonia com a estrutura social do coronelismo vigente. (DAMASCENO, 2015 *in* RECKZIEGEL, 2015).

José Francisco Evangelista (Zequinha), filho de Víctor Evangelista e Filadélfia, neto de Tomás e bisneto de José da Luz de Brito, conta com detalhes, como foi a Guerra da Telha e outras histórias mais, que se preservam na memória do povo da região Sudeste do Piauí, mormente das famílias ocupantes do território onde se fará exploração do minério de ferro magnético. (Fig. 47).

Figura 47 - José Francisco Evangelista



Fonte: Acervo fotográfico da Vestigium (2022)

Foi o seguinte: Tinha um Domingos Santana, aqui na Fazenda Telha, e o Otacílio, ali na Fazenda Duas Barras, lá onde Dona Francisquinha mora. Ele era um rapaz, criador, que pegava uma média de 60 bezerros por ano. O Domingos, aqui, pegava 12 bezerros. O Domingos tinha um bocado de moças e ele era rapaz. Ele era meio escuro. Aí, um dia, numa festa, o Otacílio puxou uma moça de Domingos para dançar. Aí, Domingos disse: não pode, não pode. Crioulo não pode dançar com esta moça. Não deixou. Aí eles ficaram com rixa, encrencados. Entre a Volta e o Jatobazinho tinha um lugar chamado Cinzeiro. Era um lugar onde se juntavam as mulheres solteiras. Tinha

um rapaz que se chamava Lino, moleque de 16 anos, que estava lá, no meio daquele movimento. Aí chegou o Lameu, que era filho do Domingos, mais dois companheiros. E ele estava. Aí eles disseram: quem é você moleque? O que é que você está fazendo aqui? Você vai embora. Aí ele saiu. Foi na casa de um conhecido. Pediu uma arma emprestada. Disse que era para matar um veado que ele sabia a cama onde ele descansava ao meio dia. Aí, ele emprestou a arma.

Ele foi lá para o ponto, na beira da estrada. Ficou esperando. Quando eles vinham voltando, ele atirou em um. Aquele caiu e o outro disse: é você? E marcou posição para ele. Aí, o Lameu, que era filho do Domingos, correu. Ele atirou. O tiro pegou num braço. Aí, o Lameu foi até em casa, falar com o pai. Olha, os jagunços do Otacílio mataram fulano e fulano e ainda me balearam. Aí, Otacílio disse: não pode. Vamos pegar. Quando foi de noite, foi à noite, eles reuniram um pessoal e foram para a casa do Otacílio. Cercaram a casa de Otacílio e começaram a fazer fogo. Passaram uma noite e um dia, atirando na cumeeira da casa pra torar a escora, para que a casa arriasse em riba do povo.

Nisso, tinha o Domingos que é aqui desse povo, pai da mulher do Manoel dos Santos. Era pai da sogra. Ele cercou ele. Ele estava indo buscar água, uma carguinha d'água. Aí, eles toparam ele. Eles tinham rixa com ele e quiseram pegar ele. Mas, como estava muito perto da casa, eles não podiam atirar porque fariam barulho e espantariam os outros. Chegaram para perto dele, para pegar ele de mão ou com ferro frio e ele andando, andando, escorado com um facão, até que foi embora. Aí eles foram até a casa de Domingos e atiraram, à noite e ao dia.

Quando o pessoal dele, os parentes da Bahia, soube, veio fazer o contra-ataque. Fecharam. Aí eles correram. Correram e foram caçar apoio. Naquela época, tinha o Coronel Franklin e o Major Leobas, implicado um com o outro. O Major Leobas era de Remanso, casado com a filha de Dona Conceição, aqui da Barra, aqui da Serra, aqui em baixo. Ele estava em Remanso e o Coronel Franklin, em Pilão Arcado. Franklin não queria que Remanso municipalizasse porque iria tirar o porto do município de Pilão Arcado. Daí gerou a implicância. Um tinha

o título de Coronel e o outro, de Major. Aí ficaram implicado um com o outro. Quando teve esse negócio aqui, procuraram apoio deles. Um grupo pegou apoio do Major Leobas e o outro, do Coronel Franklin. Aí ficaram eles aí, brigando, guerreando uns com os outros. Isso rolou anos. Foi tempo. Aí se envolveu muita gente.

Foi esse rapaz quem fez isso. Aí teve essa guerra aí. Aí mataram muita gente. Pegavam de sangue frio. Aqui teve um pessoal como o Manezinho que era irmão do outro. Eles foram lá. Chegaram lá, ele estava escondido atrás de uma porta. Eles chegaram. Caçaram ele, mas não acharam. Aí, eles iam saindo. Quando iam saindo, lá fora, ele disse: olha eu. Eles voltaram, pegaram ele e disseram: nós não vamos fazer nada com ele não. Só vamos passar uma gravata vermelha nele, que era sangrar. Foi que os filhos chegaram. Pegaram ele. Agarraram os cabras para eles não levarem ele. Aí levaram ele e mataram.

Assim ficaram esses dois grupos, guerreando aí. Alguns apoiavam um e outros apoiavam o outro. E ficou nisso, rolando aí. Teve caso aí com o Luiz que era irmão de minha avó. Eles ficaram perseguindo ele. Por isso ele correu daqui e foi para o Carretão, lá em baixo. Chegou lá, ele estava na casa de um parente, com um rifle desmontado. Aí, os perseguidores do outro grupo chegaram. Atacaram. Ele não podia acender uma luz porque ele daria visão. Ele montou o rifle no escuro, e aí disse que ia sair. A mulher pediu por tudo quanto era santo para ele não sair. Aí, ele disse: vou sair. Abriu a porta de uma vez e pulou lá e já saiu atirando e rolando e correu.

Minha avó, mãe de minha mãe, ia correndo. Quando deu fé, ele passou. Aí ela disse: oh, Luiz, eu pensei que tinham te matado. Ele disse: não me mataram não, minha filha. Estou aqui. Aí, ele correu e ficou lá na frente, na estrada, no lugar que eles passavam. Aí passou um vaqueiro. Quando ele viu o grupo, ele disse: vou pegar de um por um. Aí, vinha um cunhado dele com o resto. Aí ele não pode fazer nada. Todos que passavam, ele metia o rifle, mas não podia atirar porque eles matariam o cunhado dele. Até que passaram e foram embora.

Esse pessoal ficou guerreando aqui para o lado de São Raimundo onde o pessoal apoiou. Eles abasteciam eles aqui. Mandavam vir trazer munição pra eles aqui. Traziam munição para ir guerreando. Aí foram enfraquecendo, enfraquecendo. A casa de meu avô, ali no Pedregulho, foi derrubada. Só ficou o bagaço. Por um grupo que tinha um sobrinho, filho de uma irmã. Mas ele tinha um filho que estava do outro lado. O sobrinho dele era do outro lado. Atacou a casa do tio. Esbagaçou. Derrubou toda. É ali onde é a casa do Víctor, no Pedregulho. Era ali, encostada, pregada à casa do Víctor, no Pedregulho. Aí derrubou a casa. Só ficou o bagaço. Acabou com tudo. Um sobrinho fez isso. Era o pai de Manoela que morreu um tempinho desse. Pois é. Era o pai de Manoela. Esse povo ficou aí, guerreando, guerreando, até que Otacílio foi embora. Foi-se ter no Corrente.

Em 1952, nós passamos na casa de Otacílio. Estivemos na casa que era dele, na casa da viúva, no Corrente. Nós estivemos na casa da viúva dele. Agora, para o Goiás, eles foram e, depois, quando começou Brasília, eles foram para Brasília. Quando deram fé, ela estava com um comércio ali, nos fundos da 508. Ela tinha uma lojinha lá. Morreu em 1976, num posto telefônico. Ela era meio vaidosa, cheia de operação plástica para ser nova e daí, caiu morta. Quando tiraram ela de lá, estava o corpo rachando, com a pele esticada, para renovar e, quando inchou, partiu.

Aí, esse outro grupo, o grupo de Otacílio foi para o Porto Nacional, em Goiás. Quando, em 1952, nós estávamos indo a Goiás, passamos em um lugar. Disseram que estava passando um avião. Disseram que era o casamento de uma filha de Otacílio. Disseram que ela estava indo casar em Barreiras. Suiu do Porto Nacional para ir casar em Barreiras. Esse povo ficou lá. Está lá. Hoje se chama a família Leobas Franklin. Pegaram uma fusão do grupo Leobas com Franklin. Aqui ficou a bagaceira. Morreu muita gente que eles mataram.

Meu tio estava aí naquela serra, campeando, mais um irmão da mãe do Aquino. Aí saíram um dia em riba dos jagunços porque estavam meio perdidos. Eles estavam tirando o couro de uma rês. Aí, eles saíram em riba. Quando descobriram, não tinha como correr. Aí, botaram eles para ajudar a tirar o couro

e dividir a carne. Para cada um deram um pedaço. Matavam a rês, para tirar o couro, para vender. Naquele tempo o couro de uma rês tinha muito valor. Aí, eles matavam para tirar o couro, para vender, para comprar milho, comprar cigarro ou coisa assim. Eles ficaram ariados, ali, durante uma temporada. Esse Lino era um dos estopins. Quando isso daí estourou, ele correu para onde estava o Coronel Franklin, lá em cima, na Bahia, aí pra cima. Lá, um dia, ele já casado, pegou, arranhou uma intriga com um vizinho e teve que mudar porque o negócio estava muito perigoso. Aí, ele mudou. Foi na roça. Quando estava pegando milho ou feijão, viu que tinha um cara no lado de fora, vigiando ele para pegar ele, para atirar nele. Aí, ele atirou no cara e matou. Aí, ele correu. Quando ele pulou a cerca para o outro lado, bateu em riba de um cascavel. O cascavel picou na perna dele. Aí, ele disse: agora eu estou morto. Aí, ele só fez puxar o facão, arrancar o tampo e foi embora. Não morreu. Ganhou o mundo. Foi-se ter em São Paulo.

Em São Paulo tinha a casa de amigação. Ele se arranchou e foi num ponto procurar emprego. Disseram: tal dia vem alguém aqui buscar gente, ver se tem gente pra trabalhar. Aí, no dia, ele foi. Quando ele vinha vindo lá, a moça enxergou e disse: vem um homem ali. Quando o homem olhou, disse: virgem, esse é um bandido, esse é o maior bandido do Piauí e da Caatinga. Não quero nem ver. Aí, ele foi se afastando, de costas, se afastando e disse: e tu era o maior ladrão de lá. E aí, saiu fora.

De São Paulo ele desceu. Foi bater em Porto Nacional onde estava o grupo dele. Foi pra lá. Lá ele não quis ficar porque não se agradou. Voltou. Ficou em um lugar que se chama Mário Leite, entre Uruaçu e Porangatu. Ele casou. Criou uma família. Tinha deixado cinco filhos na Bahia. Aí, ele nunca disse nada, que tinha ninguém. Ninguém sabia procedência dele nenhuma. Aí, um filho dele, de Goiás, que era comerciante, foi a São Paulo, fazer compra. Aí, chegou em uma casa onde o vendedor assinou Santana. Quando assinou Santana, disse: rapaz você é Santana? Ele disse: sou. Você é de onde? Ele disse: sou do Piauí. Eu tinha a maior vontade de saber quem era. Descobrir essa família lá. Porque meu pai é Santana e é do

Piauí. Aí o rapaz disse: eu não conheço bem. Não sei informar. Mas aí tem um homem que lhe informa direitinho.

Aí o mandaram para um Manoel Francisco que é o pai do Geraldo, genro do Alvino. Mandaram ele lá. Quando ele chegou lá, o rapaz falou: eu sou primo do Lino. Aqui tem um filho dele. Aí ele disse: filho dele? Ele disse: sim, tem cinco filhos dele aqui. Ele disse: mas não pode. E ele disse: tem. Ele falou: pois eu não sabia que ele tinha esses filhos aqui. Ele disse: pois eu lhe levo lá. Aí levou. Amostrou e tudo. Na época, tinha um que tinha sido deputado, mas foi caçado. Aí, o rapaz estava meio quebrado porque tinha sido caçado e tinha gastado muito dinheiro com a política. Aí, o irmão levou ele lá para Porangatu. Aí, eu não sei o resultado.

E esse povo aqui ficou. Eu acho que ele está lá. Está só o bagaço. O lugar você ainda vê até as forquilhas no lugar do paiol. Está lá a barraca de barro, no lugar das casas. No lugar só nasceu pinhão. Tem um pé de umbuzeiro no lugar, encostado, onde era a casa. Nunca arborizou aquilo lá. Só pinhão nasceu por ali. Você vem da Lagoa do Buraco, você chega naquela casa ali, passa daquela casa, dá aquela voltinha ali, e arroteia para passar no riacho. Está lá o lugar. A casa de Manezinho era desse lado e a do Domingos era do outro lado. E esse daí é da família desse Domingos. Foi embora para São Paulo. Deixa que depois, quando nós estávamos em Brasília, a família dele lá, alguns deles estavam com loja de móveis. Já tinham chegado em Brasília, vindo de São Paulo. E o pessoal aqui, que ajudou, espatifou. O Domingos velho, pai da Manoela, morreu aí. Os outros se acabaram todos aí. Tinha um irmão de minha avó, que era Luís, também esteve nessa confusão. Teve um irmão de minha mãe. Teve um primo de minha mãe. Tinha um senhor Marcos que era primo de minha mãe. O dia que a turma de lá vinha fazer ataque aqui, os de lá diziam: se o Marcos estiver, vocês não façam fogo, porque o Marcos era um perigo. O homem era perigoso. O grupo em que ele estava, sempre levava vantagem. Mas trocaram tiro aqui. Eles passavam. Não sei como meu avô não foi surpreendido, porque ele tinha um irmão, tinha uns primos, um cunhado que estava envolvido e tinha muitos parentes. Eles chegavam, ficavam na casa de minha avó. Às vezes

chegava o irmão dela e ela dizia: eu vou fazer um café pra tu e ele não podia esperar o café, porque os inimigos já estavam vindo atrás. Ele já tinha que cair fora.

Um dia, eles chegaram lá e os jagunços caçavam um senhor por nome Mariano. O pessoal caçava Mariano porque ele falou uma besteira. Eles estavam seguindo ele. Vieram ali em Pedregulho e quebraram a casa dele. Botaram fogo na cerca do quintal. Derrubaram os pés de planta que ele tinha. Aí, eles foram lá na casa de minha avó. A mulher dele estava. Aí tinha um cachorrão, assim, que era dele. Aí, quando ela deu fé, que minha avó viu, um jagunço daqueles estava tirando o cachorro para fora, para matar no terreiro. Aí, ela disse: fulano, eu não quero que faça isso. Aí, o Otacílio foi e reclamou e ele não matou o cachorro. Eles obedeciam ao Otacílio. Como pode, você estar no meio do grupo? O pai do Marcos, José Manoel, aquele, o sogro dele, era um dos chefes. Era o finado Josino. Era sogro do José Manoel. Era um dos cabeças. Aí ele, o José Manoel, foi em São Raimundo. Ele era pai do Marcos. Lá, eles pegaram ele e amarraram ele na rua. Achavam que ele era genro do Josino. Aí, estavam com ele amarrado lá. Aí, veio a notícia aqui. Aí, o pessoal aqui juntou um grupo para ir libertar ele lá. Mas, na estrada, já encontraram com ele porque eles já tinham liberado. Aí, eles voltaram. Alguém lá falou que ele era genro do homem, mas não tinha nada a ver. Ele não se envolvia com nada. Pois é. Teve essa confusão aí. O Brasilino, naquele tempo, era molecote, cabrinha novo. Morava no São Raimundo e vinha trazer coisas, de noite, com malas, para abastecer eles aí. Era um transportador de coisas, de munição.

Aqui quase todo mundo se envolveu porque todo mundo era meio parente. Aí se revoltaram. O Otacílio tinha uma irmã do pai dele, casada com um irmão de Domingos e moravam vizinhos. Aí, toda vez que eles iam fazer ataque ao Domingos, a tia dele, que era mulher do tio dele, pedia para ele não atacar o irmão lá. Pedia para não atacar porque ela era irmã do cara. Mas aí, não tinha jeito. Eles sempre iam atacar. Ficavam aí.

A Dona Candinha faleceu agora. Ela tinha uma irmã que era noiva do Otacílio. É a mulher do finado Heráclito. Ela era noiva

do Otacílio. Aí, quando ele fugiu, ele foi e carregou. Quando pegaram foi a Isaura. Ela, ele deixou de lado. Mas como o pessoal do finado Adelino tinha essa ligação com ele, porque já tinha uma filha que tinha sido noiva. Aí, eles estavam aí, à captura, prendendo esse povo, prenderam o finado Adelino com toda família. Estava todo mundo preso pela captura que veio de Teresina para cá. Aí estavam com Adelino preso, com toda família.

Meu tio, o Luiz Mota, vinha por outro lado. Chegou e disse: não, esse aí não pode mexer não. Esse aí é meu parente. Ele não tem envolvimento nenhum não. Aí, os cabras da captura disseram: aqui todo mundo é teu parente. Ele defendia algumas pessoas. Aí eles diziam: aqui todo mundo é teu parente.

Teve um sobrinho dele, o Luiz, que era molecote. Eles pegaram ele aí. Esse era filho de Eva, prima de Otacílio. Pegaram ele para servir de guia, para mostrar. Aí ele, coitado, era menino. Teve que ir mostrando o povo. Aí, quando terminou, ele disse: agora eu não fico aqui porque eles me matam. Aí acompanhou a captura. Foi para Teresina. Foi embora com a captura. Rolou, rolou e, **quando foi aquele tempo da confusão dos caceteiros, ele veio como policial** (grifo nosso). Ele já era da polícia. Ele ficou morando por lá e ingressou na polícia. Aí, quando foi naquela época dos caceteiros, eles vieram. Ele veio com a polícia, para acabar com esse povo dos caceteiros.

Caceteiros é aqui perto também, em Dom Inocêncio. Aquele povo dos caceteiros aí, como aqui tinha o velho José Cipriano. Tinha o Raimundo. Tinha um bocado, mas agora eles já morreram. O lugar que era dos caceteiros agora se chama Lagoinha, ali encostado donde o Pedro Adalto mora. Lá tem um grupo desse povo aí, dos caceteiros. Tem uma irmã do meu avô que entrou no último dia. Ela incutiu para entrar. Aí eles entraram. Foi o dia que a captura chegou e fizeram fogo. Eles correram. Teve gente que foi pegado com quatro meses no mato, correndo atrás, montado a cavalo. A irmã do pai da mulher de Aquino foi pegada a cavalo, a correr no mato, com quatro meses no mato. Ela foi no último dia. Foi o dia do ataque. Aí espatifou todo mundo.

Tem um irmão dela que foi pegado para a Guerra do Paraguai. Aí terminou lá e eles estavam indo, uniformizados e tudo. Aí, eles liberaram. Ele esteve aqui, junto daquela cancela. Meu avô morava lá. Era tio dele. Ele ainda chegou a ir com uniforme, porque era da turma que ia para a guerra.

Esse povo da Telha gerou por conta disso. Por um nada, por uma mentira porque não era ele que tinha atacado. Quem atacou foi esse Lino. Esse rapaz foi quem fez isso com os cabras lá. Eles chegaram na casa do Domingos, dizendo que eram os jagunços de Otacílio que tinham atacado. Aí foram atacar eles. Virou essa guerra aí. Morreu muita gente. Tinha um primo da mamãe que entrou nessa guerra quando ele tinha 16 anos. Aí, ele deu um peido, o cara chateou e deu um tiro no cara. Aí ele achou que tinha matado. Ele correu e entrou nesse grupo que estava aí guerreando. Aproveitou a ocasião e entrou nesse grupo que era desse Marcos, que era bom para atirar. Ele ficou nesse grupo até quando veio a captura e espatifou o pessoal.

A captura demorou porque vinha de Teresina. Era difícil, a cavalo e a pé, porque não tinha outra condição. Era a cavalo. Tudo vinha a cavalo. A carga vinha a força de animal. Essa munição que chegava aí, ficava aqui nessa guerra. Do Remanso veio um capitão que estava querendo pegar essa turma. Ele veio de Bom Jardim. Ali tinha um grupo. O Pedro, avô de Acácio que foi vice-prefeito, era um cabra de coragem. Tinha uns filhos que estavam brincando ali na areia do riacho e aí, os homens da captura entraram e vieram até aí, em Dirceu. Chegaram lá, disseram coisas com os meninos. Os meninos correram pra casa de Pedro Cardoso, avô de Acácio. Ele perguntou o que era. Os meninos disseram: os cabras aí estavam querendo pegar a gente. Aí ele saiu fora, com uma arma na mão e a mulher com outra e encararam os policiais da Bahia. Discutiram com os cabras lá. Daí, os cabras da Bahia não atiraram, para não matar a mulher com um bocado de filhos. Ela estava defendendo os filhos. Aí não mexeram.

Isso aí rendeu muito. Deu muito prejuízo. Levou uns anos. Meu tio, um dia, estava caçando mais um tio de Aquino. Aí, eles deram fé deles e correram. Aí eles atiraram. Aí meu tio, pulando de uma pedra para outra, errou o pulo. Meteu a

canela em uma pedra e o sangue desceu. Quando ele alcançou o outro, ele disse: meu irmãozinho, tu foi baleado? Ele disse: não rapaz, foi eu que fiz um pulo. Perdi o pulo, arranhei a perna e o sangue veio.

Pois é. Isso aí rolou tempo. O pai daquele Andreolino estava ali no Riacho Seco. Aí chegou a turma. Tinha um Domingos velho que era amigo dele de infância, mas era do outro lado, do outro grupo. Aí, eles chegaram. Fizeram fogo na casa e ele respondeu. Aí, ele com um rifle sozinho. Atirava numa porta. Atirava numa janela. Atirava numa porta, atirava numa janela. Ficava rodando para fingir que era mais de um. Aí eles disseram: mas quando atira numa janela a outra não tá. Quando atira numa janela a outra não tá. Aí, ele, o Domingos, disse: é só um e é compadre Martiniano. Aí falou: compadre Martiniano! Aí entrou para falar com ele, para parar com aquilo. Aí ele disse que não parava não. Aí, ele disse: não rapas. Pode sair que ninguém faz nada contigo não. Aí ele dizia: não saio não. Aí, ficou naquele sai, não saio, sai, não saio. Aí ele disse: se tu entrares, eu saio mais tu. Era o Domingos velho. Eles eram compadres e amigos de infância. Foram criados juntos. Aí ele disse: é, eu vou entrar para tirar ele. Aí, falou para Otacílio: cabra, se alguém atirar nele, quem primeiro aqui vai levar um tiro é tu. Se alguém atirar no compadre Martiniano, o primeiro que vai levar um tiro é tu. Aí ele entrou, passou uns dois ou três dias mais ele. Aí, eles foram. Saíram fora do grupo e foram caçar o grupo dele. Aí saíram.

A Guerra da Telha foi gerada desses dois grupos, o de Otacílio e o do Domingos. Mas aí entraram os adeptos que começaram a apoiar. Isso rolou muito tempo. Morreu muita gente. Você vê, o Heráclito andava no grupo e aí chateou dele. Ele chateou do cara. O cara atirou nele e arrancou o beijo dele. Quem atirou no Heráclito foi o Joaquim Ponta de Barro. Eles se desfazendo um do outro. Olha, esse povo aí um dia ia andando e aí, aquele Pedrinho do Mocê ia indo. Aí, quando viu o molho, não tinha como correr. Aí o Pedrinho que sabia de reza, virou um toco. Aí, ficou aquele toco na beira da estrada. Aí, vinha o irmão do Lameu Ângelo que sabia essas coisas. Aí passou e também não quis fazer alarme nenhum. Passou, tirou o cigarro e botou na cabeça dele, como se fosse um toco. Aí

ficou o cigarro queimando e, quando deram as costas, ele derrubou o cigarro e caiu fora. Mas, o outro era avô do Painho da Fartura. O avô dele era irmão do Lameu Ângelo. Era daqui. Era do primeiro casal. O Ângelo que era pai do Lameu Ângelo é daqui desse povo da Lagoinha. Ali onde o Dico mora, na Serra. Aí, ele casou com essa moça aí. Aí ele ficou viúvo. Casou com a mãe de Lameu Ângelo, deixou o outro grupo e se associou com aquele grupo da Telha que era do Nelson. Tinha um horror de gente ali, tudo irmão dele. Lá, na Lagoa do Boi, tem outro que é irmão dele.

José da Luz de Brito, meu bisavô, foi pegado para a Guerra do Paraguai. Andava um pessoal recrutando gente. Chegaram aí no Riacho Seco onde foram pegar ele. Aí ele pulou no tanque e mergulhou. Eles ficaram esperando. A captura ficou esperando. Ele foi sair desterrado. Eles acharam que ele tinha morrido afogado. Ele foi sair lá fora, desterrado. E foi embora. Aqui da Volta teve também o Sidu. O Sidu era um senhor que tinha aí, de muita força. Eram três irmãos. Saiu a história que estavam pegando gente para levar para a Guerra do Paraguai. Aí, ele se escondeu. Os três irmãos estavam escondidos no mato. Aí a captura chegou na casa do pai deles. Prenderam o velho e perguntaram pelos filhos. Ele disse que não tinha filhos. Eles disseram: você tem. Se você não entregar os filhos, nós vamos lhe levar. Aí, a velha foi onde estavam os três filhos, que estavam no mato, escondidos, para dizer que a captura estava com o pai deles, preso, a dizer que se ele não entregasse os filhos, eles iam levar ele. Aí, o Sidu disse: eu vou, mamãe. Eu vou. Em vez de ir meu pai, eu vou. Então acompanhou ela e se apresentou. Aí ele foi. Mas, já muito dentro, aí pelo estado de Goiás pra lá, ele conseguiu fugir. Fugiu. Pegou uma arma e fugiu com a arma e com o uniforme. Fugiu e veio embora. Em um lugar aí, os moradores quiseram pegar ele. Disseram: é um homem fugido da tropa, vamos pegar. Quando disseram vamos pegar, ele disse: venham não que eu apago vocês. Os cabras foram se aproximando. Ele vinha corrido. Bateu o joelho no chão e jogou o pente do rifle no ponto. E disse: não entre ninguém daí que eu mato. Os cabras frearam. Aí ele tocou a viagem. Aí, num canto aí, ele chegou numa travessia, na divisa aí de Goiás com a Bahia,

nesse mundo aí. Ia escurecendo e ele viu uma toca. Limpou a toca e disse: eu vou passar a noite aqui. Aí, entrou e ficou na toca. Quando foi lá pela meia noite, ouviu um piseiro. Pisou, pisou e resmungou. Aí, ele disse: você é a dona, entra? Era a onça. Era a toca da onça. Aí ele disse: Se você é a dona, entre. Aí ela rosnou por aí e foi se afastando e foi-se embora. Aí ele pegou a estrada e veio embora.

Chegou aqui. Dizem que ele comia uma criação de pele, sozinho. Ele comia sozinho. Criação de pele, naquele tempo era de três palmos, medidos do pé do rabo até o pescoço. Aí, era de pele, dava pele. Aí, pra ele, uma tarefa de mato, pra ele um dia não era nada. Uma derruba de uma tarefa, de foice, não era nada pra ele. Fazia tranquilo. Mas só que era desse jeito. Ele comia por duas ou três pessoas. Aí, ele tinha a mulher dele. Um dia, foi na roça, tirou uma carga de mala de milho verde e disse: eu hoje vou comer milho assado até enjoar. Aí fez uma coivara e botou a mulher para assar. A mulher foi assando e depois já estava se maldizendo porque não estava dando conta porque estava muito calor. Aí, ele disse, você não sabe assar. Pegou o resto que tinha e despejou, com palha e tudo, no meio da brasa. Aí, quando começou a queimar a palha, queimando a palha, ele já começou a pegar. Pegava duas espigas uma em cada mão, uma levava, assim, e a outra levava, assim. E os sabugos até que virou a derradeira. Nisso não deu fim nele. Não deu fim.

Ele foi trabalhar na Lagoinha, para o Lino, que era pai de Joaquim Ferreira. Ele foi pra lá, trabalhar lá. No final de semana ele comprou uma leitoa. Aí disse: segunda feira se eu não chegar aqui para trabalhar é porque ele morreu porque ele vai comer essa leitoa todinha. Aí, foi embora. Tinha muita força. Pendurou a leitoa. Não sei como, pegou um varão e levou pra casa. La matou colocou num tacho e foi comer. Morreu. (EVANGELISTA, 2022).

Na sede da Fazenda Telha, sita às coordenadas UTM23I 766735, UTMN 8964833, a 389 m de altitude, epicentro da área do conflito habitavam as famílias de Joaquim de tal (1), Domingos Alves de Santana (2), incógnito (3), ignoto (4) e Salu de tal (6). (Fig. 48). Havia, também uma olaria nas imediações (5). Nesse

núcleo residencial jazem restos da cultura material da guerra e dos processos de habitação e convivência social do ocaso dos anos 1920.

No cenário que foi o epicentro da guerra, encontram-se ruínas de residências, restos de uma velha olaria, fragmentos de louça, fragmentos de cerâmica, telhas e tijolos, moedas, cartuchos e projéteis, chaves, pregos, talheres, vidros e pilões de madeira. (Tab. 3; Fig. 49 a 62).

Figura 48 - Sede da Fazenda Telha



Fonte: Santana (2010, p. 50), adaptada pelos autores

Figura 49 - Vista geral das ruínas da sede da Fazenda



Fonte: Santana (2010, p. 31), adaptada pelos autores

Figura 50 - Restos da velha olaria



Fonte: Santana (2010, p. 53), adaptada pelos autores

Figura 51 - Ruínas de residências da sede da fazenda



Fonte: Santana (2010, p. 52-53), adaptada pelos autores

Figura 52 - Fragmentos de cerâmica



Fonte: Santana (2010, p. 59-60), adaptada pelos autores

Figura 53 - Fragmentos de tijolo e telha



Fonte: Santana (2010, p. 61), adaptada pelos autores

Figura 54 - Cartuchos de projéteis



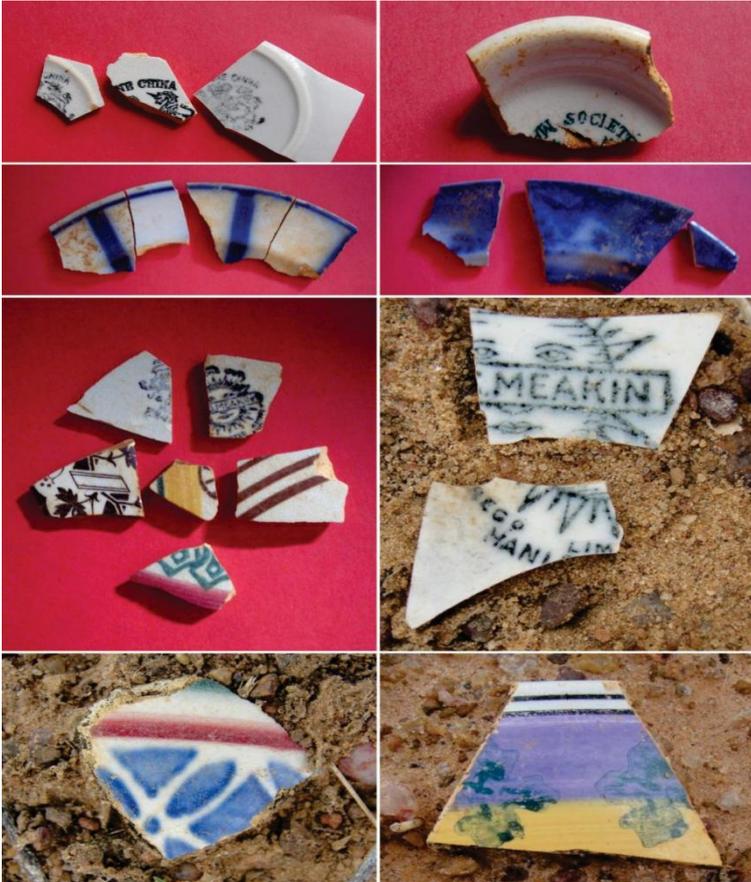
Fonte: Santana (2010, p. 63-64), adaptada pelos autores

Figura 55 - Cabo de talher



Fonte: Santana (2010, p. 65), adaptada pelos autores

Figura 56 - Fragmentos de louça



Fonte: Santana (2010, p. 55-58), adaptada pelos autores

Figura 57 - Moedas do Brasil Império



Fonte: Santana (2010, p. 62), adaptada pelos autores

Figura 58 - Chave de uma das residências



Fonte: Santana (2010, p. 64), adaptada pelos autores

Figura 59 - Pregos e cravos artesanais



Fonte: Santana (2010, p. 65), adaptada pelos autores

Figura 60 - Fragmentos de vidro



Fonte: Santana (2010, p. 66-67), adaptada pelos autores

Figura 61 - Pilão em cepo de angico



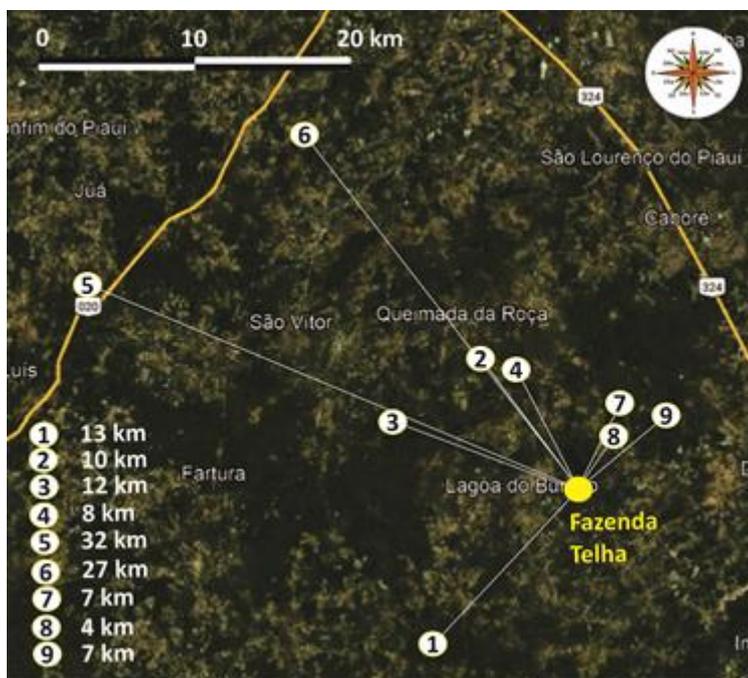
Fonte: Santana (2010, p. 68), adaptada pelos autores

Tabela 3 – Relação da sede da Fazenda Telha com as jazidas de ferro

Nº	Blocos	Distância (Km)
1	Fartura	13
2	Serrinha 1	10
3	Serrinha 2	12
4	Serrinha 3	8
5	Bonfim	32
6	Serra do Ó	27
7	Dirceu 1	7
8	Dirceu 2	4
9	Dirceu 3	7

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2023)

Figura 62 – Relação da sede da Fazenda Telha com as jazidas de ferro



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelos autores

## 6 GUERRA DO PAU DE COLHER

Tudo começou em 1934, quatro anos depois que terminara a Guerra da Telha, quando Getúlio Vargas era ainda presidente do Brasil e, em Juazeiro do Norte, com noventa anos de idade morria o Padre Cícero Romão Batista. (Fig. 63). No povoado de Pau de Colher, que em 1937 chegou a ter aproximadamente mil pessoas, entrelaçadas com a conjuntura política nacional adversa e o sentimento religioso messiânico cearense favorável, integraram-se, paulatina, gradativa e sucessivamente, cerca de quatro mil pessoas do Sudeste do Piauí, Oeste de Pernambuco e Norte da Bahia<sup>13</sup>.

Figura 63 – Padre Cícero Romão Batista



Fonte: Wikipédia (2023)

---

<sup>13</sup> “O Movimento [da Guerra] do Pau de Colher acontece, em Casa Nova, em 1937. É um contexto de grande mudança no Brasil. Na verdade, dois meses antes, exatamente em novembro, acontece no Brasil o Golpe do Estado Novo. Havia uma preocupação muito grande de Getúlio Vargas e do Estado Novo, com a insurgência de determinados movimentos. De alguma forma, o perigo de Canudos ainda rondava, sobretudo o poder instituído no Brasil.” (BRITO, 2011 *in* ALMEIDA 2011).

Em 1934, Severino Tavares, seguidor do Padre Cícero, sai do município de Caldeirão, no Ceará, para uma peregrinação religiosa no Sertão Nordestino. O objetivo [dele] era formar novos grupos que se juntassem ao movimento messiânico que acontecia naquele local. É no povoado de Pau de Colher, na Bahia, que o Beato Severino nomeia, como líder dos fiéis da região, José Senhorinho, um lavrador e curandeiro local. É assim que o novo líder espiritual passa a realizar encontros semanais em sua casa, para rezar e transmitir ensinamentos religiosos.

A cada dia, novos membros se juntavam a essa comunidade. Em 1937, o povoado de Pau de Colher chegou a contar com cerca de mil habitantes que passam a conviver num grande acampamento. A vida de orações e sacrifícios tornou-se uma rotina. Os fiéis, também chamados de caceteiros, por usarem pedaços de pau como armas de defesa e ataque, começam a entrar em conflito com aqueles que não queriam seguir ao movimento. Os acontecimentos começaram a desagradar as autoridades. Não demorou muito para que o pior acontecesse. Governos de três estados enviaram tropas para acabar com o movimento. Um grande massacre deixou mais de 300 mortos. Atualmente, os sobreviventes que tinham entre quatro e 21 anos na época, ainda lembram, com detalhes, desta triste história.” (ALMEIDA, 2011).

Lideradas por José Senhorinho, Ângelo Cabaça, João Damásio e José Camilo, a comunidade messiânica de Casa Nova preparava-se para acompanhar o beato José Lourenço, que estava a coordenar um projeto comunitário em busca de um mundo de vivência e convivência dignas, no Sítio Caldeirão, em solo Cariri, no Ceará<sup>14</sup>. (Fig. 64 a 68).

---

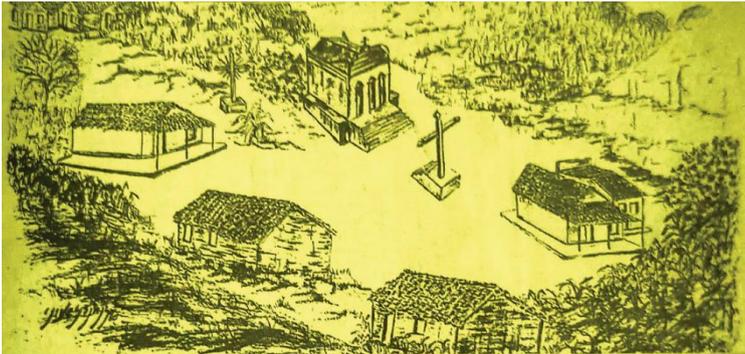
<sup>14</sup> “Para compreender o processo de surgimento do movimento de Pau de Colher, é necessário recorrer ao ajuntamento sociorreligioso ocorrido no sítio Caldeirão, na Chapada do Araripe, Estado do Ceará, sob a liderança do beato José Lourenço. Natural da Paraíba, o mesmo teria no ano de 1890 chegado a Juazeiro do Norte com os pais e irmãos junto aos primeiros grupos de romeiros em busca de alcançar os “milagres”. Tornou-se amigo e pupilo

Figura 64 – Sítio Caldeirão, Distrito de Santa Fé, no Crato – CE



Fonte: COEPA (2023)

Figura 65 - Sítio Caldeirão, no Ceará



Fonte: Dias (1982 *apud* Leão, 2020, p. 417)

---

do Padre Cícero e, posteriormente, ingressou em uma ordem de penitentes que praticavam a autoflagelação como ritual de purificação e retidão espiritual.” (RIBEIRO, 2019, p. 18).

Figura 66 – José Camilo



Fonte: Almeida (2011)

Figura 67 – Práticas religiosas na área de influência dos messiânicos



Fonte: Gouvea (2011 *in* Almeida, 2011)

Figura 68 – Beato José Lourenço



Fonte: Wikipédia (2023)

De fato, sem nunca terem pisado em Pau-de-Colher, tanto o Padre Cícero, quanto o Beato Zé Lourenço, foram figuras preponderantes, para que o movimento surgido no povoado

pacato [de Casa Nova], pudesse ganhar força, ecos, sonhos. O exemplo de seus passos era firmemente seguido, fartamente digerido, continuamente lembrado pelas criaturas que enxergavam nas suas palavras a vereda a fluir com segurança, esperança moldando as percepções sempre para melhor. Na mente dos indivíduos, eram santos, seguros de si, semblantes surgindo no silêncio dos saruês, das saracuras, dos saguis, das suçuaranas, sentidos unindo o tempo às pluralidades das vidas justas, puras, unas.

Por outro lado, se o ano de 1934 marca o começo da peregrinação e dos oratórios em Pau-de-Colher, consolida, mais do que nunca, o princípio da queda da delicadeza e da harmonia do Sítio Caldeirão. Este fato alarmante, cruciante, distante de ser uma inverdade, tem sua explicação no fato de que, enquanto o Padre Cícero esteve vivo, o reduto comandado pelo Beato Zé Lourenço permanecia tecendo seus lumes e agudezas, mostrando o quanto os homens poderiam ser menos egoístas, frívolos, mesquinhos, destruidores de si próprios. O local, fanal intimamente moldado para iluminar a convivência pacífica entre as pessoas, ideal mal assimilado principalmente pela Polícia do Estado do Ceará, sinal seminal explorando o infinito, vau a conduzir os espíritos para os afetos mais cordiais, grau elevado de ternura e paciência, tornou-se, de repente, um problema para as autoridades locais. Os mais abastados em suas fazendas, reclamavam da perda de gente que seguia, sem desconfianças, perseverança fincada na esperança por dias melhores, para as hostes do Beato Zé Lourenço. Assim, sem a proteção do Padre Cícero, o Sítio Caldeirão fragilizou-se, homiziou-se nas penumbras. A morte de um homem gerou o desmantelamento de muitos, perpetrou nos instantes fobias, folias desajustadas, sombrias constatações alicerçadas no seu completo aniquilamento pela força Policial do Ceará, durante os anos de 1936 e 1937. Um horror, um terror, se impôs de forma aberrante, dilacerante. As constatações, cruéis conflitantes, construíram crises, cadáveres dilacerados, cortes profundos na alma, correrias despropositadas para lugar nenhum, o desespero das situações que nos desequilibram impiedosamente, velozmente. (LEÃO, 2020, p. 183-185).

É bem verdade que o epicentro do movimento libertador, que culminou com a famigerada, histórica e catastrófica guerra dos caceteiros<sup>15</sup>, foi a Fazenda Pau de Colher<sup>16</sup>, mas, em território piauiense, as utopias e práticas revolucionárias messiânicas abrangeram todo município de São Raimundo Nonato<sup>17</sup>. A ele vinculavam-se ainda São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fatura e Bonfim do Piauí, onde, no momento, também se pretende explorar ferro magnético. Além dessa unidade federada, ao episódio integraram-se, em ideologia, crenças, práticas religiosas e até apoio operacional, muitas famílias de Dom Inocêncio, São João do Piauí, Paulistana, Acauã, Queimada Nova e Jurumenha.

Ali, no sítio chamado Pau de Colher, moravam quatro famílias praticantes do catolicismo popular disseminado pelo sertão. José Senhorinho, um dos moradores, além de lavrador, liderava procissões e rituais, sendo considerado um “rezador” pelo povo local; tinha transes e, nessas ocasiões, “falava

---

<sup>15</sup> “Em relação ao termo “guerra dos caceteiros”, consideramos que o mesmo foi concebido e empregado de maneira pejorativa e tendenciosa, com a finalidade de cristalizar no imaginário popular a ideia de que o massacre ocorrido na comunidade Pau de Colher, teria sido praticado exclusivamente pelos próprios indivíduos “incivilizados e bárbaros”, participantes do evento, através do emprego de “cacetes” rústicos; escondendo assim, ou tornando diminuta a participação e responsabilidade do Estado na chacina.” (RIBEIRO, 2019, p. 16).

<sup>16</sup> “Muito provavelmente o nome do povoado teve origem na abundancia do arbusto denominado pau-de-colher, também conhecido com as designações de bom-nome, bonome, bom-homem, casca-grossa, rompegibão, pigibão, cabelo-de-negro., existente na área que recebeu tanta gente pacata, alpercatas que se movimentavam entrelaçadas aos pés das criaturas catingueiras, afeitas a percorrer grandes distâncias, envolvidas pelos ecos das corujas-mãe-de-luva, dos canções.” (LEÃO, 2020, p. 66).

<sup>17</sup> “[Movimentos messiânicos] caracterizam-se sempre com um local sagrado. Têm um líder sagrado, no caso, um beato com a previsão de algo catastrófico e que, quem está ali será salvo.” (DAMASCENO, 2015 *in* MOURA, 2015).

enrolado”, conforme o testemunho da época. (MALVEZZI, 2007, p. 25).

Anos depois, em setembro de 1937, chegou Quinzeiro, amigo do Beato Severino Tavares que, em 1930, no sertão do Ceará fora morto pela polícia de lá, porque divulgava a doutrina e as recomendações do padre Cícero Romão Batista e aconselhava vida moral regrada e orações<sup>18</sup>. O então povoado de Pau de Colher tornou-se referência porque, além da pregação, das rezas semanais e curas de Senhorinho, contava com os entusiasmados e convincentes discursos de Quinzeiro, uma cacimba com abundante água potável, a abastecer a população até nas secas e, com ênfase, a maior feira da região. (Fig. 69 e 70).

Figura 69 – Local da antiga cacimba do povoado de Pau de Colher



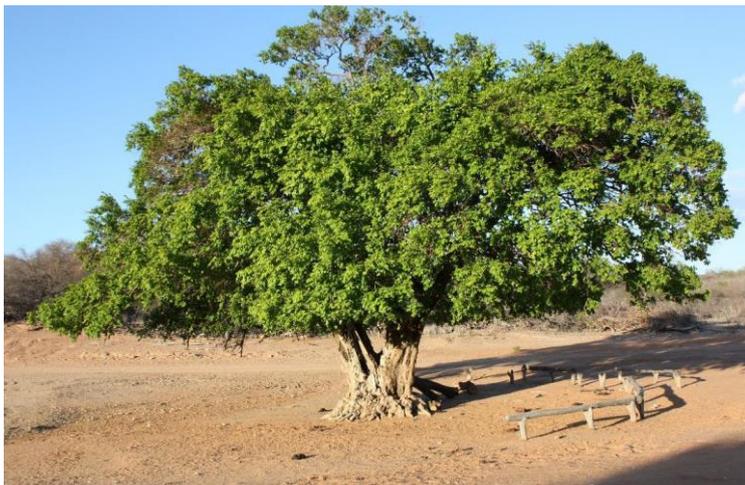
Fonte: Ribeiro (2019, p. 87)

---

<sup>18</sup> “O Senhorinho quase não fazia nada não. Terrível era o que chegou para fazer insolência. Era o Quinzeiro. Ele chegou, rezando, por dentro da caatinga. Ficou rezando por dentro da caatinga. Ele procurou, aqui, a casa do Senhorinho. Arrumou um altar, por ali assim, para todo mundo tomar a bênção a ele, de novo, já caducando. O finado meu pai ficou tão abestalhado que tomava a bênção a ele, de joelho.” (SILVA, SOBREVIVENTE, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

O povoado de Pau-de-Colher surgiu, de início, de um ajuntamento de famílias e, depois, veio a se consolidar através de uma feira dominical, realizada sob a sombra de um frondoso juazeiro, que se expandindo e repercutindo nas redondezas, atraía uma quantidade de pessoas, capaz de gerar um movimento interessante naquela localidade. (LEÃO, 2020, p. 66).

Figura 70 – Frondoso juazeiro em cuja sombra realizavam-se as feiras



Fonte: Ribeiro (2019, p. 79)

Dizia-se que esses caraíbas (pajé-açu), com destaque a Quinzeiro, incentivavam o povo a ocupar as fazendas de Antônio Martins, Mariano Rodrigues de Sousa e Alexandre Oliveira, nos limites do Piauí com a Bahia. Falava-se que queriam implantar nelas a Terra sem Males, nos moldes do que Antônio Conselheiro e grupos indígenas de tronco Tupinambá, a ele associados, no Século XIX, haviam sonhado para as nascentes do Rio Vaza Barris e o Beato Lourenço estava a planejar, para o Sítio Caldeirão, no Ceará.

Além dos pajés, residentes nas aldeias, a vida espiritual dos povos tupi-guarani era, igualmente, marcada pela eventual

presença de profetas ambulantes, chamados caraíbas. Apesar de estranhos à comunidade, os caraíbas exerciam grande influência sobre os habitantes das aldeias. (...) Exímios oradores, estes profetas transitavam de aldeia em aldeia, deixando uma mensagem messiânica entre os índios. (...). O discurso profético convencia aldeias inteiras a embarcarem em longas viagens em busca de um paraíso terrestre, uma “terra sem mal”, onde a ambulância, a eterna juventude e a tomada de cativos predominavam. (...) Com efeito, o discurso do profeta dialogava com elementos fundamentais, os quais situavam os Tupi [Tupinambá] numa dimensão histórica: movimentos espaciais, liderança política, xamanismo e, sobretudo, guerra e sacrifício de cativos. Entre os Tupiniquim, a liderança política e espiritual atingia sua maior expressão no contexto da guerra. Nestas ocasiões, os chefes preparavam os planos de batalha e comandavam os guerreiros; os xamãs, através da interpretação de sonhos e outros signos, determinavam quando os ataques seriam mais proveitosos; e os caraíbas exaltavam o ideal guerreiro em seus discursos. (MONTEIRO, 2005, p. 25-26).

Começou-se, a partir da chegada do nativo pregador Quinzeiro, a perceber mudança nas pessoas que, sob orientação de José Senhorinho, sempre haviam demonstrado índole pacífica. Elas tornaram-se violentas e iniciaram a promover o assassinato de crianças inocentes e adultos contrários ao movimento caceteiro.

Eram pessoas amigáveis. Pelo que se tem notícias, esse ajuntamento para rezas acontecia desde 1934, mas a partir de outubro ou novembro de 1937, começa o reboiço. Os comerciantes de Casa Nova percebem alterações no comportamento das pessoas. Elas andavam fechadas, introvertidas. Passavam pelas pessoas e não as cumprimentavam. Com a não aceitação da seita pelos seus amigos, parentes e compadres, passaram a olhar essas pessoas como verdadeiros inimigos, como inimigos de Deus. Então, começaram a atacar. Atacaram três fazendas, inicialmente, a Fazenda da Barra, a Fazenda Olho d’Água e a

Fazenda Alagoinha, onde muitos morreram. Muitos foram sacrificados. (PINTO, FILHO DE SOBREVIVENTE, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

Lembra-se que, na verdade, a comunidade do Pau de Colher não era o fim em si. Nela preparavam-se os messiânicos, para restaurar a comunidade do Sítio Caldeirão, no sopé da Chapada do Araripe onde, em 1936, por ordem de Getúlio Vargas, a irmandade religiosa do beato Zé Lourenço havia sido violentamente destruída pela polícia cearense. (MALVEZZI, 2007, p. 26).

O movimento ganhou muitos adeptos, e mais adeptos, e alcançou uma dimensão regional (Piauí, [Pernambuco] e Bahia), num raio de 200 km. A conversa da cura milagrosa e da salvação espiritual correu numa velocidade assustadora. Atingiu as primeiras localidades do Piauí, na época município de São Raimundo Nonato, poucos meses após o início do arraial. Dentre elas, posso citar as mais relevantes: Cachoeirinha, Proeza e Minadouro. Muitas pessoas aceitaram o convite, e uma minoria resistiu. Do grupo das que aceitaram, os líderes: Quinca e sua esposa Hermenegilda, Zeferino e Zé Caboclo. Claro, juntos com a maioria do povo. Das pessoas que resistiram, as personalidades: Zé da Barra, Raimundo Carlos, Doquinha da Mata e Norberto. Vale ressaltar também, que esses líderes que resistiram foram os maiores colaboradores, como guias e soldados na destruição do arraial. Mas primeiro tiveram que se livrar da morte, foram perseguidos pelo movimento do começo ao fim. (PORTAL CASA NOVA, 2019 *apud* KESTERING, 2019a, p. 377).

Em dezembro de 1937, a inquietação revolucionária estava com proporções insustentáveis em relação a fazendeiros que hostilizavam o movimento<sup>19</sup>. Em favor do poder dos coronéis

---

<sup>19</sup> “As pessoas ajustam-se ao espaço, o cansaço das caminhadas ao local sagrado une-se às vontades por uma vida mais digna, as pegadas no solo sertanejo vão deixando as marcas, os vestígios, de uma gente humilde, valorosa, aberta à verdade do canto dos vem-vens, tetéus, tizius. O

do sertão, com destaque a Franklin Lins de Albuquerque, que apoiara famílias em conflito na Guerra da Telha, pesava o acordo que haviam celebrado com Getúlio Vargas, para armar batalhões civis e arregimentar quantos homens fossem necessários à expulsão da Coluna Prestes do país.

O exército nacional deu todo apoio logístico em armamentos, fardamentos e financiou a compra de mantimentos. Franklin liderou a perseguição final à Coluna, expulsando-a do país nos limites com a Bolívia. Tais eventos foram oportunidades ímpares de alargar a base de poder e influência política de alguns coronéis, pois tinham a prerrogativa legal de reforçar seus exércitos particulares como também consolidarem uma ascendência sobre outros líderes locais. Sem dúvida nenhuma o retorno destas prestações de serviços aos "interesses nacionais" foi fator decisivo de inserção de determinados coronéis, e particularmente de Franklin Lins de Albuquerque, no circuito do poder político, tanto no nível nacional como no estadual. A partir daí, Franklin manteve relações mais diretas com os mais diversos setores militares e políticos, o que resultou numa legitimação maior da sua liderança regional. (MELLO, 1989, p. 70).

Descontentes com a estrutura social vigente, a beneficiar coronéis e latifundiários em prejuízo da massa trabalhadora, marginalizada e empobrecida ao longo dos séculos, alguns caceteiros perderam a cabeça. Envolveram-se com mortes e violências inesperadas e desmedidas, fugidias ao controle das lideranças do movimento religioso local<sup>20</sup>.

---

Senhorinho a tudo coordena, ordena, acena para um mundo espiritual onde as criaturas terão fartura, paz, elos com a eternidade. Então, nessa fraterna sociedade sertaneja, os indivíduos miravam uma igualdade, a verdadeira justiça entre todos, uma comunhão de alimentos e esperanças, um foco de reconciliação de si próprios com o divino, uma sede de orações, ovações à localidade de venerações singular." (LEÃO, 2020, p. 68).

<sup>20</sup> "Quando o grupo chegou a duas mil pessoas, a sustentação ficou difícil. A multiplicação de seguidores, a divisão das famílias que tinham alas adversárias, o peso econômico que os adeptos impunham a suas famílias, o

Dessa forma, no dia 7 de janeiro de 1938, matou-se Zé da Barra que, por amizade, riqueza, poder e ideologia, vinculava-se estreitamente com a oligarquia dos Viana<sup>21</sup>. (Fig. 71). Seu filho Rufino, ainda criança, aos horrores da morte do pai testemunhou e traumatizou-se com feridas que, em suas conexões nervosas, nunca na vida cicatrizaram<sup>22</sup>. (Fig. 72).

Assim, como que desafiando as aleivosias e ingresias dos fantasmas que ninguém sabe de onde vêm, vultos vociferando nas veredas, já no ano de 1938, os caceteiros se veem envolvidos com mortes, violências desmedidas. Por que a comunidade pacata agiu desta maneira, aniquilando vidas e sonhos, destroçando corpos e átomos?! Os cacetes usados contra as carnes das vítimas intimidavam, calavam o canto das

---

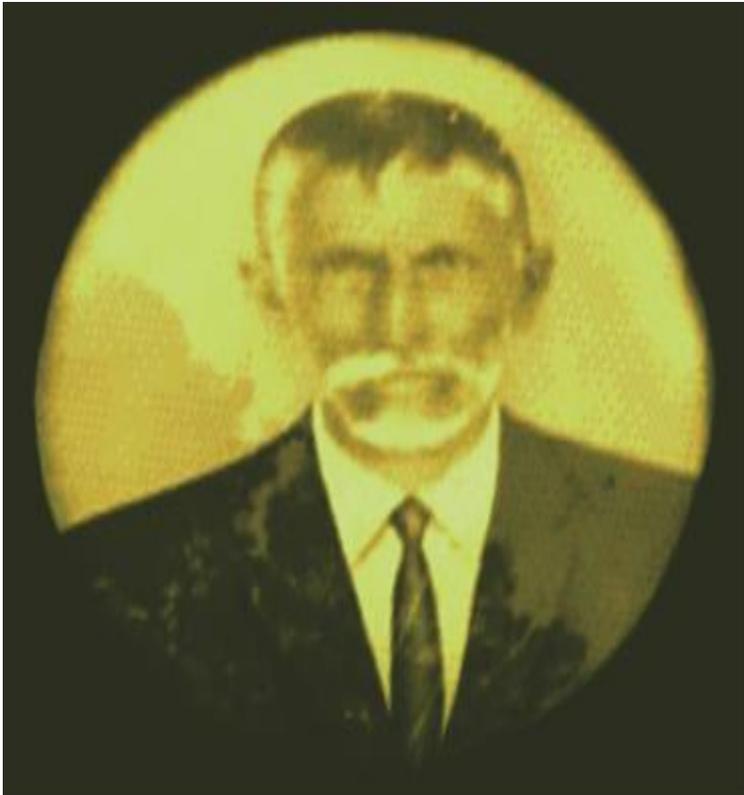
medo de uma nova Canudos, a acusação de serem comunistas, todos esses fatores contribuíam para a aversão a Pau de Colher.” (MALVEZZI, 2007, p. 25).

<sup>21</sup> “A família Viana chegou à região no início do Século XVIII, na pessoa de José Manoel Nunes Vianna, conhecido comerciante de boladas. (...) Era grande proprietária local cuja base econômica se diversificava por todos os ramos de atividade. Família numerosa conseguiu estabelecer uma "divisão do trabalho" interna, constituindo-se numa verdadeira oligarquia. Possuía as melhores terras do município onde criava gado, plantava algodão e arrendava terra para a agricultura alimentar; possuía casas exportadoras em Juazeiro e era também dona de barcas. Controlava uma rede e agentes comerciais dentre as quais o principal era o Viana Braga, de Remanso.” (MELLO, 1989, p. 52 e 65).

<sup>22</sup> “Eu estava no umbuzeiro quando meu tio e o homem que estava correndo passaram aí. Nós viemos aqui pra casa. Quando chegamos, eles já estavam cercados. Ele [meu pai] só fez botar a mãe, com nós, para dentro de um quarto. Trancou a porta e ficou na porta, pelo lado de fora. Eles chegaram. Mataram o irmão dele, ali. Estavam esbagaçando ele, de cacete. Quando estavam esbagaçando ele, de cacete, ele disse: ‘esse aí já morreu, não precisam mais quebrar ele tanto, não’. Aí eles vieram. Ele pensava que eles iam deixar ele, porque tinha um que era muito amigo dele. Ele [o amigo dele] chegou bem aí e ele [meu pai] falou: ‘Fulano, por Nossa Senhora, não me mate não’. Ele disse: ‘essa mulher já passou. Não existe mais’. Aí, meteram o cacete. Nós escutamos as porradas. Eles batendo nele. Quando saímos, ele estava no entrar da porta, todo esbagaçado, de cacete.” (SOUZA, SOBREVIVENTE, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

seriemas, zabelês, peiticas. Uns morreram, alguns escaparam milagrosamente, outros dilaceraram suas razões e raciocínios, muitos encarceraram seus espíritos nas dores que ninguém consegue compreender, perceber. Precisamente no dia quatro de janeiro, após entenderem que José Rodrigues, proprietário da Fazenda Barra, o conhecidíssimo Zé da Barra não queria participar do ajuntamento de Pau-de-Colher, o assassinaram brutalmente, o riscaram do mundo dos vivos, o condenaram a sucumbir diante da visão inocente do filho Rufino, que sobressaltado e angustiado, ouvia os gritos de horror do pai, via também um tio morrer. (LEÃO, 2020, p. 70).

Figura 71 – Zé da Barra, fazendeiro que hostilizava o movimento



Fonte: Almeida (2011)

Figura 72 – Rufino de Souza, filho de Zé da Barra, sobrevivente



Fonte: Almeida (2011)

Comandados pelo Sargento Geraldo Bispo dos Santos, no dia oito de janeiro de 1938, mandaram-se três soldados da Polícia Militar e 30 civis do exército de voluntários a serviço dos coronéis da região, para conter a violência e desmantelar o reduto messiânico de Pau de Colher<sup>23</sup>. A volante da cidade dos Viana conseguiu entrar no arraial, matar José Senhorinho, João Damásio e Ângelo Cabaça. Entretanto, no momento em que encurralava e tentava prender outros de seus líderes, viu-se cercada por mais de três mil devotos. Alguns, entre os quais o Cabo Antônio Vieira da Silva (Vieirinha) e o soldado João Batista dos Santos, morreram em combate. O magote dos detentos de Casa Nova, servis aos Viana, fugiu, deixando compulsoriamente muitas armas de fogo e farta munição, no local dos covardes homicídios<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> “A Família Viana, na verdade, manda uma patrulha ao local do Pau de Colher, quando ela percebe que esse movimento ganhou uma feição muito forte, principalmente depois do enfrentamento com José da Barra que era uma figura muito ligada à Família Viana, o que vai dar essa dimensão. Então, eles mandam alguns soldados e pessoas apenadas, que eram pessoas civis que vão ajudar a patrulha a entrar. Aí se tem o confronto. Senhorinho é morto e o movimento toma o destino do enfrentamento.” (BRITO, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

<sup>24</sup> “Os Viana usavam a força policial local e abstinham-se de manter jagunços; nas situações em que era necessário um contingente armado maior, abria-se oficialmente o voluntariado.” (MELLO, 1989, p. 88).

Nós estávamos arranchados aqui, dentro do barulho, meus pais com a família toda. De noite, chegou primeiro uma forcinha, a polícia de Casa Nova. Quando ela chegou, o Cabo Vieira gritou: levanta, bandido Senhorinho, para morrer. Aí, ele saiu com um candeeiro na mão, ou era uma vela. Aí, ele deu um tiro nele, bem dali. Matou três, com uma bala só. Derrubou três com uma bala só, que trazia, para matar o Senhorinho. (SILVA, SOBREVIVENTE, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

Em seguida mandou-se um grupo de 50 policiais militares do Piauí, que da mesma forma, não logrou êxito na missão de conter, pela força, os ânimos exaltados de vários participantes do movimento messiânico revoltoso<sup>25</sup>. Foi assim e em razão disso que os militares do Piauí, meganhas e mandantes da Bahia pediram ajuda ao estado de Pernambuco<sup>26</sup>.

O segundo ataque teria sido empreendido em 11 de janeiro de 1938 pela polícia militar do Piauí, comandada pelo tenente Toinho. Ocorreu a partir do norte do acampamento. De acordo com o senhor Gregório, os militares foram montados a cavalo de São Raimundo Nonato - PI, e deixaram as montarias a aproximadamente um quilômetro do reduto, para assim realizarem a aproximação. No entanto, foram surpreendidos pelo pessoal de Senhorinho, em maior número, fazendo retroceder essa segunda expedição.

Em telegrama enviado pelo prefeito de São João do Piauí ao interventor federal, Coronel Fernando Dantas, o mesmo relata que, “acaba de chegar notícia de que o Tenente Mendes

---

<sup>25</sup> “Essas polícias todas chegam fazendo um cordão, ou seja, chegam com a estratégia que eles chamam de estrangular o movimento. Faziam um cerco, a partir do qual eles chegavam na comunidade, cortando os suprimentos. A Força de Pernambuco, comandada por Optato Gueiros, têm os armamentos mais modernos. Eles têm metralhadoras. Mas acima disso tudo, eles têm uma estratégia militar de enfrentamento. Eles vão apertando o movimento.” (BRITO, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

<sup>26</sup> “A polícia veio três vezes. Na primeira vez, veio da Bahia. A segunda foi do Piauí e a terceira, dizem que era de Pernambuco. As duas primeiras correram. Os caceteiros botaram para correr. Por essa causa veio a polícia do Pernambuco.” (COSTA, 2011 *in* ALMEIDA, 2011).

está estacionado próximo do reduto dos cangaceiros, sem poder atacá-los devido a insuficiência de sua força. O pequeno destacamento local seguiu ontem. Notícias vindas do interior, afirmam que o reduto se compõe de mais de duzentos indivíduos, bem armados e municiados.” (RIBEIRO, 2019, p. 113).

No dia 19 janeiro de 1938, com uma tropa de 97 soldados munidos de sofisticada metralhadora, sob o comando do Tenente Optato Gueiros, delegado da polícia de Petrolina e renomado caçador de cangaceiros, iniciou-se a matança dos sertanejos desejosos de implantar um projeto comunitário de vida melhor a suas famílias<sup>27</sup>. Os militares pernambucanos contavam também com fuzis ordinários, fuzis Mauser e pistolas Bergmann. (Fig. 73 a 76).

Figura 73 – Fuzil Mauser, modelo 1935, igual ao que se usou



Fonte: Ribeiro (2019, p. 119)

Figura 74 – Metralhadora igual à que se utilizou em Pau de Colher



Fonte: Ribeiro (2019, p. 120)

---

<sup>27</sup> “A volante de Optato Gueiros, com 100 homens bem armados e uma metralhadora matadeira que Getúlio Vargas havia comprado no Canadá, em pouco tempo, algumas horas, botou quatrocentas e tantas pessoas ao chão, assassinadas.” (DAMASCENO, 2015 *in* MOURA, 2015).

Figura 75 – Tenente Optato Gueiros



Fonte: Almeida (2011)

Figura 76 – Cacete utilizado pelos messiânicos de Pau de Colher



Fonte: Oliveira (1998 *apud* Ribeiro, 2019, p. 127)

Essa parte do ritual era messiânica. Mas, o [arraial do] Pau de Colher tinha as duas coisas. Então essa parte de o arraial ser messiânico, tinha todas as exigências do arraial, que era a parte religiosa. Por trás disso, tinha a parte social.

Muitas vezes, querem desqualificar, principalmente a história oficial sempre desqualificou isso. Ninguém morre e ninguém briga por acaso e nem por nada. Então, o Pau de Colher, por mais que [se diga que] era habitado por pessoas analfabetas, sem estudo, tinha uma agenda programática. Elas vinham de um contexto com muitas pendências sociais. Havia o apelo social por trás disso. Nesse apelo é que surgiram os conflitos de interesses com a questão política. Foi aí que se rompeu com toda essa lógica do coronelismo e teve o conflito.

Houve a Ditadura Vargas para atender aos desejos dos coronéis. Foi lá, para destruir o Pau de Colher porque tinha quatro mil pessoas fugindo da mão de obra escrava do coronelismo. A Ditadura Vargas queria prejudicar o que se dizia que eram redutos comunistas, que estavam no mesmo contexto, já que a Coluna Prestes havia passado por perto. Para justificar esse massacre, é bom que se diga, Getúlio Vargas copiou muito Hitler. Ele imitava Adolfo Hitler. Por isso, ele criava campos de concentração, para segurar as pessoas, para não deixar que migrassem para os centros urbanos. Ele combatia a pobreza, matando o pobre. Ele não procurava incluir ninguém. Era o extermínio, a higienização. Assim, Pau de Colher foi brutalmente destruído com as mesmas iniciativas da época. (DAMASCENO, 2015 *in* RECKZIEGEL, 2015).

Diz-se que, quando um novo contingente de policiais da Bahia chegou ao ambiente da guerra, o conflito havia já terminado, com saldo de mais de 300 mortos. Tudo estava controlado por Getúlio Vargas e pela aristocracia local. Sepultaram-se os corpos em uma vala comum e levaram-se 50 crianças órfãs a Salvador, onde foram entregues à adoção. (Fig. 77 e 78). Algumas internaram-se em colégios e conventos. (Fig. 79). Outras integraram-se à Marinha e ao Exército. Um tanto mais de sobreviventes teve que viver na clandestinidade e

perseguiram-se outros (parentes, amigos e conhecidos) que contestavam a versão oficial do governo.

Figura 77 – Local onde, em vala comum, sepultaram-se os mortos



Fonte: Almeida (2011)

Figura 78 – As crianças órfãs, levadas a Salvador, para adoção



Fonte: Almeida (2011)

Figura 79 – Órfãos, na Escola Profissional de Menores, em Salvador



Fonte: Jornal à Tarde (1938 *apud* Leão, 2020, p. 418)

Houve um interesse articulado e poderoso de esconder isso. A versão oficial e o poder governamental procuraram desarticular, ocultar e desqualificar esses movimentos. (...) José Camilo, único líder que sobreviveu, foi protegido pela Família Viana de Casa Nova. Para sobreviver, ele teve que falsificar um atestado de óbito e ficou cinquenta e tantos anos na clandestinidade. Ele morreu com 90 anos de idade. Não registrou filhos. Não casou no civil. Não teve aposentadoria rural. Ele era um clandestino. Não existia. Era um indigente. Então, essas pessoas pagaram caro para contar-se essa “verdade”. (DAMASCENO, 2015 *in* MOURA, 2015).

Segundo a tradição oral, o espírito guerreiro nativo Tupinambá do Sudeste do Piauí, que deu sustentação à Guerra do Pau de Colher, não sucumbiu porque muitos fugitivos dela instalaram-se às margens do Rio São Lourenço. Fala-se que, entre eles havia uma mulher influente, mão direita dos ideais de José Lourenço, herdeiro das utopias do Padre Cícero Romão Batista. Chamava-se Maria Lourença. Era natural de São João do Piauí.

Conta-se que, ao fugir da área do conflito, a guerreira Maria trouxe consigo uma imagem de São Lourenço. Para atender a pedido seu, ao chegar à pequena vila, o padre Francisco Freiria abençoou a imagem do santo da devoção de Lourença e disse

ter sido singular o fato de ela abrigar-se na Fazenda São Lourenço. Em homenagem ao santo da reverência de ambos, anos mais tarde, Malaquias Ribeiro promoveu a construção de uma capela onde, nas desobrigas, começou-se a celebrar missas, casamentos e batizados, até então, costumeiramente realizados na residência de José Joaquim Vilanova. A velha capela passou por várias reformas e ampliações até se transformar na atual igreja matriz da cidade. (Fig. 80).

Figura 80 - Igreja Matriz de São Lourenço do Piauí



Fonte: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí (2013)

**Não era para ter acontecido isso. Isso aqui era para eles terem chegado e visto o que é que o povo queria. Não era? Não era para terem chegado e matado o pessoal todo aí. Não, essa gente queria uma melhora. Queria mudar qualquer coisa. (RODRIGUES, 2015 in MOURA, 2015).**

**Naquele tempo, aqui tinha quatro mil pessoas. Casa Nova tinha menos. Petrolina tinha menos. Aqui acabou e os outros seguiram para frente. Petrolina está daquele tamanho. Casa Nova está daquele tamanho. (...) Eu acho que o poder público deveria fazer uma estátua do Senhorinho e dos outros líderes como Ângelo Cabaça. Deveria preservar aquele lugar. Eu tirei um variante que está medido e registrado no Fórum. Aí ninguém pode entrar para fazer serviço. Já tem documento disso aí. (RODRIGUES, 2018).**

No local da chacina, com função mnemônica, para preservar a memória dos messiânicos que morreram em busca da Terra sem Males, do mesmo Reino de Deus pelo qual lutava o metre do Cristianismo, preserva-se um secular umbuzeiro, uma trempe em que se cozinhava, cruzeiros sobre sepulturas e histórias de aleivosias. (Fig. 81 a 87).

Figura 81 – Vista aérea do local do conflito



Fonte: Ribeiro (2019, p. 100)

Figura 82 – Área central do ajuntamento de Pau de Colher



Fonte: Ribeiro (2019, p. 100)

Figura 83 – Umbuzeiro onde se acampavam os messiânicos pioneiros



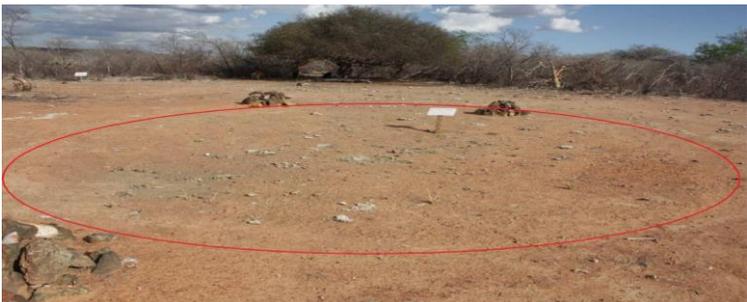
Fonte: Ribeiro (2019, p. 101)

Figura 84 – Trempe em que se cozinhava aos messiânicos



Fonte: Ribeiro (2019, p. 100)

Figura 85 – Área onde, em vala coletiva, sepultaram-se os mortos



Fonte: Ribeiro (2019, p. 131)

Figura 86 – Cruz sobre a cova estão os restos mortais de Senhorinho



Fonte: Ribeiro (2019, p. 137)

Figura 87 – Cruz no local em que a volante matou Ângelo Cabaça



Fonte: Ribeiro (2019, p. 137)

A 1,5 km ao norte da antiga sede da comunidade, junto ao eixo vertical de uma velha cruz de aroeira, plantada ao solo, há um posto de orações onde se pagam promessas. Conta-se que, naquele lugar, assassinaram-se 23 amigos de Senhorinho e seus corpos foram sepultados em vala comum. Fig. 88).

Figura 88 – Cruz sobre a cova com os restos de amigos de Senhorinho



Fonte: Ribeiro (2019, p. 139)

Diz-se que, naquela área, conhecida como Capoeira da Cruz, junto a um juazeiro, ouvem-se sussurros, ladainhas, choros, gritos e gemidos. (Fig. 58). São fenômenos estranhos que, na região, conhecem-se como aleivosias ou livusias<sup>28</sup>. No Sudeste do Piauí, mormente nas comunidades do entorno dos blocos em que se explorará minério de ferro magnético, fala-se que elas ocorrem em lugares onde se mataram pessoas extremamente angustiadas, por não concretizarem seus sonhos de uma Terra sem Males. (Tab. 4; Fig. 89 a 91).

---

<sup>28</sup> “Livusia é um termo empregado no interior do Nordeste para designar diversas manifestações psíquico sensitivas, caracterizadas pela aparição de luzes, vultos, audição de vozes, assovios, choros, gemidos; percepção de movimentação de objetos, pedras e projéteis arremessados sem que seja determinada a origem ou natureza do propulsor. Comumente essas manifestações paranormais estão associadas a exemplares de flora da caatinga, tais quais umbuzeiros e juazeiros. Há casos em que as aparições estão vinculadas à espacialidade, a pontos definidos na paisagem, como curvas de estradas ou encruzilhadas de carreiros, relacionados ou referenciados por alguma dessas árvores mencionadas. Em determinados locais as livusias também são conhecidas como visagens. Ambas fazem parte do folclore enraizado no nordeste sertanejo.” (RIBEIRO, 2019, p. 139).

Figura 89 – Lugar da vala coletiva, na Capoeira da Cruz



Fonte: Ribeiro (2019, p. 142)

Figura 90 – Material arqueológico encontrado no local do conflito



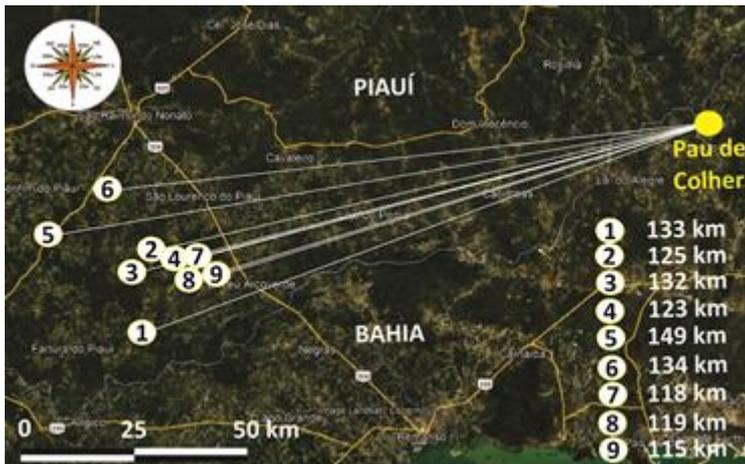
Fonte: Ribeiro (2019, p. 143)

Tabela 4 – Relação de Pau de Colher com as jazidas de ferro

Nº	Blocos	Distância (Km)
1	Fartura	133
2	Serrinha 1	125
3	Serrinha 2	132
4	Serrinha 3	123
5	Bonfim	149
6	Serra do Ó	134
7	Dirceu 1	118
8	Dirceu 2	119
9	Dirceu 3	115

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2023)

Figura 91 – Relação de Pau de Colher com as jazidas de ferro magnético



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelos autores

## 7 EXPURGO HUMANO DA SERRA NOVA

A região sudeste do Piauí, mormente os habitantes das adjacências das lagoas e jazidas de ferro que se pretende explorar, possuem um histórico de conflitos fundiários a se prolongarem do século XVI aos dias atuais. Pela historiografia e tradição oral, sabe-se ter sido um território, de antigas datas ocupado por grupos indígenas, majoritariamente vinculados aos povos Acoroá (Kraô) e Guegoá (Gueguê).

A colonização do Piauí ocorreu no início do século XVI, estendendo-se até o século XIX. No século XVI, ocorreram as primeiras expedições de colonizadores, pautadas no reconhecimento e delimitação da área. A partir do século XVII, aproximadamente em 1674, a colonização começou a se intensificar, com a chegada dos bandeirantes, através do rio São Francisco. O interesse que movia a empreitada era a busca por metais preciosos, terras férteis e conquistar os povos indígenas para escravizá-los, utilizando-os como mão de obra, sobretudo nas tropas militares. No século XVIII, o processo de conquista se concretizou. (...) Com a implantação das fazendas de gado, o Piauí tornou-se a principal área pastoril do Nordeste, que foi fundamentada a partir da violência em relação às populações indígenas que habitavam o território. (OLIVEIRA, 2004, 2007; ASSIS, 2015 *apud* BRAGA, 2021, p. 39-40).

Vigorava ainda o apogeu das atividades pecuaristas no Sudeste do Piauí quando, em 1829, atraído pela notícia da existência de bom chão para criação de gado, junto aos contrafortes da Serra da Capivara, o Alferes Vitorino Dias Paes Landim, deslocou-se do Ceará para apossar-se das fazendas Serra Talhada, Boqueirãozinho e Serra Nova<sup>29</sup>. Dele se diz ter sido um homem forte e cheio de heroísmo. Em 1855 autodeclarou-se

---

<sup>29</sup> A Fazenda Serra Nova, anos mais tarde passou a denominar-se Fazenda Várzea Grande, atual Coronel José Dias. (RODRIGES, 2011, p. 49).

proprietário legítimo das terras que, por conta e risco próprios, havia ocupado. (DIAS, 1962, p. 3 *apud* RODRIGUES, 2011, p. 48).

Eu baixo assinado declaro que sou possuidor do sítio Serra Nova, nesta freguesia de São Raimundo Nonato, Província do Piauí, havido por descoberta que dele fiz em ano de mil oitocentos e vinte e nove e da qual me tenho autorizado em razão de concessão do governo, feita a quem tomasse parte na conquista dos índios que habitaram essas caatingas. Sua extensão é de duas léguas de comprimento, duas de largura; confinando à nascente com terras da fazenda Alagoinhas, ao poente com o sítio denominado Torre, ao Norte com a serra que corre em frente dos fundos dos pastos e dali por diante seguem-se terras incultas, ao Sul com retiro Boa Vista, pertence à fazenda Curimatá, limites estes provenientes de convenções particulares entre mim e os respectivos donos. E por ser de lei fiz passar a presente declaração em que me asseguro sendo duas do mesmo teor, uma para registro, e outra, que ficará em meu poder. Vila de São Raimundo Nonato, vinte de abril de mil oitocentos e cinquenta e cinco [...] Vitorino Paes Landim. Apresentava nesta Vila de São Raimundo Nonato, aos vinte de abril de mil oitocentos e cinco, pagando por uma somente mil e quinhentos e vinte réis. (GODÓI, 1993, p. 144 *apud* BRAGA, 2021, p. 42).

Não muitos dias havia ainda passado no sertão do Piauí, quando se encontrou com linda cabocla mestiça, de nome ainda ignoto, portadora de incontestes traços físicos e culturais indígenas. Por ela apaixonou-se perdidamente, à primeira vista. No encontro dos olhares cruzaram-se sentimentos recíprocos de amor e arrebatamento, aditivados pela efervescência dos hormônios que ambos, em profusão dispunham aprisionados em seus corpos juvenis. Nascia ali o grande amor que imprimiu sentido maior à vida de ambos e incentivou-os a interagirem, em parceria vitalícia, com a exuberante natureza adjacente aos pés dos contrafortes de arenito das serras vizinhas. Ele, o alferes de origem cearense, sabia apenas que a jovem mestiça por quem se havia encantado era fruto dos encantos

recíprocos de um jovem pesquisador prussiano e uma bela indígena, Acoroá provável, cuja aldeia sediava-se próximo ao atual povoado Sítio do Mocó. Vitorino instalou-se com sua família na fazenda Serra Nova<sup>30</sup>.

Alguns desses missionários estrangeiros, aos quais o povo passou a denominar de “gringos” tomaram conhecimento do grande acervo de pinturas feitas nas paredes das grutas da Serra da Capivara, demonstrando logo grande interesse em conhecê-la bem e, sempre que possível, visitavam aqueles lugares onde havia maior quantidade de pinturas.

A importância que atribuíram às pinturas rupestres, antiquíssimas, e às histórias da existência de cemitérios cujos túmulos se compunham de igaçabas (potes de barro em que eram sepultados os mortos), se revela pelo fato de que espalharam essa notícia também em seus países de origem, pois alguns desses padres vinham da Europa.

A prova de que houve a difusão desse achado arqueológico fica bem patente pelo fato de que, procedendo de um dos países nórdicos, mais provavelmente da Alemanha (ou da Holanda) foi enviado um cidadão, com bolsa de estudos fornecida por uma universidade de um desses países, para proceder ao estudo do sítio arqueológico de que tomaram conhecimento. A tradição guarda bem esse acontecimento. (...)

Por falar língua de gringo e por estar sempre às voltas com livros e anotações, os nativos acreditaram que ele era um padre, especialmente por ser um cidadão pacato e sempre gentil e, também, os padres é que falavam língua estrangeira. Em razão desse equívoco, apelidaram-no de “Padre”, e esse foi o nome pelo qual ficou conhecido. Seu nome verdadeiro não se guardou. A tradição reza que ele escrevia relatórios e que, a cada três meses, viajava para colocá-los nos Correios, a serem enviados para a Universidade de seu país de origem. (...)

---

<sup>30</sup> “De acordo com o inventário genealógico realizado em 1876, a geração dele compunha nove filhos e quarenta e nove netos. Seus familiares passaram a formar e ocupar pequenas roças, tornando-se os primeiros camponeses a morar nas terras.” (GODÓI, 1993 *apud* BRAGA, 2021, p. 42).

Por ter como objetivo especial o estudo do acervo arqueológico da Serra da Capivara, preferiu morar com a tribo de índios tapuias cuja oca ficava à beira da serra, no local próximo ao Sítio do Mocó. Os índios passaram a ser considerados por ele como sua família. Pouco contato mantinha com os demais moradores da região. (...)

Como último pagamento recebido da Universidade à qual prestava serviços, veio, também, o dinheiro para suas passagens de volta. Eis que, então, ele comunicou a seus conterrâneos europeus que resolvera não mais voltar, tomando o Brasil como sua nova pátria. Ligara-se por laços de afeição, ao povo da região e, principalmente, aos índios que o acolheram com muita ternura e amizade. Terminou por se casar com uma índia da taba onde passou os anos de pesquisa científica. (DIAS IRMÃO, 2014, p. 18-20).

Archângela Dias Paes Landim, um dos rebentos do casamento do Alferes Vitorino Dias Paes Landim com a filha do pesquisador prussiano, casou-se com o português Pedro Alexandrino de Rates Arcebispo de Braga<sup>31</sup>. Esse imigrante lusitano, depois de passar por Oeiras, havia chegado a Várzea Grande, então pertencente ao Município de São Raimundo Nonato onde encantara-se com a beleza cênica do local e facilidades para criação de gado *vacum*. Decidira, por isso, implantar uma fazenda no lugar denominado Sítio Limoeiro, junto aos contrafortes da Serra da Capivara.

De seu casamento com Archângela Dias Paes Landim nasceram Pedro Capistrano Dias de Souza, Januário Dias de Souza, Manoel Dias de Souza (Nezinho do Barro) e Mariano Dias de Souza. Este, por sua vez, casou-se com Ana Maria da Silveira Dias, de cujo enlace matrimonial nasceram José Dias de Souza (o Coronel José Dias, João Dias da Silveira, Antônio Dias da

---

<sup>31</sup> “Este cidadão recebeu este nome porque nasceu no dia de São Pedro Alexandrino de Rates - Arcebispo de Braga - e, como de costume, batizaram-no com o nome do santo do dia de seu nascimento, mas, pelo fato de que, em seguida ao nome do santo, o calendário acrescentava: “Arcebispo de Braga”, agregaram esse aposto a seu nome.” (DIAS IRMÃO, 2014, p. 20-21).

Silveira, Manoel Dias da Silveira, Francisca Dias da Silveira Martins (Chiquinha), Maria Eulália Dias Lima e Antônia Dias da Silveira Ferreira (Filhinha). (DIAS IRMÃO, 2014, p. 21; ANEXO 3).

João Dias da Silveira, Antônio Dias da Silveira (Maroto) e Manoel Dias da Silveira, irmãos do Coronel José Dias e, por conseguinte, netos do Alferes Vitorino Dias Paes Landim, no entardecer do Século XIX e amanhecer do Centúria XX, delimitaram terras na Fazenda Serra Nova, para implantar o povoado Zabelê. Por seu vínculo filogenético com a indígena que se casou com o pesquisador prussiano, eram, portanto, legítimos herdeiros de parte substancial do território e patrimônio hoje integrante do Parque Nacional Serra da Capivara<sup>32</sup>. Instalaram-se no Zabelê, os três irmãos com suas respectivas famílias, para explorar látex de maniçoba, criar gado, cultivar pequenas caiçaras, caçar animais silvestres, extrair madeira e mel, no milenar estilo de seus ancestrais nativos.

No dia a dia, sustentavam-se com a caça, a retirada de madeira e mel. Na época de estiagem, eles recorriam às tocas para se abrigarem, ficarem mais próximos das fontes de água e esperar o período de chuva. Com o tempo, o número de famílias que ocupavam essas terras aumentou. A paisagem passou a ser modificada quando os trabalhadores passaram a ocupar as tocas mais próximas. As tocas situadas mais ao alto, geralmente com inscrições rupestres, eram chamadas por eles de “lugar de índio ou morada de onça”, situando-se fora do universo das relações cotidianas. Já nos espaços escolhidos para habitar, modificaram o ambiente, construindo dentro das tocas, paredes feitas de rocha, com o intuito de formar cômodos. (GODÓI, 1993; LANDIM, 2014 *apud* BRAGA, 2021, p. 45).

---

<sup>32</sup> “Os moradores chamavam Vitorino Dias Paes Landim de “bisavô”, atribuindo a ele o povoamento das terras na qual habitavam e, por isso, todos se consideravam pertencentes ao tronco genealógico de Vitorino.” (GODÓI, 1993 *apud* BRAGA, 2021, p. 44).

Observe-se que o grupo familiar ocupante do território Zabelê mantinha estreita e harmônica ligação afetiva e cultural com a terra e o ambiente em que viviam. Eram-lhes confortáveis os modos de viver, fazer, criar e colher as safras das caiçaras que, ao próprio sustento cultivavam. Eram-lhes gratificantes e traziam-lhes conforto espiritual as festividades, crenças, celebrações e histórias contadas pelos anciãos. Havia reisados, novenas festejadas na capela, folguedos no campo de futebol, oralidades acerca dos indígenas e enredos fantasiosos sobre a conquista daquele paraíso, pelo velho patriarca Vitorino. (Fig. 92 a 95).

Figura 92 - Retrato do secular jeito Zabelê de viver



Fonte: Aduino Araújo (1988 *apud* Braga, 2021, p. 47)

Uma parente da avó de minha mãe, avó da avó de minha mãe era parente desses índios. A gente tem sangue de índio. Tinha uma que sumia direto. Passava três, quatro dias fora de casa. Saía e não dizia pra onde ia. Só saía. Ela era casada. Um dia, ela saiu e o marido dela deu fé e foi atrás. Passou o dia todinho, caminhando atrás dela. Aí ela chegou em um lugar limpo, cheio de tronco, pra se assentar e umas conchas feitas de madeira, cheias de mel, com carne dentro. Eles comiam de tudo. Quando ela chegava lá, eles faziam festa. Chegavam e pintavam o rosto dela todo.

Aí o marido dela subiu em cima de um pé de pau. Cortou três caroás e botou assim, pra, se ele cochilasse, batia a cabeça e acordava. Aí, quando foi de madrugada, quando a lua estava alta, ele falou: é, eu vou embora. Se esses caboclos me pegarem, eles fazem é me comer. Aí, ele saiu. Caminhou um dia todinho pra chegar na casa dele.

Uns dias depois, ela chegou com um monte de frutas do mato, tipo gabirola e marmelo que eles deram pra ela. Aí, toda vez que ela ia, voltava com um monte de fruta, mel e outras coisas que eles davam pra ela. O nome dela era Lindauri. Ele pegou ela novinha, enganchada num buraco de pé de mamona. Ele pegou ela pra criar e casaram. (ZENAIDE, 2015 *apud* BARBOSA; KESTERING, 2015, p. 94-95).

Figura 93 - Banhos no barreiro



Fonte: IPHAN (1986 *apud* Braga, 2021, p. 49)

Figura 94 - Cultivo de mandioca



Fonte: Aduino Araújo (1988 *apud* Braga, 2021, p. 47)

Figura 95 - Membros da comunidade Zabelê



Fonte: Aduino Araújo (1988 *apud* Braga, 2021, p. 47)

Quando se implantou o Parque Nacional Serra da Capivara, havia mais de 200 pessoas a residirem no Zabelê. Em 1988, elas foram compulsoriamente expulsas de seu paraíso terreal porque eram, em grande maioria, posseiros e, por isso, de acordo com a legislação vigente até hoje, proibidas de continuarem a morar dentro da área definida para proteção ambiental e cultural. (Fig. 96). Não sabiam para onde ir porque as indenizações haviam sido irrisórias e nenhum plano de reassentamento havia-se elaborado.

O processo de indenização foi incompleto, muitos não foram indenizados e quem recebeu não teve a indenização calculada levando em consideração a restituição das condições de trabalhador rural, ou seja, a indenização não forneceu as condições de aquisição de terras e de infraestrutura para agricultura e criação de animais. (SOUSA, 2009, p. 87 *apud* BRAGA, 2021, p. 61).

Figura 96 - Eram posseiros, sem direitos reconhecidos pelo governo



Fonte: Barbosa; Kesting (2015, p. 91)

Não houve preocupação dos órgãos administrativos do Parque em preservar a cultura local, em dar, pelo menos as condições necessárias para tal. Apenas se preocuparam com seus interesses particulares, como costuma ser a relação entre dominadores e dominados. A cultura imaterial do povo Zabelê sofreu um grande desfalque. Práticas como o reisado, a dança de roda, o futebol, sempre acompanhado de muita alegria, a quadrilha, todas se perderam no palco da desapropriação. Pois, quando desapropriados, em 1986, a população se dispersou. Quanto à cultura material, a prática de criação de animais, como o bode, a vaca, o porco, foram deixadas de lado, devido a impossibilidade destas no novo local de moradia, onde as casas são acompanhadas por pequenas extensões de terras. (BRITO, 2011 *apud* BARBOSA; KESTERING, 2015, p. 97).

Somente em 1997, reinstalou-se a comunidade Zabelê, a 12 km da cidade de São Raimundo Nonato onde passou a viver da agricultura, criação de ovinos e caprinos e de empregos que várias pessoas, principalmente os mais jovens, conseguiram na cidade. Para preservar as memórias e histórias das lutas recentes e antigas, a comunidade implantou um museu popular, em uma casa de taipa. Nela acondiciona e expõe objetos relacionados a seu antigo jeito cotidiano de viver. Expõe panelas de ferro e de barro, potes de barro, máquinas de costura, tamboretas, ferros de passar roupa e pilões. (Fig. 97 a 99).

Figura 97 - Fachada da sede original do museu do Zabelê



Fonte: Projeto Veredas (2018 *apud* Braga, 2021, p. 74)

Figura 98 - Banners referentes ao Antigo Zabelê



Fonte: Souza (2018 *apud* Braga, 2021, p. 77)

Figura 99 - Objetos relacionados ao cotidiano do Antigo Zabelê



Fonte: Projeto Veredas; Souza; IPHAN (2018 *apud* Braga (2021, p. 74-76)

O espaço surgiu com o objetivo de resguardar e transmitir, dentro e fora da própria comunidade, essa história, atualizando esse passado no presente. O museu permite que as narrativas sobre o Antigo Zabelê sejam também compartilhadas entre diferentes pessoas do Novo Zabelê, que podem ou não ter vivenciado aquelas histórias, que correm o risco de esquecimento. Em outras palavras, o museu traz um senso de identidade e pertencimento que é atualizado pela memória, ou seja, traz a materialização de memórias que expressam o Antigo Zabelê. (BRAGA, 2021, p. 73).

Em parceria com povoados do Território Serra da Capivara e estudantes do Colégio Santa Cruz, instituição de ensino privada de São Paulo, a comunidade local propôs-se construir nova sede para preservar e salvaguardar o patrimônio material, e imaterial Zabelê. Suas obras já estão em andamento. (Tab. 5; Fig. 100 e 101).

Figura 100 - Projeto do novo Museu Zabelê



Fonte: Kaique (2021 *apud* Braga, 2021, p. 84)

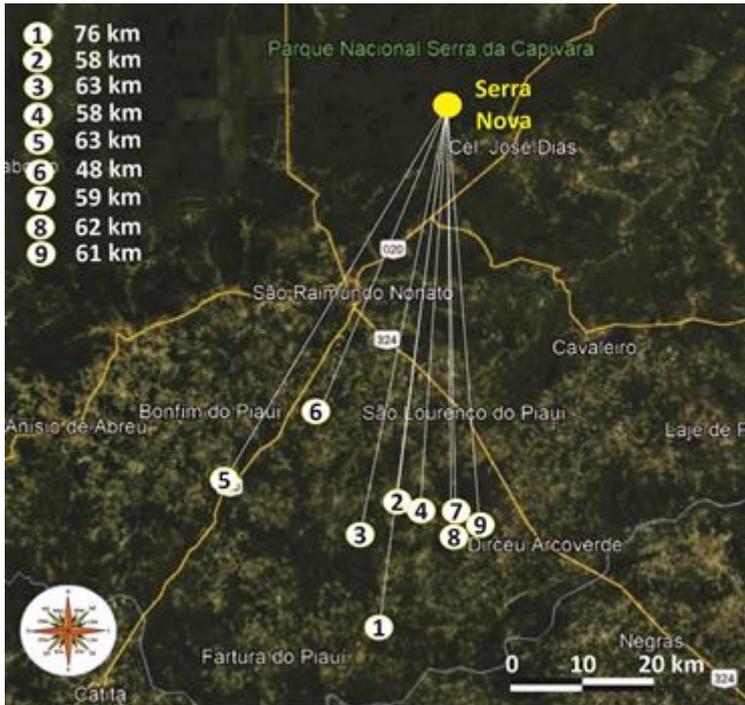
Tabela 5 – Relação da Serra Nova (Zabelê) com as jazidas de ferro

<b>Nº</b>	<b>Blocos</b>	<b>Distância (Km)</b>
1	Fartura	76
2	Serrinha 1	58
3	Serrinha 2	63

4	Serrinha 3	58
5	Bonfim	63
6	Serra do Ó	48
7	Dirceu 1	59
8	Dirceu 2	62
9	Dirceu 3	61

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2023)

Figura 101 – Relação da Serra Nova com as jazidas de ferro magnético



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelos autores

## 8 ATIVIDADES PROSPECTIVAS

Para cumprir as exigências constantes no segundo parecer da Superintendência do IPHAN do Piauí, no dia 30 de novembro do ano 2021, na cidade de São Raimundo Nonato realizou-se reunião para planejamento de atividades de campo. Dela participaram, Celito Kesting (arqueólogo), Angélica Assis dos Santos (arqueóloga) e dois estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, Campus Serra da Capivara. Por serem membros do povoado de Lagoa das Emas, a eles propôs-se consulta aos líderes do movimento sobre o melhor dia para uma reunião em que se respondessem conjuntamente as questões referentes ao vínculo do patrimônio imaterial acautelado ou a se registrar, com as comunidades integrantes do território quilombola de Lagoas do Piauí.

Na pretensa reunião agendar-se-iam as atividades de georreferenciamento, caracterização, contextualização, avaliação das ameaças ou impactos, proposição de medidas para a preservação e salvaguarda, controle e mitigação das sequelas provocadas pelo empreendimento sobre o patrimônio imaterial acautelado e/ou a registrar-se. Assim não aconteceu porque “por enquanto eles insistem na decisão de não receber alguém que eles entendem ser da mineradora”. (SANTOS, 2021).

Frente ao conflito evidente, com gravíssima fratura exposta na relação dialógica da comunidade com a empresa mineradora reuniram-se dados históricos e contextuais para compreendê-lo e propor medidas de apaziguamento, favoráveis a ambas. Em respeito à decisão dos líderes da comunidade quilombola, não se realizaram, destarte a contento, todas as pretensas atividades de campo que se pretendia, para atender solicitação da Superintendência do IPHAN do Piauí.

O projeto de mineração que está ocorrendo no território possui diversas particularidades e desenha o cenário de ameaças que se avizinha. A mineração é do tipo a seco, no qual a extração do minério de ferro ocorre através de um maquinário que possui mecanismo magnético, já que a escassez d'água não permite a realização da extração via técnicas usuais. No entanto, esse tipo de mineração emite grandes cargas de sedimento rochoso no ar, o que poderá ocasionar a contaminação de fontes d'água como barreiros, açudes e barragens, além de dificultar o escoamento da água do telhado para as cisternas (captação por via pluvial); a possibilidade de ocasionar problemas respiratórios na população; e essa carga de sedimento soprado pelo vento pode se depositar sobre a flora, que, além de ocasionar diversas mazelas ao ambiente, pode inviabilizar a atividade de apicultura, fonte de renda para muitas famílias. Além disso, este impacto na flora e nas reservas d'água pode acelerar a desertificação da região, já que, associada ao desmatamento, a diminuição da vegetação pode ocasionar a desagregação do solo e a perda da cobertura orgânica da superfície, permitindo o avanço do solo de predominância arenosa. (MATOS, 2019, p. 2).

Para desvendar o contexto histórico e arqueológico, bem como avaliar a situação atual do patrimônio cultural dos blocos diretamente afetados e das áreas de influência direta do empreendimento, levantaram-se documentos primários e secundários, leram-se artigos científicos, entrevistaram-se pessoas dos povoados e cidades do entorno e realizaram-se atividades de campo. Objetivou-se, com essas medidas, mitigar os impactos ao patrimônio arqueológico, e salvaguardar os bens culturais das comunidades atingidas.

Para identificação de vestígios arqueológicos observaram-se as condições físicas do terreno, quais foram: exposição do solo, desníveis e alterações provocadas por ações antrópicas. Nesse aspecto observa-se que a varredura prospectiva sistemática nas áreas diretamente afetadas, executada pelos integrantes

da equipe foi eficiente e eficaz. Com ela maximizou-se a possibilidade de identificarem-se prováveis remanescentes arqueológicos durante a investigação.

Após avaliação dos dados obtidos na prospecção de superfície, verificou-se que as áreas de menor potencial arqueológico eram os depósitos detríticos, solos jovens ou pouco desenvolvidos, associados com o material originário (fragmentos de rochas em diversos estágios de decomposição). Observou-se presença significativa de minerais primários de fácil decomposição, como matacões, cascalhos, calhaus e outras frações grosseiras. Estes solos apresentam comumente diversos níveis de pedregosidade associada a afloramentos rochosos, particularmente no contexto das serras e serrotes. Por essa razão não se realizaram nelas as intervenções intrusivas em subsuperfície, previstas para toda poligonal das áreas diretamente afetadas. Selecionaram-se os locais de pacote sedimentar mais desenvolvido, considerando que neles os processos de deposição sobrepujaram os de erosão e localizam-se mormente em suas zonas periféricas.

Fizeram-se caminhamentos sistemáticos em toda superfície dos blocos diretamente afetados e neles sondaram-se os setores onde havia sedimentos arenosos e/ou siltosos a permitirem a escavação de poços testes e sugerirem a ocorrência de artefatos dispersos ou a existência de sítios arqueológicos. Descreveram-se, registraram-se as ocorrências e delimitaram-se, com sondagens sistemáticas, os sítios arqueológicos encontrados. Prosseguiu-se com a avaliação dos previsíveis impactos gerados pelo empreendimento sobre o patrimônio arqueológico e propuseram-se medidas para neutralizá-los ou mitigá-los.

Em lugares específicos das áreas de influência direta sobre as quais a população local mencionava existirem estruturas e/ou artefatos históricos ou pré-históricos, também se fizeram

caminhamentos e sondagens, para descrição e registro das ocorrências e delimitação dos sítios arqueológicos que se descobriram.

Coletou-se, descreveu-se, fez-se georreferenciamento, analisou-se e realizou-se curadoria integral de todas as peças arqueológicas achadas nas sondagens e aquelas que, por jazarem na superfície do terreno, corriam risco de destruírem-se, perderem-se ou extraviarem-se.

## **8.1 Bloco Fartura**

O Bloco Fartura que na região conhece-se como Morro da Plantinha, localiza-se às coordenadas UTM23L 757705, UTMN 8955090, a 477 m de altitude, na Fazenda Barrinha cuja sede situava-se na extremidade leste do município de Fartura do Piauí. Conhece-se hoje o povoado adjacente ao Bloco como Algodões ou Tanque de João Lino (Fig. 102).

Figura 102 - Bloco Fartura ou Morro da Plantinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### **8.1.1 Fazenda Barrinha**

Dois quilômetros a sudoeste do Morro da Plantinha, morava o fazendeiro Manoel dos Santos Reis (Manezinho) que criava

cerca de 200 a 300 cabeças de gado; dedicava-se ao cultivo de plantas de subsistência (milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora) nos solos de chapada e plantava capim e cana de açúcar, no vertissolo de uma lagoa que havia no leito do mesmo fluxo intermitente de águas pluviais, 300 metros a nordeste de sua residência. (Fig. 103).

Figura 103 - Ruínas da antiga sede da Fazenda Barrinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

A abundância de terras mais as pastagens naturais faziam da pecuária a atividade tradicional da região. Criada sempre de maneira extensiva, predominavam os rebanhos de caprinos, que não exigiam maiores cuidados. A criação de caprinos era feita por todas as categorias sociais e para o autoconsumo sendo apenas os couros e peles comercializáveis. A criação do bovino predominantemente feita pelos grandes proprietários era o padrão do poder econômico da região. O povo chamava de rico naquela época quando tinha umas duzentas a trezentas cabeças de gado. Um grande criador era aquele que ganhava, vamos dizer, cem bezerros por ano. (MEDEIROS, 1985; LINS, 1985 *apud* MELLO, 1989, p. 62-63).

O velho fazendeiro da Barrinha era filho legítimo de João Luiz Ferreira dos Santos e Luiza da Mãe de Deus. Pelo sobrenome

de seu pai (Ferreira), infere-se que se vinculava a ancestrais portugueses. Pelo outro cognome paterno (dos Santos) e o epíteto materno (da Mãe de Deus) deduz-se que se integrava a famílias de origem nativa. Nasceu no dia 6 de janeiro de 1897.

No dia 25 de julho de 1919, com 22 anos de idade, casou-se com Maria Antônia Braga, filha legítima de José Fernandes Braga e Maria Francisca Braga. (ANEXO 1). Com ela teve quatro filhos: João Branco, Maria José, Julieta e Leônidas. Maria Antônia dedicava-se a atividades domésticas e costura. (Fig. 104).

Figura 104 - Máquina de costura de fabricação alemã



Fonte: Relicário de herdeiros de Manezinho (2002)

Atente-se que aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina não se registravam com sobrenomes, exigiu-se que lhes atribuíssem os mesmos de seus proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre seu patrimônio, muitos portugueses tiveram o cuidado de os assentarem com seu sobrenome, precedido pela preposição **de**. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía ao escravo vaqueiro. Antes, pelo contrário, deixava

claro que esse continuava propriedade sua. Foi assim que se registraram muitos escravos índios e africanos com sobrenomes **dos Santos, de Sousa, de Sá, da Fonseca, da Rocha, de Medeiros, da Costa, da Silva, de Abreu, [da Mãe de Deus] e de Jesus**. (KESTERING, 2020a, p. 247).

Observa-se que, nos municípios onde se implantará o projeto de exploração das jazidas de ferro magnético, há muitas pessoas de feições indígenas, a preservarem costumes vinculados aos originais ocupantes do atual território Sudeste do Piauí. Elas afirmam pouco saber sobre o passado de seu grupo familiar, mas preservam na memória, fragmentos da história oral, que lhes permite afirmar terem ancestralidade indígena certa. É o caso de Dioneia dos Santos Silva, sobrinha-neta do fazendeiro Manezinho, residente a cinco quilômetros de distância da área a ser diretamente afetada pela exploração da jazida de ferro magnético do Bloco Fartura. Ela é filha de José Ferreira dos Santos e Maria das Dores Ferreira dos Santos, neta de pai incógnito e Maria de Jesus. (Fig. 105).

Figura 105 - Dioneia dos Santos Silva



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Minha avó era neta de índios. A mãe dela, minha bisavó (Mãe Dindinha), foi pega na oca, a dente de cachorro. Os outros

índios correram. Minha bisavó não fugiu porque tinha acabado de nascer. Pegaram ela na oca, pra cá da Bolandeira, em Caracol. Depois, as duas se arrancharam na Bolandeira onde amansavam os índios. Lá teve um tiroteio. (SILVA, 2022).

Este não é um problema exclusivo do território onde se explorarão as jazidas de ferro magnético, no sudeste do Piauí. Amplos setores do povo brasileiro atual, embora tenham origem indígena comprovada, não reconhecem sua etnicidade porque pensam não possuírem atributos correspondentes aos critérios e padrões de indianidade aceitos pela sociedade. Aprendem, desde pequenos, que a realidade indígena brasileira é passada, é pré-histórica. Aos nativos nega-se, inclusive, a possibilidade de integrarem-se, como indígenas, no processo de evolução e construção da história brasileira. De um modo geral, fala-se deles como remanescentes, resquícios agarrados ao pouco que lhes resta, após cinco séculos de depredação e espoliação. Para reconhecerem-se e serem reconhecidos, eles têm que corresponder a estereótipos engessados no tempo. A cultura colonizadora ocidental cristã negou-lhes e continua a recusar-lhes o direito de evoluir, de renovar seu estoque técnico e cultural, para relacionarem-se com outras culturas e sobreviverem física, cultural e etnicamente.

Havia lá a presença inegável de nativos pindorâmicos, em cristalina demonstração de que eles jamais se extinguiram, como ao longo da história propuseram os defensores da historiografia tradicional colonialista. A população a que os mal chegados imigrantes portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Pela mestiçagem física e/ou cultural integrou-se à sociedade colonial com o fornecimento de bons vaqueiros. Há mais que suficientes relatos de sertanejos a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que na zona pastoril existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios. (ABREU, 1998, p. 200 *apud* KESTERING, 2021a, p. 11).

Para ratificar a ideia da inexistência de indígenas e desvincular os grupos nativos de seu patrimônio natural e cultural, ao longo da história solidificou-se no Brasil a teoria do evolucionismo linear do Século XIX. Segundo esse universo conceitual que ainda hoje se adota para organizar o quadro social das terras brasis, são puros e, conseqüentemente, herdeiros legítimos do patrimônio de seus ancestrais nativos, somente os grupos sociais que não se miscigenaram genética e/ou culturalmente. Os que misturaram sangue e/ou cultura consideram-se mestiços e/ou descendentes, não mais nativos, nem tampouco herdeiros das herdades naturais e culturais. Nega-se, assim, aos autóctones, o direito de sobreviver pois a qualquer grupo humano e de outras espécies animais são imprescindíveis os intercâmbios genéticos e/ou culturais.

### 8.1.2 Prospecção

Na área do Morro da Plantinha que será diretamente afetada pelo empreendimento fez-se prospecção arqueológica, com varredura prospectiva sistemática. (Fig. 106).

Figura 106 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Na maior parte dela, principalmente na porção centro-noroeste, constatou-se vegetação arbórea nativa, afloramento

do maciço rochoso e grande quantidade de matações de ferro oxidado na superfície do terreno. (Fig. 107 e 108). Por essa razão, não se realizaram ali as sondagens previstas no projeto.

Figura 107 - Vegetação arbórea nativa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 108 - Matações de hematita oxidada na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No setor sudeste, porém, na antiga estrada que ligava os povoados de Bom Jardim (hoje cidade de Dirceu Arcoverde) e Fartura (atual cidade homônima) e a Vereda da Cupira, encontrou-se uma jazida de matéria prima, com núcleos e artefatos lascados de silexito na superfície do terreno. Ela localiza-se às coordenadas UTM23L 757214 e UTMN 8953909,

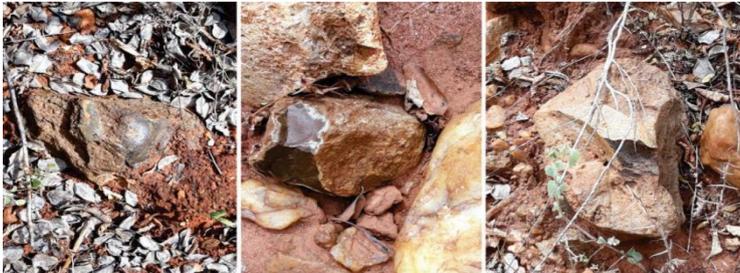
a 429 metros de altitude. Esse setor é predominantemente coberto de vegetação arbustiva secundária, resultante de acentuadas e renitentes ações antrópicas. (Fig. 109 e 110).

Figura 109 - Antiga estrada que ligava Bom Jardim e Fartura



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

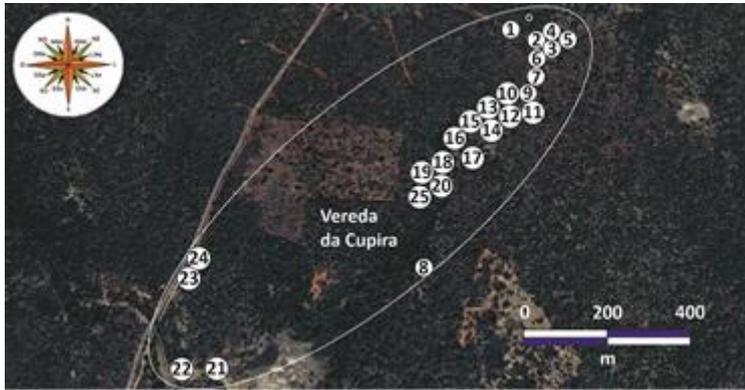
Figura 110 - Matacão e núcleos de silexito



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Junto à Vereda da Cupira, porção sudeste do bloco diretamente afetado e na área de influência direta do empreendimento, verificou-se haver diversas jazidas de matéria prima e artefatos de silexito, até uma lagoa onde Manezinho, antigo fazendeiro, plantava capim e cultivava cana de açúcar. Também, à flor do solo, achou-se uma machadinha de hematita polida. Fez-se georreferenciamento e coletaram-se exemplares que, por estarem junto a áreas transitáveis e/ou trilhas de gado, corriam risco de extraviarem-se. (Fig. 111 a 123).

Figura 111 - Distribuição espacial dos artefatos



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 112 - Vegetação secundária, arbustiva



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 113 - Varredura prospectiva na área de influência direta



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 114 - Leito do Riacho da Barrinha à jusante da barragem



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 115 – Matacões juto à Vereda da Cupira



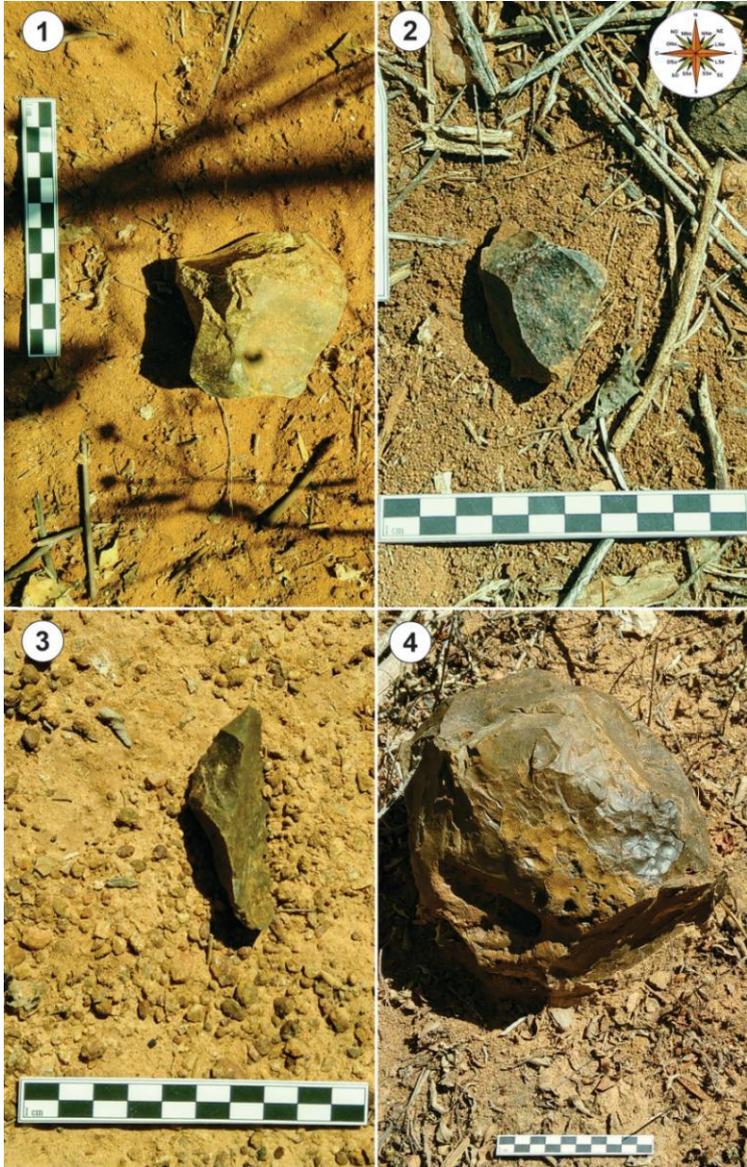
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 116 - Lajedo à margem da Vereda da Cupira



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 117 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 118 - Três núcleos e uma lasca de silexito



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 119 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 120 - Dois núcleos e duas lascas de silexito na superfície



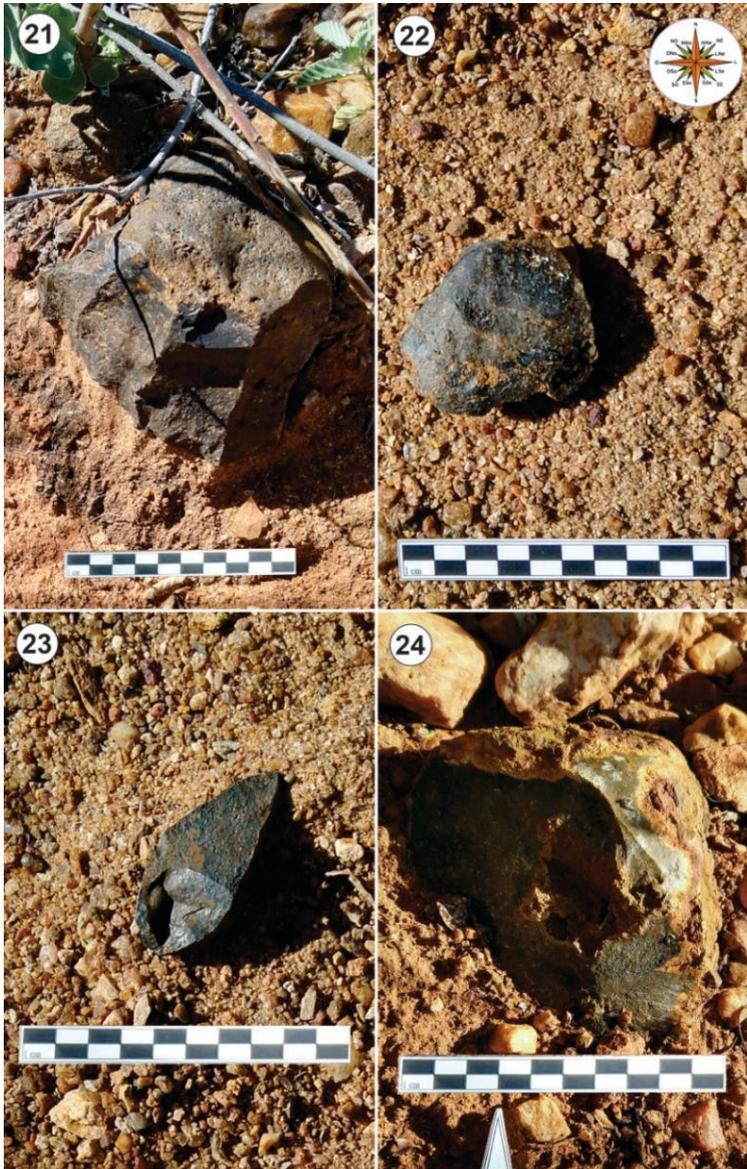
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 121 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 122 - Três núcleos e uma lasca de silexito



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 123 - Machadinha de hematita polida, na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No setor sudoeste da área diretamente afetada, onde os sedimentos eram propícios, escavou-se a maior parte dos poços testes, para evidenciar estruturas e/ou artefatos de subsuperfície. Fez-se sondagem a leste da antiga estrada, para verificar a dimensão e estratigrafia do sítio arqueológico que, pela abundante matéria prima e expressiva quantidade de núcleos, em nível preliminar e hipotético propõe-se ter sido uma oficina lítica. Nenhum artefato encontrou-se na subsuperfície do terreno. (Tab. 6 e 7; Fig. 124).

Tabela 6 - Poços testes

PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	39	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha intemperizada.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757263 8954310	
02	58	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757255 8954369	

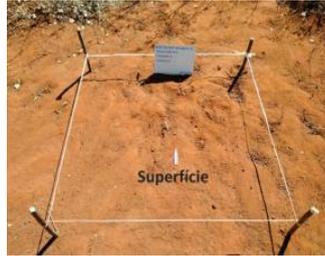
Adjunto às Lagoas de Meu Piauí

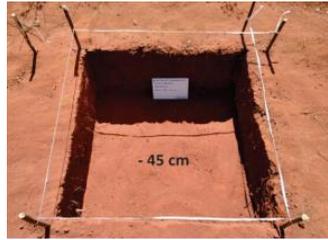
03	55	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757256 8954429	
04	50	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757255 8954492	
05	53	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757253 8954546	
06	42	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho, macio e seco. Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757266 8954615	
07	-	Superfície com matações provenientes de processos de intemperismo. Não foi possível executar o poço-teste.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757263 8954670	
08	11	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento arenoso siltoso, vermelho, pouco desenvolvido.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	8955233 8955233	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 7 - Sondagem

Sond.	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol.	Observações	UTM23L UTMN
01	45	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento arenoso siltoso, vermelho (10Y 3/6), friável e turbado por sucessivas explorações agrícolas históricas.	Ausente	Vegetação herbácea. Média vertente. Fizeram-se três decapagens de 15 cm de espessura. Devido ausência de estruturas e/ou artefatos encerrou-se a escavação. Peneirou-se todo o sedimento escavado e repôs-se o no local de origem.	757487 8954330





Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 124 - Distribuição espacial dos poços testes e da sondagem



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Junto a uma lagoa natural, 1550 m a sudoeste do Bloco Fartura e 1115 m também a sudoeste da sede da Fazenda Barrinha, às coordenadas UTM23L 756240, UTMN 8953222, a 434 m de altitude, diz-se haver um lajedado com pilões em rocha e gravuras rupestres. Os ditos almofarizes sugerem intenso e prolongado cultivo pré-histórico e/ou histórico de mandioca e milho, para consumo *in natura* e/ou como farinha que se produzia por tritura dos respectivos tubérculos e grãos. Por isso, caracterizou-se o sítio como Oficina de Tritura da Fazenda Barrinha. (Fig. 125).

A grande quantidade de batedores, moedores e mãos de pilão induziram a equipe pesquisadora concluir que a região de Sobradinho fazia parte da área da cultura do milho. Este cereal, como base alimentar, era pilado, moído ou triturado e utilizado de diversas maneiras na alimentação. Os 26 pilões de pedra que foram coletados e os inúmeros encontrados e fotografados em rochas fixas, são testemunhas de sua difundida utilização na área. Em determinados locais onde não existem pilões, ou melhor, rochas, eles parecem ter sido trazidos de longe.

Independentemente da conclusão de que a região de Casa Nova e Sento Sé fazia parte da “área da cultura do milho”, os

pilões podem ter sido utilizados para amassar tubérculos, raízes e frutas da região. É certo que o Submédio São Francisco fazia parte também da área da cultura da mandioca, da batata, do jerimum e da abóbora, como atestam os costumes preservados pelas populações ribeirinhas que continuaram praticando a agricultura de vazante e consumindo frutos típicos regionais, após a chegada do colonizador europeu. (CALDERÓN, 1977, p. 35 *apud* KESTERING, 2021, p. 134).

Figura 125 – Lajedo dos Pilões e Casa de Manezinho Reis

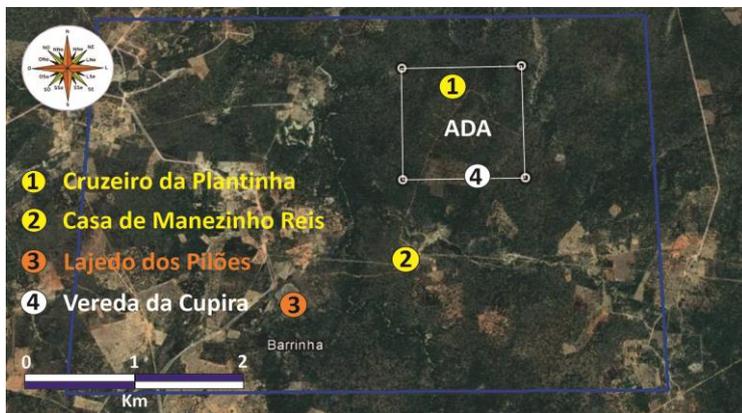


Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

### 8.1.3 Sítios Arqueológicos

Pelas varreduras sistemáticas e assistemáticas realizadas, constatou-se existirem quatro sítios arqueológicos: dois históricos (Cruzeiro da Plantinha e Casa de Manezinho Reis); um multicomponencial (Lajedo dos Pilões) e um pré-histórico (Vereda da Cupira, com jazida e artefatos de sílex e hematita). O cruzeiro localiza-se na área diretamente afetada; o Lajedo dos Pilões e a Casa de Manezinho Reis situam-se na área de influência direta e a Vereda da Cupira abrange parte da área diretamente afetada e fração da área de influência direta do empreendimento. (Fig. 126).

Figura 126 - Sítios arqueológicos identificados



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

#### 8.1.3.1 *Cruzeiro da Plantinha*

Identificou-se o sítio por indicações dos moradores locais. Falava-se sobre a existência do antigo cruzeiro no cume do Morro da Plantinha. Constatou-se que se tratava de um sítio unicomponencial de cerimonial, a céu aberto, do início do século XX, com estrutura de madeira, em forma a cruz, em baixa integridade, depositada na superfície do terreno. No entorno dele, a vegetação é de caatinga arbustiva, com frondosas espécies arbóreas. (Fig. 127).

Conta-se que, por problemas de saúde, Leônidas, o mais novo dos filhos de Manezinho, não conseguia andar quando criança. Por esse motivo, o velho fazendeiro prometeu a Senhor do Bonfim, caso obtivesse a graça de seu menino caminhar normalmente, postaria um cruzeiro no cume do Morro da Plantinha para, com sua família, vizinhos e amigos, realizar pelo menos uma romaria anual, na sexta-feira santa. Alcançada a divina gentileza, ele cumpriu o voto que sob

juramento havia feito. A estilo do que faziam os messiânicos da Fazenda Pau de Colher, em Casa Nova - BA, plantou uma grande cruz de madeira e, adjunto a ela, realizava rituais da tradição religiosa popular. Naqueles eventos, ele promovia a reza de terços, entoava cantorias, acendia velas e soltava fogos de artifício que, em Fartura do Piauí, ao costume do que fazia Severiano Ângelo dos Passos, fabricava-se e comercializava-se. (BRAGA; KESTERING, 2015, p. 129). Por essa razão, aquela geofoma conhecia-se também como Morro do Cruzeiro. Com a morte de Manezinho, porém, acabou-se a tradição da romaria, derrocou-se o cruzeiro e encheu-se de mato a vereda que lhe facultava acesso.

Figura 127 - Velha cruz de madeira, no alto do Morro da Plantinha



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.1.3.2 Casa de Manezinho Reis

O respectivo sítio encontra-se próximo a estrada de acesso ao Morro da Plantinha. Dista aproximadamente 250 metros do

Tanque de João Lino. Trata-se de um sítio histórico a céu aberto, com vegetação do tipo caatinga arbustiva no entorno. É a antiga sede da Fazenda Barrinha, considerada de alta relevância para o entendimento do processo de colonização da região. Além das estruturas identificadas, registra-se ocorrência de material lítico lascado no entorno. Por isso, classifica-se preliminarmente como sítio multicomponencial.

Manezinho era mestiço, de ancestralidade portuguesa e indígena. Nasceu em território da Freguesia de Pilão Arcado e viveu sua infância em casa de taipa, edificada a estilo nativo. Criou-se em conformidade com as tradições culturais autóctones do Sudeste do Piauí. Plantava mandioca, milho e jerimum, como sempre fizeram seus ancestrais, para sobreviverem no Nordeste Semiárido. Desde cedo, familiarizou-se com a criação de gado porque, por bem conhecer o comportamento das espécies nativas, não lhe foi difícil aprender a arte vaqueirama. Adaptou-se à pecuária. Como não se familiarizaria se foi com base na experiente mão-de-obra local que se fez a expansão da pecuária no Sertão Nordestino? (FURTADO, 1964, p. 75-76 *apud* KESTERING, 2021a, p. 32). Muitos fragmentos da história dos índios que se fizeram vaqueiros preservam-se nos costumes, em trejeitos sertanejos e nas habilidades que o clima, o solo, a fauna e a vegetação exigiram que aprimorassem.

Manezinho faleceu no dia 24 de janeiro de 1979, com 82 anos de idade. Sepultou-se seu corpo em cemitério próximo à Fazenda Barrinha. (Fig. 128 e 129). A estilo do que, no Século XIX preconizava o desenhista britânico John Ruskin (1819-1900), concedeu-se ao patrimônio edificado pelo velho fazendeiro, o direito de envelhecer e deteriorar-se. Sem qualquer interferência, expostos às intempéries, desabitou-se sua residência de taipa, descuidou-se da casa de farinha, abandonou-se seu engenho de rapadura, desocupou-se o curral e negligenciaram-se seus pertences de uso pessoal. (Fig.

130 a 132). Ao lado da velha casa de estuque, seus filhos edificaram uma residência de alvenaria (adobe e cimento) onde moraram até que dela ausentaram-se, João Branco, por casamento e os demais, por morte, sem desposos). (Fig. 133).

Figura 128 - Túmulo em que jazem os restos mortais de Manezinho



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 129 - Epitáfio no interior do jazigo de Manezinho



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 130 - Restos da casa de taipa onde morava Manezinho



Fonte: Vestigium Arqueologia E Patrimônio (2022)

Figura 131 - Restos da casa de farinha (forno e cevador)



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 132 - Restos do engenho de rapadura (moenda de aroeira)



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 133 - Casa de alvenaria dos filhos de Manezinho



Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

#### *8.1.3.3 Vereda da Cupira*

O sítio arqueológico pré-colonial Vereda da Cupira identificou-se durante os caminhamentos efetuados no bloco onde se fará extração de ferro magnético. O fluxo de água, de que se depreende parte de seu nome, intercepta a extremidade leste da poligonal da área de estudo, no sentido sul - norte. É ele responsável pelo abastecimento do Tanque de João Lino. No entorno dele, a vegetação é do tipo caatinga arbustiva, com espécies arbóreas esparsas.

Identificaram-se materiais líticos lascados de silixito, jacentes à superfície de sedimentos pedregosos, de coloração amarelo avermelhado, nas margens do respectivo curso d'água. Observou-se que a ocorrência dos materiais líticos aumentava de forma quantitativa e qualitativa, conforme se percorria, em sentido descendente, o leito da vereda. Nos pontos vistoriados, registrou-se afloramentos de granitoides e matacões, seccionados por trechos de solo arenoso, devido a deposição coluvial.

Apesar de haver disponibilidade de recursos, não se encontrou indícios de assentamento dos grupos que utilizavam a área para captação de matéria prima. De início, caracterizou-se o sítio como Oficina Lítica, unicomponencial, a céu aberto, delimitado pela distribuição espacial dos artefatos em superfície, com ultrapasse dos limites da poligonal.

Identificaram-se núcleos, lascas e jazidas de sílexito no decorrer da investigação arqueológica. Registraram-se os materiais, com imagens e georreferenciamento. Fizeram-se algumas coletas amostrais. (Tab. 8; Fig. 134).

Tabela 8 - Distribuição espacial dos artefatos

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo de sílexito	758169	8954736	446	
2	Núcleo de sílexito	758264	8954688	449	
3	Núcleo de sílexito	758279	8954673	449	Coletado
4	Núcleo de sílexito	758281	8954672	449	
5	Núcleo de sílexito	758302	8954672	449	
6	Núcleo de sílexito	758245	8954600	447	
7	Núcleo de sílexito	758239	8954593	447	
8	Lasca de sílexito	757876	8953976	434	
9	Núcleo de sílexito	758237	8954590	449	Coletado
10	Núcleo de sílexito	758233	8954560	455	
11	Núcleo de sílexito	758222	8954542	446	
12	Núcleo de sílexito	758159	8954429	445	
13	Núcleo de sílexito	758153	8954423	445	
14	Núcleo de sílexito	758099	8954383	443	
15	Lasca de sílexito	758085	8954376	443	

16	Lasca de sílexito	758067	8954382	443	
17	Núcleo de sílexito	758076	8954373	443	Coletado
18	Núcleo de sílexito	758045	8954301	441	
19	Núcleo de sílexito	757962	8954283	440	
20	Núcleo de sílexito	757948	8954263	440	
21	Núcleo de sílexito	757357	8953726	427	
22	Núcleo de sílexito	757266	8953724	428	
23	Lasca de sílexito	757249	8953989	434	
24	Núcleo de sílexito	757249	8953989	434	
25	Machadinha	758006	8954287	444	Coletada

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 134 – Vista parcial da Vereda da Cupira



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

#### 8.1.3.4 Lajedo dos Pilões

A partir de informações da população local, sobre a existência de almofarizes e prováveis gravuras presentes em afloramento rochoso (lajedo), na área de influência direta do empreendimento, à margem direita da estrada vicinal de acesso à poligonal da área diretamente afetada do Bloco Fartura, registrou-se a o Lajedo dos Pilões. (Fig. 57). Devido à lagoa natural, localizada na margem esquerda do Riacho da Barrinha, apresentar-se com grande retenção de águas pluviais no período da prospecção, não se pode visualizá-los. Tais evidências, sugerem intenso e prolongado cultivo pré-histórico e/ou histórico de mandioca e milho, para consumo *in natura* e/ou como farinha que se produzia por tritura dos respectivos tubérculos e grãos, como largamente também se fazia nas ilhas e margens do Rio São Francisco.

#### 8.1.4 Recomendações

Por estarem há muito desativadas as romarias promovidas por Manezinho, ruiu-se o cruzeiro que jaz na área a ser diretamente afetada pelo empreendimento. Não há razões para restaurá-lo no local em que originalmente estava plantado. Contudo, para preservar-se a memória do fazendeiro, seus valores e práticas religiosas de cristandade messiânica, recomenda-se que a empresa promova seu traslado e fixe-o junto à velha residência de taipa, na antiga sede da fazenda. Ao lado dele, propõe-se colocar uma lápide, com inscrições sobre sua história e a data de sua relocação.

Pela relevância no contexto histórico da região Sudeste do Piauí e por recomendação de familiares do antigo fazendeiro, aconselha-se preservar e/ou restaurar, para manter *in loco*, as

estruturas, equipamentos e objetos pessoais da sede da Fazenda Barrinha. Para melhor protegê-la, sugere-se cercá-la com cerca de arame e restaurá-la, conforme preceituava Camillo Boito (1802-1856). Procure-se evitar, o máximo possível, a restauração. Faça-se a ela somente quando imprescindível, para não se perder a memória de seus construtores e/ou usuários.

Os monumentos deverão ser preferencialmente consolidados e reparados e reparados e restaurados; evitem-se acréscimos e renovações que, se forem necessários, deverão ter caráter diverso do original, mas não poderão destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou lacunares deverão, mesmo que sigam as formas primitivas, ser de material diverso, ou ter incisa a data de sua restauração, ou ainda, no caso de restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deverão limitar-se, ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou mesmo pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tiverem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar as fases antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas (...); colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas. (KÜHL, 2002, p. 24 *apud* KESTERING, 2003, p. 57).

Por tratar-se de estruturas multicomponensiais (históricas e pré-históricas) e situarem-se na área de influência direta do empreendimento, propõe-se colocação de placas indicativas e explicativas, referentes aos pilões em rocha e gravuras do Lajedo dos Pilões, no lugar mais próximo possível deles. Sugere-se postarem-se nelas pequenos textos referentes à manufatura e utilização daquelas ferramentas e dos fragmentos de pretéritos sistemas de comunicação, históricas e pré-históricas da região semiárida. Por ser período chuvoso

e, por isso, estar cheia a lagoa, não se conseguiu registrá-los, georreferenciá-los e fotografá-los. Recomenda-se por isso que, no período destinado ao salvamento dos artefatos identificados nos outros sítios, façam-se esses procedimentos.

Por localizar-se uma parte na área diretamente afetada e um tanto na área de influência direta, por onde provavelmente transitarão máquinas e pessoas vinculadas ao empreendimento, sugere-se o salvamento completo dos matacões expostos, artefatos de sílexito e outros restos de cultura material da Vereda da Cupira. Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície, sugere-se dispensar a realização de escavação.

## 8.2 Bloco Serrinha 1

O Bloco Serrinha 1, que na região conhece-se como Morro do Ladislau, localiza-se no Sítio Poço d'Anta, extremidade sudoeste do município de São Lourenço do Piauí, às coordenadas UTM23L 760466, UYMN 8972594, a 432 m de altitude. No Século XVII, essa feição de relevo integrava-se a uma das fazendas que Domingos Afonso Sertão implantou entre os rios Canindé e Piauí. (Fig. 135).

Figura 135 - Bloco Serrinha 1 ou Morro do Ladislau



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.2.1 Sítio Poço d'Anta

Pela distância do litoral, dificuldade de acesso e falta de atrativos, desde sua fundação, arrendaram-se as propriedades do fazendeiro de Mafra e confiou-se sua efetiva administração aos cuidados de destemidos vaqueiros e fazendeiros de origem majoritariamente nativa ou mestiça.

A Capitania do Piauí possuía para os brancos, natureza inóspita. Isolada dos grandes centros comerciais e ainda com riscos iminentes de ataques indígenas, o território passou longos períodos sem atrair olhares nem dos colonos e tampouco da coroa portuguesa. (CARVALHO, 2019, p. 21).

Foi por isso que a ocupação efetiva da região Sudeste do Piauí fez-se no início do século XVIII, quando se expandiu a pecuária de Pernambuco e tornou-se rota principal do gado criado no sertão de dentro, para comercializar-se no litoral da Bahia e, no Século XIX, em Minas Gerais.

É notório que a pujança da criação de gado no Piauí prolongou-se até o início do Século XX. Assim foi no Sítio Poço d'Anta. Manoel Paes Landim, nascido no dia 20 de fevereiro de 1877, na Fazenda Caldeirão, hoje sede do município de São Lourenço do Piauí, em data ainda incógnita, implantou-o em território que então pertencia à Fazenda São Vítor. Ele pôs ao lugar o nome que até os dias atuais mantém-se, porque desde tempos antigos dizia-se que as antas bebiam água nas lagoas do rio intermitente que naquele trecho conhecia-se como Riacho da Gameleira.

Manoel Paes Landim casou-se com Carolina Ribeiro dos Santos, filha de Manoel Gameleira dos Santos, nascida no dia 5 de junho de 1905. Com ela teve 13 filhos, entre os quais Ladislau Paes Landim. Dedicou sua vida a criar cabras, ovelhas e gado *vacum*. Diz-se que Manoel era homem rico. Fala-se que seu rebanho tinha aproximadamente 400 vacas parideiras.

Manoel faleceu no dia 14 de novembro de 1952 e Carolina, no dia 22 de março de 1956. Seus corpos jazem no Cemitério Público Municipal de São Lourenço do Piauí. (Fig. 136).

Figura 136 - Mausoléu com restos mortais de Manoel e Carolina



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

As pastagens naturais que este território possuía representaram um fator muito importante para o sucesso da atividade criatória no Piauí, junto aos rios e córregos. A vegetação favorável espalhava-se por vastos domínios desta capitania, assim, podendo ser consumida praticamente o ano todo pelos rebanhos. Nas épocas chuvosas, mantinha-se o gado nas pastagens localizadas nas proximidades dos principais cursos fluviais. Durante os períodos de estiagens, soltava-o nas pastagens das chapadas ou nas gerais, termo conhecido no Piauí referente aos platôs de maior elevação altimétrica. (ALVES, 2003, p. 17 *apud* CARVALHO, 2019, p. 21).

Conta-se que Manoel Gameleira dos Santos, sogro de Manoel Paes Landim, tinha ancestralidade nativa o que não é difícil de comprovar porque é indiscutível que a política pombalina incorporou os grupos autóctones do Norte da Bahia e Sudeste do Piauí aos costumes dos fazendeiros de origem europeia.

Aqueles grupos que foram capturados tiveram que aderir aos modos de vida e convivência com o colonizador, resultando

assim, na mestiçagem da população piauiense tornando base das nossas características étnicas (ASSIS, 2015, p. 7 *apud* CARVALHO, 2019, p. 35).

Atribuíram-se lhes nomes e sobrenomes portugueses, proibiu-se lhes a fala das línguas indígenas e incentivaram-se casamentos das indígenas com os brancos. Não se descarta, por isso, a grande probabilidade de sua origem ter sido mestiça, portuguesa e indígena (Acoroá, Guegoá e/ou Amoipirá) porque “nos primeiros tempos da colonização os “índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí.” (ASSIS, 2015, p. 2 *apud* CARVALHO, 2019, p. 31).

Manoel Gameleira dos Santos nasceu no dia 20 de outubro de 1886. Dedicou-se à criação de gado em pródigas terras de ambas a margens do Rio São Lourenço. Faleceu no dia 23 de dezembro de 1935. Seus restos mortais jazem também no cemitério municipal de São Lourenço do Piauí. (Fig. 137).

Figura 137 - Mausoléu com os restos mortais de Manoel Gameleira



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Ladislau Paes Landim, filho de Manoel Paes Landim e Carolina Ribeiro dos Santos, nasceu na Fazenda Caldeirão, hoje sede do município de São Lourenço do Piauí, no dia 3 de setembro de 1925. (ANEXO 2). Casou-se com Maria da Luz Landim (Dona

Santa), filha de José Máximo da Luz e Maria Ferreira dos Santos, nascida no dia 1º de novembro de 1930. Com ela foi morar em Londrina, Maringá e Cambé, no estado de Paraná, onde se dedicava ao cultivo de café. Com a morte de seu pai Manoel Paes Landim, Ladislau retornou com Maria da Luz a sua terra natal, para assumir a administração da fazenda. Por compra, agregou a ela 100 hectares, junto ao Bloco Serrinha 1 (área a ser diretamente afetada) onde plantava culturas anuais de subsistência. (Fig. 138).

Figura 138 - Ladislau Paes Landim, com noventa anos de idade



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Em 1960, 280 metros ao sul do Riacho São Lourenço e 1.800 metros a noroeste do bloco a ser diretamente explorado, às

coordenadas UTM23L 759210, UTMN 8974639 e a 366 m de altitude, Ladislau edificou a casa em que Dona Santa, com 91 anos de idade, ainda hoje reside. (Fig. 139). Faleceu no dia 31 de maio de 2018. Seu corpo sepultou-se junto à sede do sítio onde, em memória dele, fazem-se romarias.

Figura 139 - Casa edificada por Ladislau, em 1960



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.2.2 Prospecção

Pela ocupação original indígena sucedida pela implantação de fazendas de gado, do período colonial até os dias de hoje, presumia-se haver estruturas e artefatos pré-históricos e históricos no Morro do Ladislau e adjacências. Fez-se, por isso, varredura sistemática no bloco a ser diretamente afetado pelo empreendimento e assistemática na área de influência direta. (Fig. 140 e 141).

Em grande parte do espaço pesquisado, principalmente nas porções sul e sudoeste, constatou-se haver densa vegetação arbórea nativa, afloramento do maciço rochoso e muitos matacões de ferro oxidado na superfície do terreno. Por essa razão, não se realizaram ali as sondagens previstas no projeto.

A vegetação desse setor constitui-se predominantemente de angico (*Anadenanthera colubrina*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), umburana de cheiro (*Amburana cearensis*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), favela de cachorro (*Cnidocolus quercifolius*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*), sete casca (*Handroanthus spongiosus*) e jacurutu (*Chloroleucon foliolosum*; (Fig. 122 a 145).

Figura 140 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 141 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 142 - Vegetação arbórea nativa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 143 - Jacurutu (*Chloroleucon foliolosum*)



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 144 - Matações de ferro oxidado na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 145 - Matacões de ferro oxidado na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Os setores norte e nordeste, porém, estão predominantemente cobertos de vegetação herbácea, resultante de acentuadas e renitentes ações antrópicas. Neles há ainda restos da antiga cerca de madeira que circundava a velha caiçara onde outrora plantavam-se culturas anuais de subsistência. (Fig. 146 e 147).

Figura 146 - Vegetação herbácea onde outrora havia roça



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 147 - Restos de madeira da antiga cerca



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

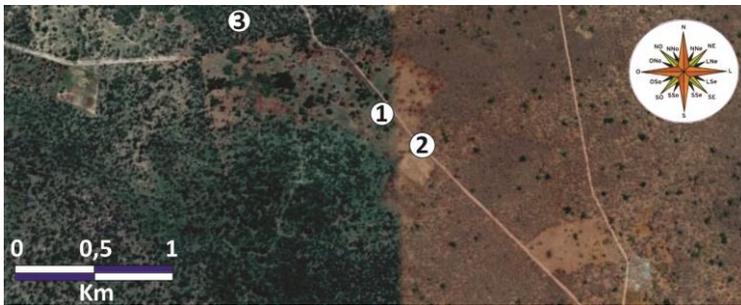
Nesses setores, verificou-se haver apenas três núcleos de sílex, dispersos na superfície do terreno. Fez-se deles o georreferenciamento e a coleta porque corriam risco de se extraviarem ou perderem-se. (Tab. 9; Fig. 148 e 149).

Tabela 9 - Distribuição dos artefatos na superfície do terreno

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo de sílexito	760724	8972858	421	Coletado
2	Núcleo de sílexito	760843	8972755	419	Coletado
3	Núcleo de sílexito	760270	8973171	410	Coletado

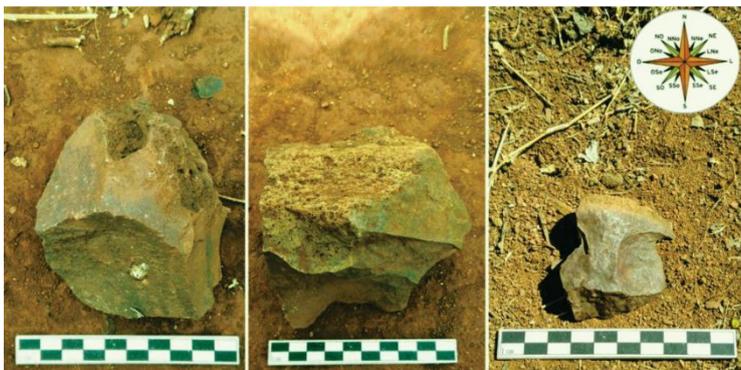
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 148 - Distribuição dos núcleos na superfície do terreno



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 149 - Núcleos de sílexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No setor norte e nordeste, onde os sedimentos eram propícios, escavaram-se poços testes, para evidenciar estruturas e/ou artefatos de subsuperfície. Fez-se também uma sondagem para verificar a estratigrafia dos depósitos. Contrário ao que se presumia, nenhum artefato encontrou-se na subsuperfície. (Tab. 10 e 11; Fig. 150).

Tabela 10 - Poços testes

PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	63	Vegetação herbácea, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha intemperizada.	Ausente	Vegetação herbácea, com árvores esparsas. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	760760 8972901	
02	59	Vegetação herbácea, com boa visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha ferruginosa.	Ausente	Vegetação herbácea, com árvores esparsas. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	761259 8972397	
03	60	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho-amarelado, macio e seco). Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	761397 8972953	
04	55	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Próximo a estrada vicinal que atravessa a ADA.	761271 8973316	

05	57	Superfície com abundante serapilheira. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	760984 8973003	
06	57	Superfície com vegetação herbácea. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Local impróprio à ocupação humana permanente.	760586 8972900	
07	58	Superfície com vegetação herbácea. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha férrea.	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Próximo a estrada vicinal que atravessa a ADA.	760439 8973008	
08	51	Superfície com serapilheira e afloramento rochoso no entorno. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva e arbórea. Média vertente. Próximo a estrada vicinal que atravessa a ADA.	760198 8973850	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

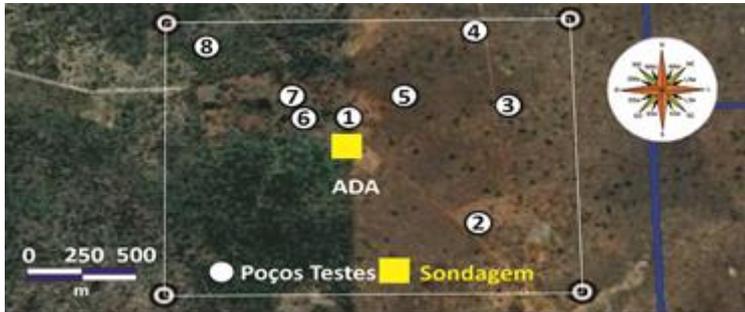
Tabela 11 - Sondagem

Sond.	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol.	Observações	UTM23L UTMN
01	40	Vegetação herbácea. Limpeza do local para início da escavação. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho (2.5YR 2/6), pouco compacto e turbado por raízes.	Ausente	Delimitada junto às ocorrências líticas em superfície de área utilizada para plantio. <i>Datum</i> (20 cm) a oeste da unidade. Escavação efetuada em duas decapagens de 20 cm de espessura. Peneirou-se todo sedimento escavado e repôs-se o no local de origem.	760752 8972771



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 150 - Distribuição espacial dos poços testes e da sondagem



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Pela varredura sistemática, escavação de poços testes e sondagem constatou-se inexistirem sítios arqueológicos históricos e pré-históricos na área do bloco a ser diretamente afetado pelo empreendimento.

### 8.2.3 Sítios Arqueológicos

Na área de influência direta, porém, reconhece-se o Túmulo de Ladislau Paes Landim, Memorial da Hecatombe Genocida e a Igreja de São Lourenço do Piauí como sítios arqueológicos históricos. (Fig. 151).

Figura 151 - Sítios arqueológicos históricos



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

### 8.2.3.1 Túmulo de Ladislau Paes Landim

Pelas romarias que a ele se fazem, reconhece-se o túmulo do velho fazendeiro Ladislau Paes Landim, junto à sede do sítio Poço d'Anta, às coordenadas UTM23L 759278, UTMN 8974626, a 366 metros de altitude, como sítio arqueológico histórico. (Fig. 152 e 153).

Figura 152 - Túmulo de Ladislau Paes Landim



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 153 - Em memória de Ladislau



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### *8.2.3.2 Memorial do Genocídio Indígena*

Na área de influência direta, destaca-se também o lugar onde ocorreu a Hecatombe Genocida do Século XVII, com epicentro às coordenadas UTM23L 770432, UTMN 8986082, a 329 metros de altitude.

### *8.2.3.3 Igreja Matriz de São Lourenço do Piauí*

Destaca-se ainda a igreja matriz com a imagem do santo padroeiro do Município de São Lourenço do Piauí, às coordenadas UTM23L 769812, UTMN 8985553, a 336 metros de altitude como sítios arqueológicos históricos.

## 8.2.4 Recomendações

Por ser carinhosamente cuidado pela comunidade local, nenhuma recomendação se faz sobre o sítio arqueológico que ela edificou e dele cuida com zelo, para preservar a memória da vida e dos bons feitos do velho fazendeiro Ladislau Paes Landim.

Pela relevância no contexto histórico do Sudeste do Piauí e situar-se a 16,5 km da área a ser diretamente afetada pelo empreendimento, aconselha-se delimitar o lugar do Memorial do Genocídio Indígena ocorrido no Século XVII, com implantação de estacas nos vértices do espaço a se tombar e preservar como patrimônio histórico nacional. (Tab. 12; Fig. 154). Nela propõe-se colocarem-se lápides de alumínio, com trechos do episódio, para perenizar-se a memória que, pelo relato das aleivosias se conserva.

Tabela 12 - Coordenadas dos vértices da área para preservação

Nº	UTM23L	UTMN	Altitude (m)
1	770391	8985840	333
2	770405	8985977	329
3	770382	8986039	330
4	770429	8986130	330
5	770508	8986282	341
6	771189	8986202	334
7	771508	8986263	334
8	771384	8985902	336
9	770779	8985827	337

Fonte: Google Earth (2021)

Figura 154 - Vértices da área sugerida para preservação da memória



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

O Umbuzeiro dos Defuntos, lugar de memória do genocídio indígena ocorrido no Século XVII, integra bens imateriais e materiais, vinculados nas entrelinhas do enredo das aleivosias que se preservam como marcadores de memória no território diretamente influenciado pelo empreendimento. Elas mostram não haver como desvincular o mundo espiritual (ideológico, imaterial, saberes, cultura, *modus vivendi*) do patrimônio material (chão, natureza e sobrevivência) da população quilombola do Sudeste do Piauí. Assim, propõe-se que se preservem ambos, o umbuzeiro dos defuntos (bem

material) e as aleivosias (bem imaterial) pois eles têm função mnemônica. Incentivam a comunidade a resistir, em defesa do território e do estilo de vida que herdaram de seus ancestrais indígenas, africanos e brancos empobrecidos pelo sistema colonialista.

A história da Guerra do Pau de Colher clama também pela necessidade de registro do fato de São Lourenço do Piauí ter abrigado vários devotos do santo padroeiro cuja imagem preserva-se carinhosamente na igreja matriz. Sugere-se, por isso, tombarem-se ambas, a imagem e o templo que a abriga, para se preservam atributos da identidade do município e do Quilombo Lagoas. No referido templo, propõe-se colocar-se uma lápide de alumínio, com relato do episódio, para perenizar-se a memória da imagem e de seus antigos devotos, fugitivos da guerra.

### **8.3 Bloco Serrinha 2**

A geofoma que na região conhece-se como Serrinha 2 constitui-se de um conjunto de pequenos morros da Fazenda Campo Formoso, extremidade sudeste do município de São Raimundo Nonato, com epicentro às coordenadas UTM23L 755220, UTMN 8968562, a 501 m de altitude. (Fig. 155).

Figura 155 - Vista parcial do Bloco Serrinha 2



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.3.1 Fazenda Campo Formoso

A Fazenda Campo Formoso, por direito de herança, pertence atualmente a Luiz Gonzaga de Macedo Rúben, filho de João Rúben de Macedo e Hermínia Angélica de Macedo, nascido em São Raimundo Nonato, no dia 24 de janeiro de 1945.

Seu pai João Rúben, filho de Amadeus Rúben de Macedo e Amélia Rúben de Macedo, adquiriu-a também por herança. Ele nasceu em São Raimundo Nonato, no dia 12 de junho de 1895 onde viveu 72 anos, até seu falecimento no dia 1º de agosto de 1967. Hermínia Angélica nasceu na mesma freguesia, no dia 3 de março de 1911. Ali viveu 76 anos e faleceu no dia 1º de agosto de 1987.

Amadeus e Amélia Rúben de Macedo, também nascidos em São Raimundo Nonato, em datas ainda desconhecidas, herdaram-na de ancestrais portugueses que, após residirem por uns tempos em Feira de Santana, em data ainda incógnita, chegaram em São Raimundo Nonato.

### 8.3.2 Prospecção

Por apresentar condições favoráveis à ocupação humana histórica e pré-histórica, estimou-se haver na Fazenda Campo Formoso estruturas e artefatos arqueológicos relevantes à produção de conhecimentos acadêmicos. Fez-se, por isso, varredura prospectiva sistemática no bloco que será diretamente afetado pelo empreendimento e assistemática, na área de influência direta. (Fig. 156).

Na maior parte do bloco, constatou-se vegetação arbórea nativa densa, afloramento do maciço rochoso e grande quantidade de matações de ferro oxidado na superfície do

terreno. (Fig. 157 e 158). Por essa razão, não se realizou o número significativo das sondagens previstas no projeto.

Figura 156 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 157 - Vegetação arbórea nativa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 158 - Matações de ferro oxidado na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Em virtude das atividades de bovinocultura e caprinocultura extensivas que na fazenda desenvolvem-se há séculos, a cobertura vegetal nativa do bloco a ser explorado permanece relativamente bem preservado. Sua drenagem pluvial constitui-se de interflúvios que escoam para o Rio São Lourenço. No transcorrer dos caminhamentos, constatou-se que, nos setores noroeste e nordeste, havia depósito de sedimentos provenientes da decomposição dos minerais e rochas do entorno.

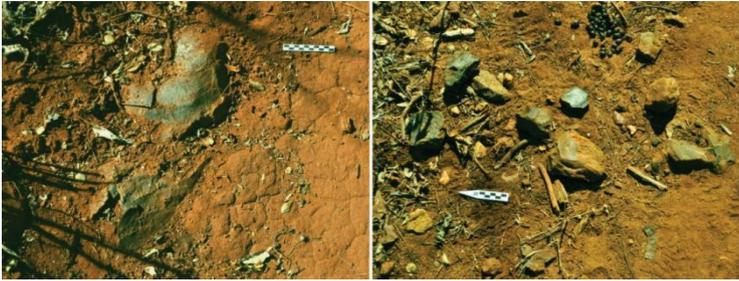
Na depressão do setor noroeste, em cruzamento dos caminhos que facultam acesso aos morros, em sedimentos arenosos e siltosos, há jazidas de matéria prima, núcleos e artefatos lascados pré-históricos de sílexito, na superfície do terreno. O epicentro dessa área situa-se às coordenadas UTM23L 756017, UTMN 8968353, a 425 m de altitude. (Tab. 13; Fig. 159 a 162). Ali escavaram-se poços testes e fez-se sondagem, para evidenciar a dimensão e estratigrafia do que, em nível preliminar, caracterizou-se como Oficina Lítica. (Tab. 14 e 15; Fig. 163).

Figura 159 – Cruzamento dos caminhos de acesso aos morros



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 160 - Núcleos de sílexito



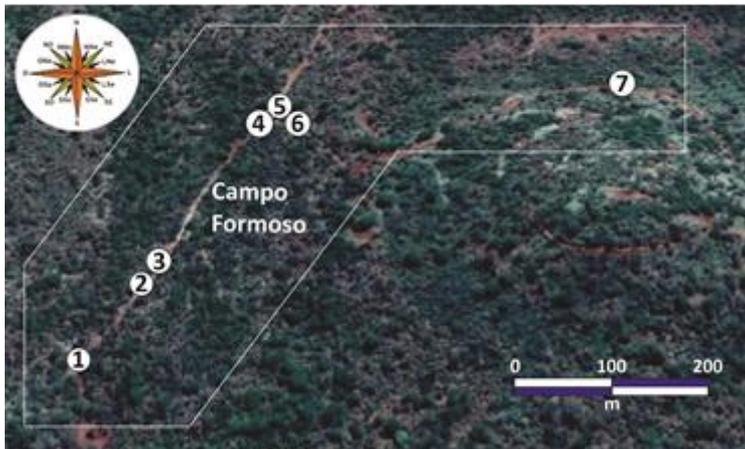
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 13 - Distribuição espacial dos artefatos encontrados

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo de sílexito	755850	8968086	421	-
2	Núcleo de sílexito	755898	8968161	428	-
3	Núcleo de sílexito	755913	8968180	420	-
4	Núcleo de sílexito	756017	8968353	422	-
5	Núcleo de sílexito	756023	8968358	422	Coletado
6	Núcleo de sílexito	756045	8968341	427	Coletado
7	Lasca de sílexito	756381	8968366	444	-

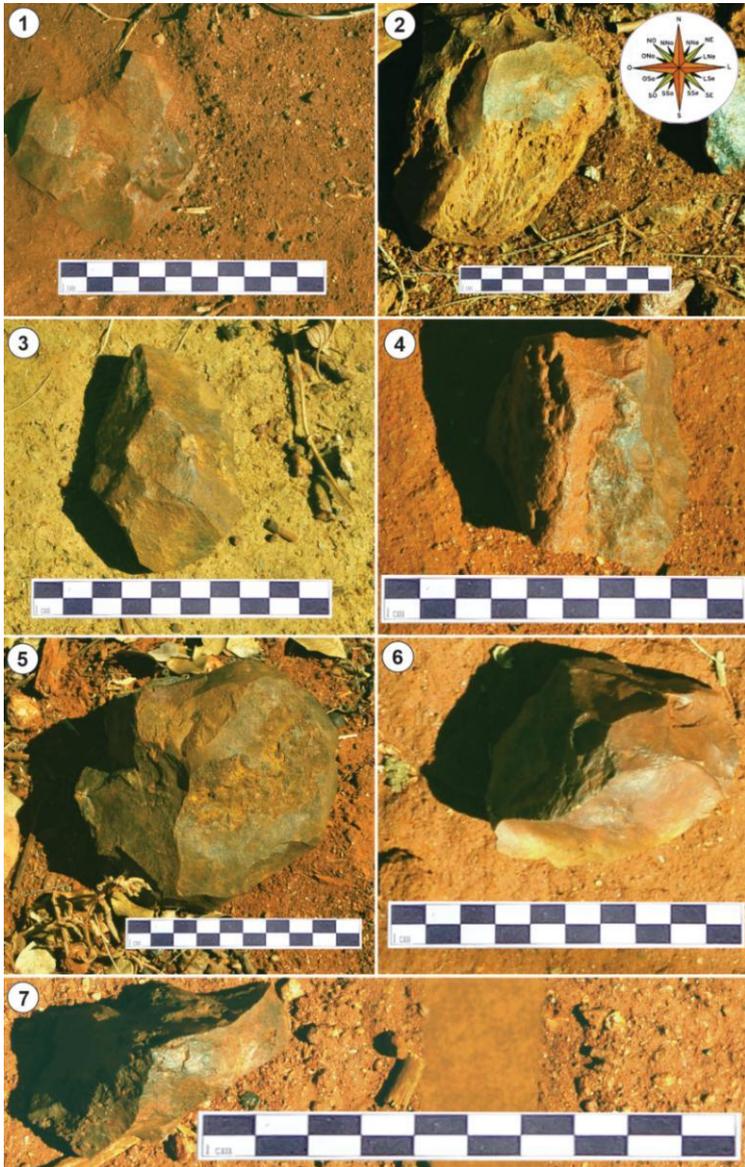
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 161 - Distribuição espacial dos artefatos identificados



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 162 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



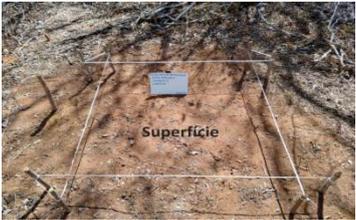
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 14 - Poços testes

PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	55	Superfície com serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, amarelo claro, pouco compacto. Findou-se por ser estéril.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	755619 8968394	
02	68	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento homogêneo arenoso siltoso, cinza, pouco compacto. Findou-se por ser estéril.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	755614 8968190	
03	29	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho, pouco compacto. Findou-se à rocha.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	755870 8968201	
04	43	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, vermelho amarelado, pouco compacto. Findou à rocha.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	755893 8968396	
05	70	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento homogêneo, arenoso siltoso, amarelo, pouco compacto. Findou-se por ser estéril.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente plana. Local impróprio à ocupação humana permanente.	757499 8968537	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

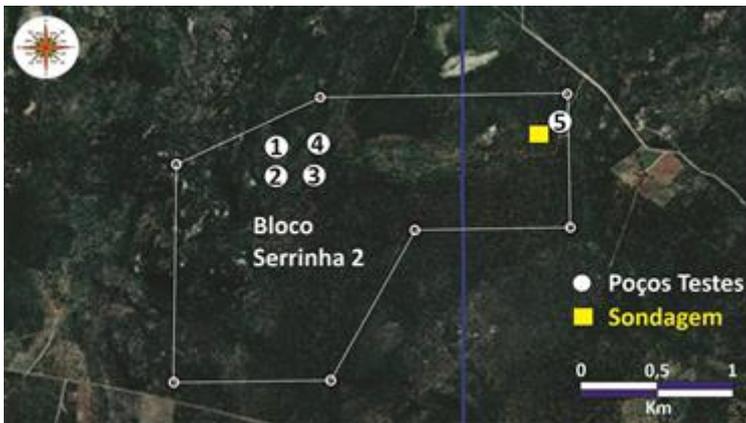
Tabela 15 - Sondagem

Sond.	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol.	Observações	UTM23L UTMN
01	40	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento arenoso siltoso, vermelho (2.5 YR 3/8), pouco compacto e turbado. Fragmentos de rocha ferruginosa a partir dos 30 cm de profundidade.	Ausente	Vegetação arbórea rala. Baixa vertente plana. Fizeram-se duas decapagens de 20 cm de espessura. Devido ausência de estruturas e/ou artefatos encerrou-se a escavação. Peneirou-se todo o sedimento escavado e repôs-se o no local de origem.	757395 8968481
					
					
					
					



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 163 - Distribuição espacial dos poços testes e da sondagem



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Soube-se que, próximo a um dos morros circundantes da fazenda, na área de influência direta do empreendimento, às coordenadas UTM23L 756077, UTMN 8969532 e 415 metros de altitude, há um olho d'água. Por entender-se que as fontes de água potável, no Semiárido, sugerem ocupação humana histórica e/ou pré-histórica, fez-se prospecção assistemática junto dele, bem como no leito e margens próximas ao riacho adjacente. Encontrou-se uma lasca e seis núcleos de sílexito na superfície de sedimentos aluviais acinzentados e cobertos por vegetação arbustiva rala. Por situar-se relativamente distante do empreendimento, entendeu-se dispensável a escavação de

poços teste e sondagem. (Fig. 164 a 166). Em caráter preliminar, propôs-se em nível preliminar, tratar-se de uma oficina lítica. (Tab. 16; Fig. 167 a 169).

Figura 164 - Caminhamento assistemático



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 165 - Caminhamento assistemático



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 166 - Leito e margens do riacho adjacente ao olho d'água



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 16 - Distribuição espacial dos artefatos encontrados

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Lasca de sílexito	756483	8970095	395	-
2	Núcleo de sílexito	756483	8970095	395	-
3	Núcleo de sílexito	756077	8969532	402	-
4	Núcleo de sílexito	755977	8969398	408	-
5	Núcleo de sílexito	755951	8969386	408	-
6	Núcleo de sílexito	755951	8969386	408	-
7	Núcleo de sílexito	755840	8969263	412	-

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 167 - Margem do riacho adjacente ao olho d'água



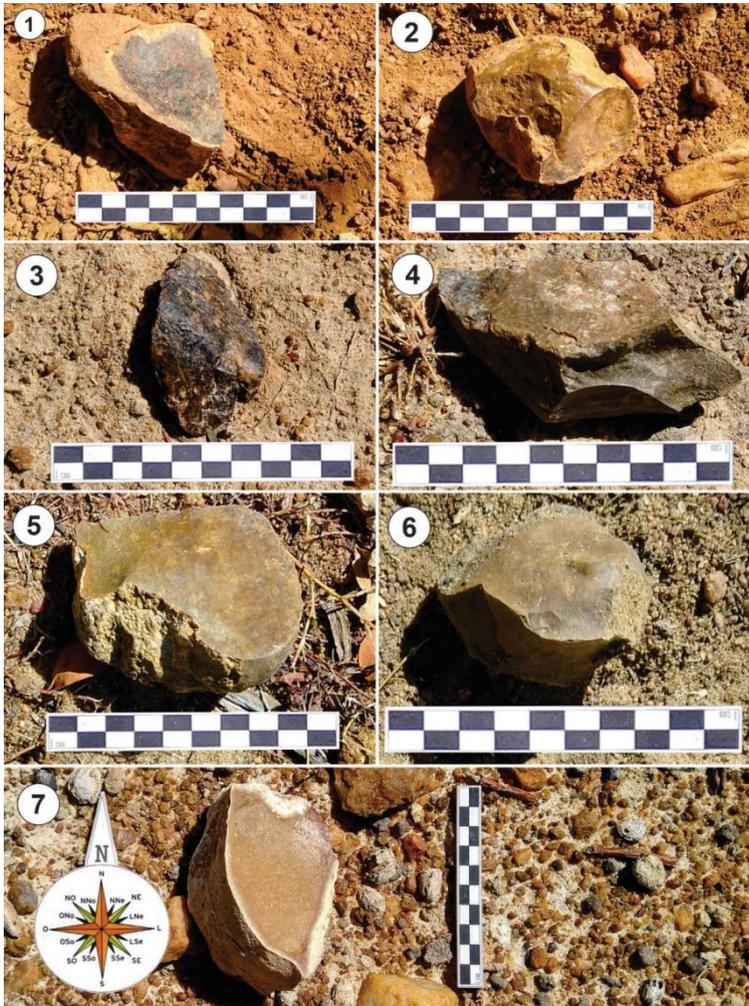
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 168 - Distribuição espacial dos artefatos do Sítio Olho d'Água



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 169 - Lasca e núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Ainda na área de influência direta do empreendimento, junto à sede da Fazenda Campo Formoso, às coordenadas UTM23L 756739, UTMN 8969989, a 404 m de altitude, identificou-se um núcleo de silexito. Coletou-se para utilizá-lo como

parâmetro de análise comparativa e aferição da distribuição espacial dos artefatos. Observe-se que ele é um indicativo da continuidade de ocupação pré-histórica (grupos nativos) e histórica (criadores e/ou agricultores mestiços). (Fig. 170 e 171).

Figura 170 - Núcleo de sílexito junto à sede da fazenda



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 171 - Sede da fazenda Campo Formoso



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.3.3 Sítios Arqueológicos

Pelo que se sabe, por informação oral do atual proprietário, a sede da Fazenda Campo Formoso conservou-se sempre no local atual. Por isso não se tem conhecimento algum de outras estruturas e/ou artefatos de valor arqueológico e/ou histórico. Pelas varreduras sistemáticas e assistemáticas constatou-se existirem dois sítios arqueológicos pré-históricos: o Sítio Campo Formoso, na área a ser diretamente afetada e o Sítio Olho d'Água, na área de influência direta do empreendimento. (Fig. 172).

Figura 172 - Sítios arqueológicos identificados



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

#### 8.3.3.1 *Campo Formoso*

O sítio arqueológico unicomponencial Campo Formoso, situado na baixa vertente do Bloco Serrinha 2, caracteriza-se como oficina lítica a céu aberto. Nele, os materiais identificados distribuem-se em superfície, no trecho de acesso aos morros residuais inclusos na poligonal. (Fig. 173). Observe-

se que, apesar de sua vegetação, do tipo caatinga arbustiva (com frondosas espécies arbóreas no sopé dos morros), assemelhar-se grandemente com a do Parque Nacional Serra da Capivara, difere-se radicalmente dele, no aspecto geológico.

Figura 173 – Campo Formoso



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Nas exaustivas escavações que se realizaram naquela unidade de conservação, identificaram-se muitos artefatos líticos de silexito, cujas jazidas sabia-se inexistirem nos afloramentos das rochas sedimentares da Bacia do Parnaíba. Perguntava-se, por isso, onde os grupos pré-históricos ocupantes daquele espaço ritualístico teriam encontrado matéria prima para sua confecção. A constatação da existência abundante de núcleos dessa rocha no Sítio Campo Formoso elucida parcialmente essa incógnita. Por isso, considera-se o de alta relevância. O resgate e o estudo dos matacões e blocos de silexito, núcleos e outros artefatos que nele se encontram, são por isso, grandemente importantes para o prosseguimento das pesquisas arqueológicas na região Sudeste do Piauí e no Nordeste do Brasil.

### *8.3.3.2 Olho d'Água*

Segundo informações orais, existe um olho d'água no sopé de um dos morros e/ou serrotes circunscritos ao Bloco Serrinha 2,

na área delimitada da propriedade. Haja vista o fato de que fontes de água natural são indicativos de uso e ocupação do solo, por grupos pré-históricos, ressalta-se a importância de explorar também compartimentos topográficos associados a esse contexto.

Identificou-se o respectivo sítio durante os caminhamentos assistemáticos realizados na AID, mormente para investigar a referida nascente, drenagens pluviais e interflúvios da fazenda, considerando a disponibilidade de matéria prima para produção de ferramentas líticas. Assim, identificou-se o sítio arqueológico unicomponencial Olho d'Água, na baixa vertente da área de influência direta do empreendimento. Caracterizou-se o, em nível preliminar, como oficina lítica a céu aberto. Nele, os materiais identificados distribuem-se na superfície de ambas as margens de um riacho intermitente, à jusante de uma fonte de água. (Fig. 174). Registraram-se os materiais identificados, com imagens e georreferenciamento. Não se realizaram intervenções intrusivas e nem coletas amostrais. Observe-se que, apesar de sua vegetação atual ser rarefeita, em função da excessiva utilização para a criação de animais domésticos, ela conserva árvores frondosas semelhantes às do Parque Nacional Serra da Capivara.

Figura 174 – Sítio Olho d'Água



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Informações ambientais como a existência de fontes naturais de água potável aguçam a curiosidade dos pesquisadores e subsidiam-nos na busca por evidências sobre ocupações humanas pretéritas (históricas e pré-históricas). São indicadores relevantes para o reconhecimento de jazidas, locais de assentamento e artefatos arqueológicos correlatos.

#### 8.3.4 Recomendações

Por localizar-se o Sítio Campo Formoso na área diretamente afetada, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílex e outros restos de cultura material, identificados ou a identificarem-se. Por não se haver encontrado artefatos em subsuperfície propõe-se dispensar a escavação. Para resgatá-los, recomenda-se exaustiva pesquisa, com registro, georreferenciamento, coleta, exposição, acondicionamento, geração e divulgação dos saberes produzidos, sobretudo às comunidades da região Sudeste do Piauí. Em tempo e oportunamente, propõe-se a realização do resgate sugerido antes da implantação de canteiro de obras, terraplanagem e/ou qualquer exploração do minério de ferro do bloco.

Por situar-se o Sítio Olho d'Água na área de influência direta do empreendimento, sugere-se manterem-se os artefatos *in situ* e colocarem-se placas indicativas e explicativas referentes a ele.

### 8.4 Bloco Serrinha 3

Os Bloco Serrinha 3, que na região conhece-se como Morro Alto, localiza-se próximo ao povoado Lagoa da Silvéria, no sudoeste do município de São Lourenço do Piauí, com

epicentro às coordenadas UTM23L 762637, UTMN 8971932, a 500 m de altitude. (Fig. 175).

Figura 175 - Bloco Serrinha 3 ou Morro Alto



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

#### 8.4.1 Fazenda Lagoa da Silvéria

Pela tradição oral, sabe-se que, junto à lagoa assentavam-se indígenas de tribo ainda desconhecida, comandados por famosa e formosa cacique de nome Silvéria. Quando na região chegaram os colonizadores ligados à Casa da Torre, tomaram de assalto as terras, para implantarem fazendas de gado. Conta-se que, revoltado, o grupo nativo pôs fogo à caatinga, vedou o olho d'água potável que abastecia a lagoa e evadiu-se para onde ainda não se sabe. (Fig. 176).

Figura 176 – Lagoa da Silvéria



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Por encontrá-la abandonada, em 1927, Manoel Martins de Santana, regionalmente conhecido como Neco, nascido na sede da Fazenda Caldeirão, hoje cidade de São Lourenço do Piauí, então pertencente a São Raimundo Nonato, fez uma casa junto a um barreiro que escavou, próximo à Lagoa da Silvéria.

#### 8.4.2 Prospecção

Com base na tradição oral referente à ocupação original indígena, sucedida pela implantação de fazendas de gado, do período colonial até os dias de hoje, estimava-se haver estruturas e artefatos pré-históricos e históricos no Morro Alto e nas adjacências da Lagoa da Silvéria. Por isso, fez-se varredura sistemática na área que será diretamente afetada. (Fig. 177).

Figura 177 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Na maior parte dela, principalmente em sua porção oeste, constatou-se vegetação arbórea nativa, afloramento do maciço rochoso e grande quantidade de matacões de ferro oxidado na superfície do terreno. (Fig. 178 e 179). Por essa razão, não se realizaram ali as sondagens previstas no projeto.

Figura 178 - Vegetação arbórea nativa, no setor oeste do bloco



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 179 - Matações de hematita oxidada na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No setor leste, porém, por ser favorável a granulometria dos sedimentos (arenosos e siltosos) e propícia a fertilidade do solo, durante décadas praticou-se a agricultura anual de subsistência. Por isso, a vegetação ali é predominantemente herbácea ou completamente inexistente, o que revela seu estado de desertificação. (Fig. 180). Nele, identificaram-se artefatos de silexito na superfície do terreno, em área onde, pela grande quantidade seixos e matações de ferro oxidado, não se conseguiu escavar os poços testes previstos no projeto. (Tab. 17). Por isso, fez-se apenas a sondagem para evidenciar a dimensão e estratigrafia do que, em nível preliminar caracterizou-se como Oficina Lítica do Morro Alto. (Tab. 18; Fig. 181 a 184).

Figura 180 - Vegetação herbácea na área em desertificação

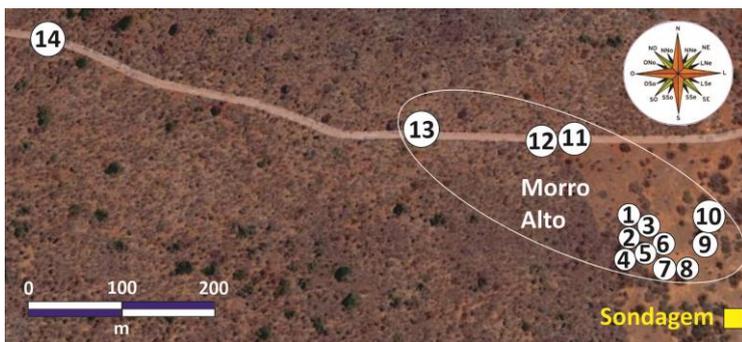


Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 17 - Distribuição espacial dos artefatos encontrados

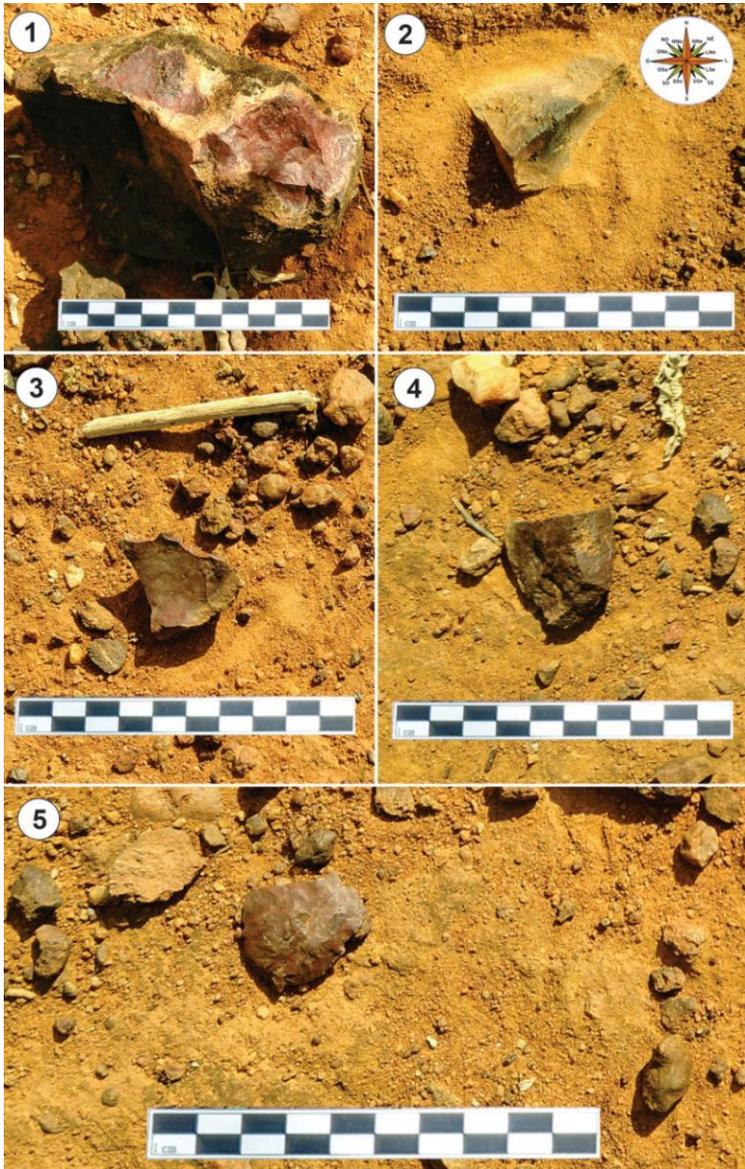
Nº	Artefatos de Silexito	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo	763115	8971516	429	
2	Núcleo	763116	8971513	434	
3	Núcleo	763116	8971513	434	Coletado
4	Lasca	763116	8971513	434	
5	Lasca	763116	8971513	434	
6	Núcleo	763116	8971513	434	
7	Núcleo	763140	8971497	427	
8	Lasca	763140	8971497	427	
9	Núcleo	763180	8971528	423	
10	Lasca	763184	8971538	434	
11	Núcleo	763022	8971635	437	
12	Lasca	763022	8971635	437	
13	Núcleo	762883	8971642	445	
14	Núcleo	762468	8971761	434	Coletado

Figura 181 - Distribuição espacial dos artefatos de silexito



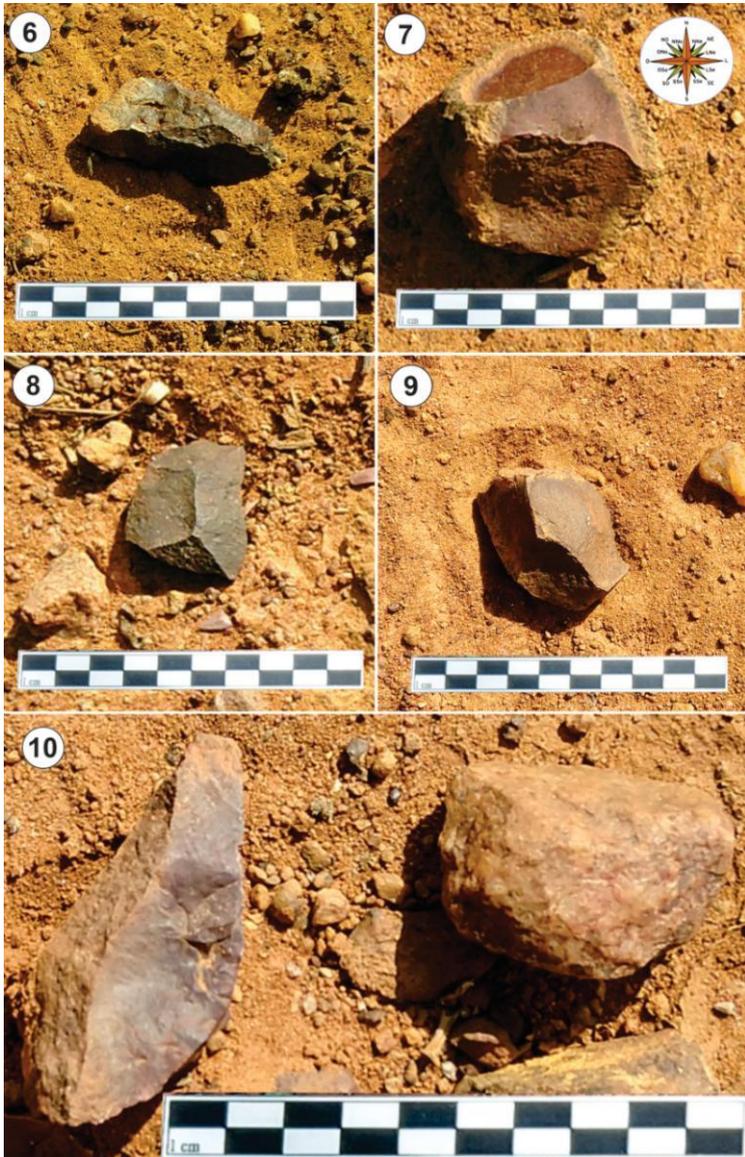
Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 182 - Núcleos e lascas de sílex na superfície do terreno



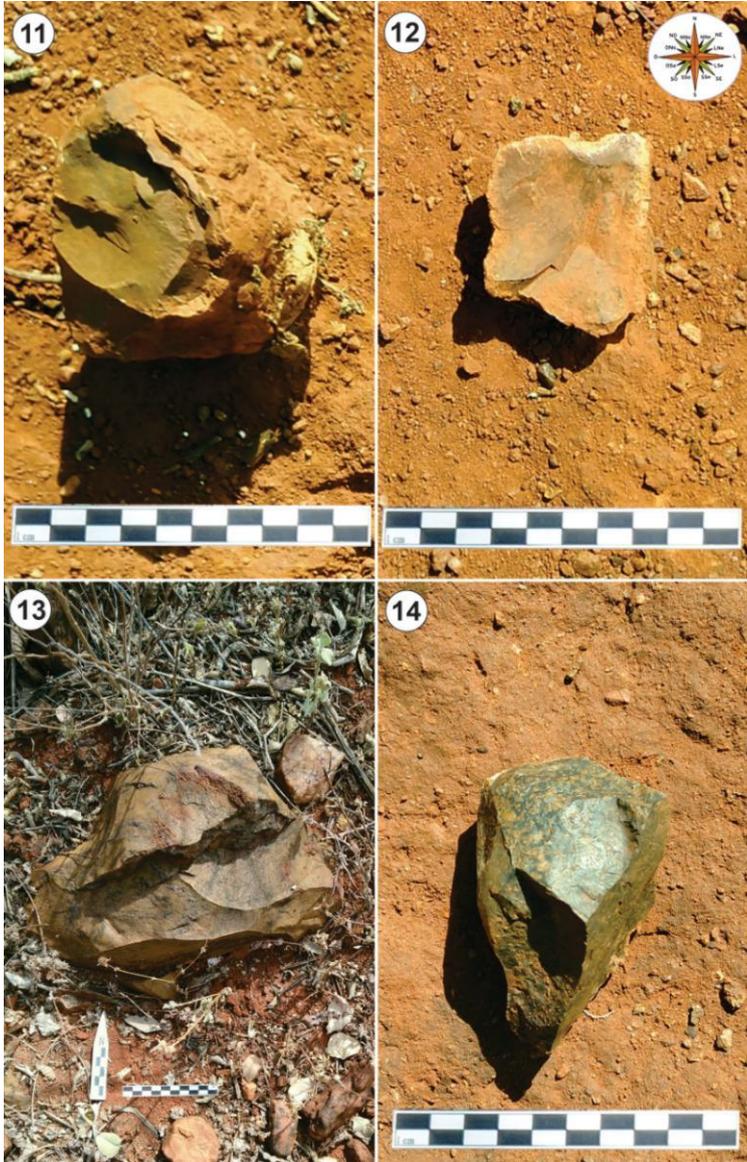
Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 183 - Núcleos e lascas de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

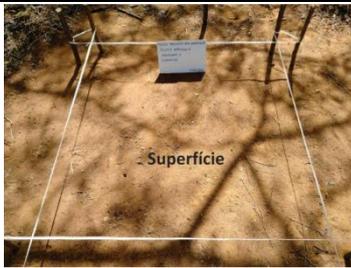
Figura 184 - Lasca, núcleos e plaina de sílexito



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 18 - Sondagem

Sond.	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol.	Observações	UTM23L UTMN
01	40	Superfície com pouca serapilheira. Sedimento arenoso siltoso, vermelho amarelado (7.5 YR 3/8), pouco compacto.	Ausente	Vegetação herbácea rala. Baixa vertente plana. Duas decapagens de 20 cm de espessura. Devido ausência de estruturas e/ou artefatos encerrou-se a escavação. Peneirou-se todo o sedimento escavado e repôs-se o no local de origem.	763228 8971344





Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Na área de influência direta do empreendimento, próximo à depressão natural da Lagoa da Silvéria, 1500 metros a nordeste do Sítio Morro Alto, em varredura prospectiva assistemática, encontraram-se restos de uma antiga residência e um forno de casa de farinha. (Fig. 185 a 188). Diz-se que o fazendeiro Manoel Martins de Santana e sua esposa Eva Maria de Castro (doméstica, louceira e benzedeira), primeiros moradores do povoado, tê-los-iam edificado no início do Século XX.

Figura 185 - Varredura prospectiva assistemática junto à lagoa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 186 - Vista parcial da Lagoa da Silvéria



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 187 - Restos da residência e casa de farinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 188 – Restos da casa de farinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Próximo aos restos das estruturas vernáculas históricas achou-se um núcleo de silexito e, em meio a borralhos domésticos, encontraram-se fragmentos de cerâmica histórica. (Tab. 19; Fig. 189 e 190). Caracterizaram-se, por isso, os restos da cultura material histórica e pré-histórica, jacentes em superfície, como sítio arqueológico Lagoa da Silvéria. A dita lagoa, completamente assoreada e sem água acumulada no momento da vistoria, corta-se por estrada vicinal, que dá acesso à habitação contemporânea de familiares herdeiros do patrimônio do antigo fazendeiro.

Tabela 19 - Distribuição espacial dos artefatos

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
2	Vestígios Cerâmicos	764355	8972011	417	Histórico
1	Núcleo de sílexito	764304	8972053	390	Lagoa Silvéria

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 189 - Fragmentos de cerâmica e núcleo de sílexito



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

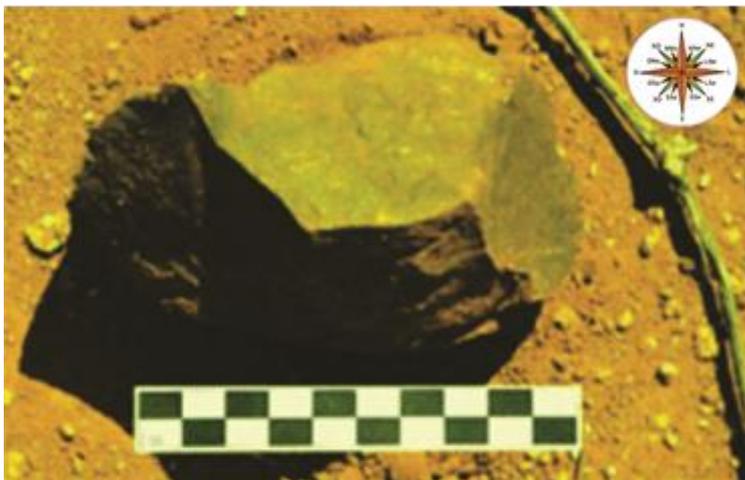
Figura 190 - Distribuição espacial dos restos arqueológicos



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

No setor norte da área a ser diretamente afetada, próximo ao caminho que circunda o Morro Alto, às coordenadas UTM23L 763042, UTMN 8972138, a 435 m de altitude, identificou-se um núcleo de silexito. (Fig. 191). Em função da ausência de outros artefatos nas proximidades, registrou-se como ocorrência. Observa-se que, pelas características do artefato (matéria prima e forma), é provável ter sido manufaturado e/ou utilizado pelo mesmo grupo responsável pela oficina lítica que dele dista 520 metros, a norte.

Figura 191 - Núcleo de silexito (ocorrência)



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

#### 8.4.3 Sítios Arqueológicos

Pelas varreduras sistemáticas e assistemáticas realizadas, constatou-se, então, existir um sítio arqueológico pré-histórico, Sítio Morro Alto, na área a ser diretamente afetada, e um sítio multicomponencial, Lagoa da Silvéria, na área de influência direta do empreendimento. (Fig. 192).

Figura 192 - Sítios arqueológicos identificados



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

#### 8.4.3.1 Morro Alto

O sítio arqueológico unicomponencial Morro Alto, situado na baixa vertente do Bloco Serrinha 3, caracteriza-se como oficina lítica a céu aberto. (Fig. 193). No lado sul de um antigo caminho, os materiais identificados distribuem-se em superfície. Observa-se que a vegetação atual, do tipo caatinga, está rarefeita pelo secular uso intensivo para atividades agrícolas e criação extensiva de animais domésticos. Contudo, estima-se que originalmente assemelhava-se com a do Parque Nacional Serra da Capivara, apesar de diferir-se radicalmente dele, no aspecto geológico.

Figura 193 - Artefatos de sílex na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No Sítio Morro Alto, assim como em outros sítios identificados nos blocos com jazidas de ferro magnético, percebe-se que não há restrições de recursos e, pelo observado em campo, é frequente encontrar suportes dos quais destacou-se apenas uma lasca, a mostrar ter sido um teste para averiguação de sua qualidade. Essa configuração de muitos suportes, com apenas um lascamento, distribuídos no terreno é um forte indicador da passagem e presença de grupos caçadores cujos sítios tendem a ser de pequenas dimensões, representados por breves acampamentos de caça ou de pernoite e, por isso mesmo, dificilmente detectáveis.

#### *8.4.3.2 Lagoa da Silvéria*

Por possuir, na superfície do terreno, vestígios da sequência de ocupações superpostas, caracteriza-se o sítio Lagoa da Silvéria como multicomponencial. A dita lagoa é entrecortada por uma estrada vicinal antiga, que dá acesso ao povoado contemporâneo. No momento da vistoria, a lagoa natural encontrava-se seca. Nela, viram-se fragmentos de rochas, minerais e núcleos de sílex lascado. A leste dela, registram-se resquícios da casa de Manoel Martins de Santana (Neco), um dos primeiros personagens da história recente, a fixar-se na localidade.

Da ocupação histórica recente (Séculos XIX e XX) preserva-se um montículo, onde a referida estrutura de taipa colapsou. Na área de refúgio, há um “borralho”, local onde existia um forno que se utilizava para produzir farinha. Em meio às cinzas, jazem fragmentos de cerâmica neocolonial e núcleos de sílex. (Fig. 194). Segundo informações de José Santana, filho de um dos rebentos de Neco, sua avó, Eva Maria de Castro, era louceira e benzedeira. Assim, supõe-se que os respectivos fragmentos faziam parte da louça produzida por ela, no local.

Figura 194 – Borralho onde havia um forno



Fonte: Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Considera-se o sítio Lagoa da Silvéria de alta relevância para a Arqueologia Histórica porque seu nome e respectiva história oral conservada remetem ao conflito da comunidade indígena original com os colonizadores portugueses que, no entardecer do Século XVII, ocuparam suas terras, para implantação das fazendas de gado. O resgate e o estudo de estruturas e artefatos pré-coloniais e coloniais, provavelmente jacentes nos sedimentos que, ao longo da história, acumularam-se naquela fonte de água potável, são importantes referências para desvendar-se a história da colonização e compreenderem-se os traumas de que foi vítima a população nativa local. Com eles poder-se-á, também, administrar o ressentimento das comunidades da região Sudeste do Piauí, em relação aos adventícios projetos atuais.

#### 8.4.4 Recomendações

Por localizar-se o Sítio Morro Alto na área diretamente afetada, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílexito e

outros restos de cultura material, identificados ou a identificarem-se. Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície sugere-se a dispensa da realização de escavação. Para resgatá-los, recomenda-se exaustiva pesquisa em todo morro, com registro, georreferenciamento, coleta, exposição, acondicionamento, geração e divulgação dos saberes produzidos, sobretudo às comunidades da região Sudeste do Piauí. Em tempo e oportunamente, propõe-se a realização do resgate sugerido antes da implantação de canteiro de obras, terraplanagem e/ou exploração do minério de ferro do bloco.

Por situar-se a Lagoa da Silvéria, com estrutura residencial e artefatos históricos e pré-históricos, na área de influência direta do empreendimento, sugere-se manterem-se os artefatos *in situ* e colocarem-se placas indicativas e explicativas, referentes ao sítio.

## **8.5 Bloco Bonfim**

Os Bloco Bonfim, que na região conhece-se como Morro do Alegre, localiza-se próximo ao povoado Baixão Fundo, na extremidade sudeste do município de Bonfim do Piauí, evoluído da antiga Fazenda Conceição, com epicentro às coordenadas UTM23L 736077, UTMN 8976280, a 520 m de altitude. (Fig. 195). Chega-se ao local por percurso que se inicia na cidade de São Raimundo Nonato, em direção ao município de Campo Alegre de Lourdes - BA. Pela Rodovia Federal Juscelino Kubitschek, também conhecida como BR-020, percorrem-se 30,5 km em direção sudoeste onde, em sua margem, no lado oeste, acha-se a área que será diretamente afetada pelo empreendimento de exploração da jazida de ferro magnético.

Figura 195 - Bloco Bonfim ou Morro do Alegre



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.5.1 Fazenda Conceição

A história de Bonfim do Piauí iniciou quando Domingos Afonso, o Mafrense, desbravador do Sertão, no final do Século XVII, saiu do Vale do São Francisco a procura de terras apropriadas à criação de gado. Ele se instalou à margem direita do Rio Piauí e denominou sua primeira propriedade como Fazenda Conceição. Às vésperas de sua morte, doou-a, em testamento, aos jesuítas que nela construíram uma residência a que chamavam de Sobrado da Conceição, cujas ruínas até hoje existem no local. (Fig. 196). Ele e os fazendeiros a lhe sucederem serviam-se dos nativos para a vaqueirama. Para isso promoviam sua desvinculação tribal e, em consequência, seu genocídio ideológico.

Embutida nos termos **exterminados**, **assimilados** e **incorporados** está a noção do desaparecimento não só dos grupos indígenas, mas também das pessoas. Os indivíduos negros não teriam desaparecido, mas os indígenas, sim. A mistura, no discurso oficial, teria apagado o componente étnico indígena, feito desaparecer, transformando o indígena em caboclo e/ou camponês, recriando-o ou, até mesmo, negando-o, sob as escusas desses termos. (DIÓGENES; KESTERING, 2015, p. 109).

Figura 196 – Restos do Sobrado da Conceição, em Bonfim do Piauí



Fonte: Diógenes; Kesting (2015, p. 113), adaptada pelos autores

Sabe-se, por documentos primários e pela tradição oral que, em 1766, a antiga Fazenda Conceição, hoje sede do município de Bonfim do Piauí, era ocupada por José Leite, irmão do Padre Jesuíta João de Sampaio, administrador geral das sesmarias cujas almas integravam a jurisdição de uma capela edificada por Domingos Afonso. Na época, os latifúndios onde se criava gado, eram os núcleos básicos da ocupação humana no sertão. Eram os principais focos de subsistência da sociedade dita civilizada. No Século XVIII, abandonou-se a fazenda por causa dos constantes ataques que a ela faziam os nativos do povo Pimenteira.

A figura do índio aparece em inúmeras obras de cronistas, como sendo, juntamente com os mestiços, essenciais para tocar as fazendas de gado. Assim, o gado pode ser visto como um dos grandes motivos para fazer desaparecer os índios, por vários motivos: primeiramente, o processo de limpeza da terra (retirar os índios para introduzir o gado) e, em segundo lugar, a utilização do próprio índio como mão de obra escrava mais barata, na lida com o gado, contribuindo para seu

processo de caboclicização e aculturação. (...) Como o gado exigia geralmente áreas com água e solos mais férteis, para pastagens, os índios que viviam nesses locais, foram sendo ora expulsos, ora descidos, ora absorvidos como mão de obra barata para a nova atividade mercantilista que se implantava na região. Foi-se criando um novo tipo de colono na região sertaneja, próprio do Nordeste: o vaqueiro ou sertanejo, acatando, quase sempre, os costumes indígenas em seu *modus* de viver grosseiro, arreadio e agreste, pois a própria situação árdua da região exigia-lhe dureza no trato com o gado e com a própria região das caatingas. (NUNES, 2001; MOTT, 2010 *apud* DIÓGENES; KESTERING, 2015, p. 110).

### 8.5.2 Prospecção

Com base na tradição oral e documental, referente à ocupação original indígena, sucedida pela implantação de fazendas de gado, do período colonial até os dias de hoje, estimava-se haver estruturas e artefatos pré-históricos e históricos no Morro do Alegre e adjacências. Por isso, fez-se varredura sistemática superficial da área que será diretamente afetada. (Fig. 197 e 198). Na maior parte dela, principalmente em sua porção oeste, constatou-se haver dominância de vegetação arbórea nativa, afloramento do maciço rochoso e grande quantidade de matações de ferro oxidado na superfície do terreno. (Fig. 199 e 200).

Figura 197 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 198 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 199 - Vegetação arbórea nativa, no setor oeste do bloco



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 200 - Matações de hematita oxidada na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No setor leste, porém, por ser favorável a granulometria dos sedimentos (arenosos e siltsos) e propícia a fertilidade do solo, constatou-se ter havido, durante décadas, a prática da agricultura anual de subsistência. Por isso, a vegetação ali é predominantemente herbácea ou completamente inexistente, o que revela seu estado de desertificação. (Fig. 201 e 202).

Figura 201 - Vegetação herbácea



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 202 - Área em processo de desertificação



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Por informações que se obtiveram junto à população local e pela varredura prospectiva sistemática que se fez na área a ser diretamente afetada pelo empreendimento, encontrou-se apenas um sítio arqueológico histórico, conhecido como Cova da Tia.

### 8.5.3 Sítio Arqueológico

Malograda a tentativa de estudo aprofundado de superfície e subsuperfície da área que será diretamente afetada pelo empreendimento, visitou-se e registrou-se a Cova da Tia, disponível à visita pública. Reconheceu-se, fez-se seu georreferenciamento, fotografaram-se aspectos interessantes e conversou-se com duas pessoas do entorno, incontestes devotos da beata, escrava sertaneja que “lá faleceu quando buscava santificar-se”. Ambas apresentaram discurso homogêneo quanto à devoção à beata, cujos restos mortais jazem em fossa sepulcral, no interior de minúscula capela mortuária de 12 m<sup>2</sup> (3 m x 4 m). (Fig. 203 a 205).

Figura 203 - Cova da Tia, a nordeste do Morro do Alegre



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 204 - Capela mortuária da Tia



Fonte: Bezerra (2019, p. 3), adaptada pelos autores

Figura 205 - Superfície da cova onde jazem os restos mortais da Tia



Fonte: Bezerra (2019, p. 4), adaptada pelos autores

Logo nesta primeira visita, então acompanhada por dois estudantes de arqueologia da UNIVASF, foi perceptível ver como aquele espaço sagrado é importante não apenas para a população do território Lagoas, mas também para moradores de cidades próximas à São Raimundo Nonato. Assim como afirmado por moradores locais a Cova da Tia é um espaço de memória religiosa para católicos e também para praticantes da Umbanda. Basicamente no território temos duas cruzes de tamanho diferentes e uma pequena capela coberta de inscrições com nomes de devotos que ali estiveram presentes. Ao entrarmos na capela, encontramos centenas de ex-votos, objetos que guardam um pouco da história desses processos de peregrinação e devoção ao referido local sagrado. As paredes da pequena capela têm inscrições com os nomes de centenas de devotos que ali estiveram com intuito de pagar promessas ou apenas visitar o local. Dentro do recinto, encontramos um pequeno altar com alguns santos populares e diversas flores de plástico. O chão estava coberto de velas evidenciando a dimensão sagrada daquele espaço. Ao

deixarmos a Cova da Tia, diante da sua complexidade e riqueza cultural, ficou estabelecido a necessidade de um estudo mais aprofundado do espaço e de uma segunda visita técnica ao mesmo. (BEZERRA, 2019, p. 2).

Chegou-se ao local da sepultura, por percurso que se iniciou na cidade de São Raimundo Nonato. Pela Rodovia Federal Juscelino Kubitschek, também conhecida como BR-020, percorreram-se 30 km em direção sul. Do Km 25, por 1,1 km de estrada vicinal seguiu-se em direção noroeste, até o Baixão Fundo Bonfim do Piauí de onde, por mais 2,05 km prosseguiu-se em direção oeste, onde se deparou com uma bifurcação. Dela seguiu-se em direção sul até chegar-se à Cova da Tia que dela dista 1,73 km e localiza-se no epicentro de uma das jazidas de ferro que se pretende explorar. (Fig. 206).

Figura 206 - Percurso para chegar-se à Cova da Tia



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

Constatou-se que a Cova da Tia se caracteriza, de fato, como uma fossa sepulcral sobre a qual edificou-se pequena e rústica capela mortuária. A esta, por sua vez, circundou-se com um cercado de madeira de 1050 m<sup>2</sup> (30 m x 35 m), em meio à caatinga arbórea onde, segundo se diz, em data incógnita, a tia cujo nome e sobrenome também se ignoram teria ido buscar lenha. Como tardara a regressar, os moradores do lugar

puseram-se a procurá-la. Passados alguns dias, encontraram apenas alguns de seus ossos entre os quais seu venerável crânio. Sepultaram-nos no mesmo local onde os acharam. (Fig. 207 a 210).

Figura 207 - Georreferenciamento da Cova da Tia



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

Figura 208 - Cercado de madeira, em torno da Cova da Tia



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 209 - Capela mortuária



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 210 - Vista do interior da capela mortuária e de ex-votos



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Em uníssonos discursos, diz-se, que se santificou sua alma. A ela recorrem e são válidos muitos devotos que moram na região Sudeste do Piauí e até mesmo em outros estados do Brasil. Por isso, fazem-se romarias e visitam-se, com grande recorrência, a sagrada cova onde jazem seus bem aventurados restos mortais. Fala-se que são frequentes as visitas de romeiros de São Paulo, a deslocarem-se em caravanas, para agradecerem graças alcançadas pela intercessão da escrava milagreira nativa.

Ela [a Tia] teria sido uma escrava que, fugindo dos maus tratos da fazenda São Vítor se refugiou nas proximidades destes quilombos. Não se sabe precisar, todavia, qual a procedência da Tia, nem há dados sobre nome, familiares como esposo e filhos, nem tão pouco (sic) a idade que possuía ao morrer. O que se diz, (...), é que restos mortais, já em estado de decomposição, foram encontrados por um homem e, pelas vestes e a presença de um pequeno feixe de madeira próximo ao corpo, julgou que se tratava de uma mulher e que provavelmente ela tivesse ido pegar lenha no campo, prática comum entre as mulheres da zona rural que utilizam esta madeira para cozinhar, e daí houvesse se perdido e/ou morrido subitamente. O senhor que viu o corpo ali exposto aos urubus e aos insetos, movido por um espírito de humanidade e resignação, fez uma cova e enterrou-a. (...) Em meio aos causos (sic) contados de boca em boca, vem ao conhecimento do povo o fato de que o senhor que fez a cova obteve a cura de uma doença inexplicavelmente, e assim o local começou a ser visitado pelos mais variados motivos: em busca de cura para doenças, busca por pessoas desaparecidas, casamentos, obtenção de aprovação em concursos, empregos, recuperação de objetos roubados, cura de vícios, cura de sequelas advindas de acidentes, entre outras tantas. Aquela que em vida teve um destino simples, em que nem o nome tornou-se conhecido, ganha a designação de Tia, talvez pelo desejo de torná-la próxima dos fiéis num aspecto de identidade, familiarização e de proteção imposto pelo vocábulo tia. Um tratamento carinhoso e apelativo quando

invoco: **Tia, me ajude!** A vida de sofrimentos em meio aos maus tratos impostos pela condição de escrava, colocou-lhe em comunhão com Deus, no mundo celestial. (VIANA, 2008 *apud* AQUINO, 2009, p. 26).

### 8.5.3.1 *Recomendações*

A Cova da Tia é um exemplo de patrimônio imaterial a se registrar junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Grande quantidade de fiéis rende-lhe homenagens e a ela recorre constantemente, para firmar ou renovar contratos espirituais em forma de promessas e/ou agradecimentos por graças alcançadas.

[...] Cova da Tia é interessante porque é um local de romaria. Várias pessoas falavam, citavam esta história, praticavam essa visita. É a história da romaria à cova de uma negra, que morreu no meio do semiárido e foi enterrada lá, onde virou um local de procissão. As pessoas vão pagar promessa, vão rezar. Emocionam-se quando vão lá. A nossa guia, por exemplo, uma das pessoas da comunidade, ao chegar no local, se emocionou. Isso é um recontar. Nós trazemos isso pra comunidade durante os encontros que a gente faz no final do trabalho e isso tudo é importante para própria construção da identidade da comunidade. (CAMPOS, 2006 *apud* AQUINO, 2009, p. 15).

Há de se considerar que os restos mortais da Tia jazem no contexto ambiental que ela, nos momentos finais da vida e, nas angústias de sua *via crucis*, visualizava e administrava. Por isso, a compreensão da paisagem demanda ampliação do horizonte do sítio arqueológico. Com esse alargamento respeita-se o princípio de que os indivíduos e/ou grupos históricos e/ou pré-históricos utilizavam e interpretavam territórios bem mais amplos que os estreitos espaços em que se encontram os artefatos e/ou restos físicos (anatômicos). (BINFORD, 1982

*apud* KESTERING, 2021a, p. 52). Assim, define-se o Sítio Arqueológico Histórico Cova da Tia com área circundante que a comunidade considera sagrada, a se preservar para salvaguardar-se o patrimônio imaterial a ele vinculado e facultar acesso aos romeiros. (Tab. 20; Fig. 211). Observe-se que as sondagens que nelas se realizaram para verificar o potencial da jazida de ferro, ocasionaram profundo desconforto a seus devotos. Eles lamentam imensamente ter a empresa mineradora, com essa atitude capitalista focada no lucro, vilipendiado o sagrado território circundante da cova.

Tabela 20 - Coordenadas dos vértices da área para preservação

Nº	UTM23L	UTMN	Altitude (m)
1	735315	8976214	502
2	735502	8976145	491
3	735444	8975953	491
4	735255	8976027	505

Fonte: Google Earth (2021)

Figura 211 - Área sugerida para preservar-se o patrimônio



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

Os relatos da população são de temor sobre o cenário que se avizinha. Na verdade, já há impactos iniciais sentidos pela população. Carros 4x4 trafegam pelas estradas de terra do território levantando poeira sem se preocupar em comunicar

os moradores, situação ainda mais agravante neste momento da pandemia de covid-19. Marcos topográficos já estão espalhados pelas roças. No local de peregrinação religiosa, conhecido localmente como Cova da Tia, local de pertencimento ao território e de memória da população, ocorreram perfurações de sondagens próximas de sua capela, além da ausência desta localidade nos relatórios do Estudo de Impactos Ambientais (EIA/Rima) produzidos pelas empresas de mineração. (MATOS, 2019, p. 2).

## 8.6 Bloco Serra do Ó

O Bloco Serra do Ó, integra dois morros que na região conhecem-se como Morro do Ó, a oeste e Morro do Alfredo, a leste. Localiza-se próximo ao povoado de Barreirinho, em área central do município de São Raimundo Nonato, com epicentro às coordenadas UTM23L 749134, UTMN 8985973, a 470 m de altitude. (Fig. 212 e 213). Situa-se a 48 km de distância do povoado Zabelê, formado por famílias de ancestralidade indígena, expurgadas da Fazenda Serra Nova, quando na década de 1990, implantou-se o Parque Nacional Serra da Capivara.

Figura 212 - Morro do Ó, a oeste



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 213 - Morro do Alfredo, a leste



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

A área de interesse é bastante antropizada, com várias residências ao longo das estradas vicinais que interceptam o Bloco. Seu relevo constitui-se de áreas rebaixadas a circundarem os morros residuais. Registram-se depósitos detriticos, afloramentos rochosos e drenagens.

Chega-se ao local por percurso que se inicia na cidade de São Raimundo Nonato, em direção ao município de Campo Alegre de Lourdes - BA. Pela Rodovia Federal Juscelino Kubitschek, também conhecida como BR-020, percorrem-se 14,5 km em direção sudoeste onde se acessa a estrada vicinal com direção sudeste. Após o percurso de 2,2 km da estrada de chão, chega-se ao vértice noroeste do polígono da área que será diretamente afetada pelo empreendimento de exploração da jazida de ferro magnético.

#### 8.6.1 Fazenda Barreirinho

A Fazenda Barreirinho implantou-se quando, no entardecer da década de 1920, algumas famílias que participavam da Guerra da Telha, evadiram-se do epicentro do conflito, para buscar ambiente de tranquilidade, onde se dedicassem à criação de gado, cabra e ovelha que, por tradição sabiam fazer com gosto

e maestria. Membros da família Bastos, de São Lourenço e Macário, de São Raimundo Nonato, também participaram de seu processo de povoamento. Houve outras famílias ainda, que migraram de Dirceu Arcoverde e Fartura do Piauí para o povoado que naquela década se iniciava.

### 8.6.2 Prospecção

Com base na tradição oral e documental, referente à ocupação original indígena, sucedida pela implantação de fazendas de gado, do período colonial até os dias de hoje, estimava-se haver estruturas e artefatos pré-históricos e históricos no Morro do Ó e do Alfredo, bem como em suas adjacências. Por isso, fez-se varredura sistemática da área que será diretamente afetada. Na maior parte dela, principalmente nos topos e taludes dos morros, constatou-se haver dominância de vegetação arbórea nativa, afloramento do maciço rochoso e grande quantidade de matacões de ferro oxidado. (Fig. 214 a 219).

Figura 214 - Varredura prospectiva sistemática no Morro do Ó



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 215 - Vegetação arbórea nativa, no talude do Morro do Ó



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 216 - Afloramento do maciço e matacões de hematita



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 217 - Varredura prospectiva sistemática no Morro de Alfredo



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 218 - Vegetação arbórea nativa no Morro de Alfredo



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 219 - Afloramento do maciço e matacões de hematita



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No entorno próximo de ambos os morros, porém, por ser favorável a granulometria dos sedimentos (arenosos e siltsos) e propícia a fertilidade do solo, constatou-se ter havido, durante décadas, a prática da agricultura anual de subsistência. Por isso, a vegetação ali é predominantemente herbácea ou completamente inexistente, o que revela processo de desertificação. (Fig. 220).

Figura 220 - Área em processo de desertificação



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Nesses setores e nos taludes do Morro de Alfredo, verificou-se haver núcleos e outras peças de sílexito e hematita, dispersos na superfície do terreno. O lugar onde eles se concentravam caracterizou-se como Sítio Morro do Alfredo. Por encontrarem-se dispersos consideraram-se os artefatos 5, 17 e 22 como ocorrências. Fez-se o georreferenciamento, registro fotográfico de todas as peças encontradas e a coleta de apenas dois deles, porque corriam risco de extraviarem-se ou perderem-se. (Tab. 21; Fig. 221 a 227).

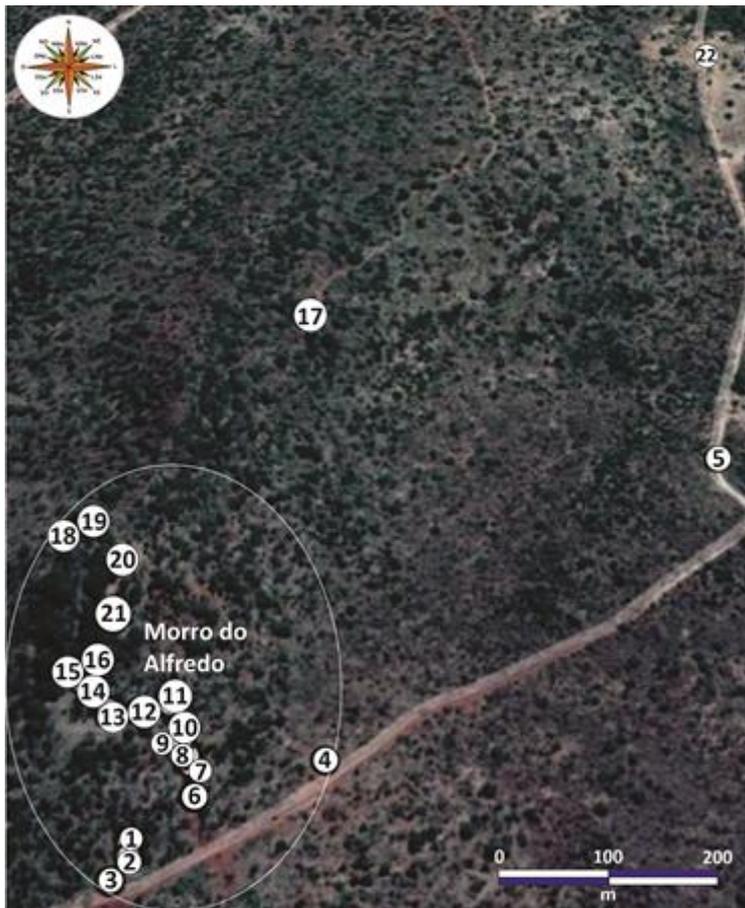
Tabela 21 - Distribuição dos artefatos encontrados

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo de sílexito	749489	8984264	464	-
2	Núcleo de sílexito	749489	8984252	462	-
3	Núcleo de sílexito	749473	8984230	461	-
4	Núcleo de sílexito	749671	8984345	466	-
5	Núcleo de sílexito	750100	8984687	448	-
6	Núcleo de sílexito	749547	8984307	469	-
7	Núcleo de sílexito	749544	8984338	481	-
8	Núcleo de sílexito	749541	8984346	475	-
9	Núcleos de sílexito	749535	8984362	482	-
10	Núcleo de sílexito	749536	8984372	477	-
11	Núcleo de sílexito	749523	8984395	480	-
12	Núcleo de sílexito	749494	8984386	485	-
13	Núcleo de sílexito	749466	8984386	495	-
14	Núcleo de sílexito	749438	8984414	513	-
15	Núcleo de sílexito	749429	8984421	512	Coletado

16	Núcleo de sílexito	749450	8984431	514	-
17	Núcleo de sílexito	749658	8984842	504	-
18	Peças de sílexito	749416	8984565	528	-
19	Peças de sílexito	749440	8984572	530	-
20	Peças de sílexito	749470	8984532	526	-
21	Lasca de sílexito	749463	8984477	519	Coletado
22	Machadinha	750176	8985300	451	-

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 221 - Distribuição espacial das peças arqueológicas



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 222 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 223 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 224 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 225 - Núcleos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 226 - Peças de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 227 - Peças de silexito e machadinha de hematita



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Nos lugares mais baixos do entorno, em morros onde os sedimentos eram propícios, escavaram-se poços testes, para evidenciar estruturas e/ou artefatos de subsuperfície. Contrário ao que se presumia, nenhum artefato encontrou-se nela. (Tab. 22; Fig. 228). Não se realizou a sondagem, planejada para verificar a estratigrafia dos sedimentos, porque no lugar do sítio não se obteve autorização dos proprietários.

Tabela 22 - Poços testes

PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	63	Superfície com serapilheira. Sedimento homogêneo (arenoso siltooso, amarelo, macio, seco e turbado por raízes).	Ausente	Vegetação arbustiva densa, com árvores esparsas. Média vertente. Há matéria prima para ferramentas líticas.	750181 8984549	
02	42	Vegetação rarefeita, com alta visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltooso, amarelo, macio e seco). Finalizou-se ao cascalho.	Ausente	Vegetação arbustiva densa, com árvores esparsas. Média vertente. Prática de caprinocultura e apicultura	747834 8985216	
03	33	Vegetação rarefeita, com alta visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltooso, amarelo, macio e seco). Finalizou-se ao cascalho.	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	747786 8985084	

04	64	Vegetação rarefeita, com alta visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, amarelo, macio e seco). Finalizou-se ao cascalho.	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	747654 8984988	
05	62	Vegetação rarefeita, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	747615 8984834	
06	30	Vegetação rarefeita, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha.	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	747821 8984954	
07	62	Vegetação rarefeita, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	749203 8984448	
08	42	Vegetação rarefeita, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (arenoso siltoso, vermelho, macio e seco). Finalizou-se à rocha.	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Média vertente. Não há matéria prima para artefatos líticos.	749230 8984521	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 228 - Distribuição espacial dos poços testes



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

### 8.6.3 Sítios Arqueológicos

Pelas varreduras sistemáticas realizadas no Bloco da Serra do Ó constatou-se existir apenas dois sítios arqueológicos, quais são: a Casa do Velho Alfredo (histórico) e o Sítio do Morro do Alfredo (pré-histórico).

#### 8.6.3.1 Casa do Velho Alfredo

As informações primárias colhidas indicam que o primeiro morador do Bloco foi Alfredo Ferreira dos Santos. Até o momento, não foi possível contactar os descendentes para agregar dados sobre o processo de ocupação e *modus vivendi* que remontam ao período histórico. Os vestígios da antiga moradia estão presentes no setor nordeste, limítrofes a poligonal da ADA. Registra-se um cruzeiro à frente do testemunho, que permanece preservado. (Fig. 229 e 230). Relata-se, que no Cruzeiro fixado realizavam-se celebrações e ritos da tradição religiosa popular, como romarias e

promessas. Esses rituais ainda são efetuados vez por outra, preservando o simbolismo do local, conforme contado pelo Sr. Francisco Lopes dos Santos, que reside nas cercanias do Morro do Alfredo.

Figura 229 – Cruzeiro em frente à Casa do Velho Alfredo



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 230 – Restos da Casa do Velho Alfredo



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.6.3.2 Morro do Alfredo

O Sítio Arqueológico Morro do Alfredo classificou-se como oficina lítica pré-colonial, de categoria unicomponencial, a céu aberto, situado entre a meia-encosta e topo da unidade geomorfológica. Apresenta vegetação do tipo caatinga arbustiva, com espécies arbóreas dispersas. O material que caracteriza o sítio distribui-se em superfície. Delimita-se pela estrada vicinal que corta o Morro e o topo. Expande-se no sentido norte, principalmente nas áreas em que há maior disponibilidade de matéria prima. Seu epicentro localiza-se às coordenadas UTM23L 749523, UTMN 8984395, a 480 m de altitude. (Fig. 231 e 232).

Figura 231 – Vegetação na área do sítio



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 232 - Sítio arqueológico identificado



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

#### 8.6.4 Recomendações

Por localizar-se o Sítio Morro do Alfredo na área diretamente afetada, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílexito e outros restos de cultura material, identificados e/ou a identificarem-se na superfície do terreno. Por não se haver encontrado artefatos e nem indicativos da existência deles em subsuperfície, entende-se dispensável qualquer escavação arqueológica.

### 8.7 Bloco Dirceu 1

O Bloco Dirceu 1 localiza-se junto à fronteira norte do município de Dirceu Arcoverde, em uma chapada de difícil acesso. Seu epicentro encontra-se às coordenadas UTM23L 769068, UTMN 8971338, a 292 m de altitude. Situa-se na fazenda de aproximadamente seis mil hectares, pertencente

aos herdeiros de Valdemar Macêdo. Nele não se fez trabalho algum de prospecção arqueológica que se propôs realizar.

### 8.7.1 Recomendações

Dado o fato de não ter sido realizada a pesquisa arqueológica prevista no programa aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recomenda-se a não execução de qualquer atividade de extração dos recursos minerais lá existentes sem prospecção prévia ou monitoria concomitante, executada por profissionais da área de Arqueologia. Para se cumprir essa recomendação, sugere-se que, com anuência do IPHAN, a empresa empreendedora firme um protocolo de intenção ou termo de compromisso devidamente registrado em cartório.

## 8.8 Bloco Dirceu 2

O Bloco Dirceu 2 é uma chapada relativamente plana da Fazenda Lagoa do Juá, junto à fronteira norte do município de Dirceu Arcoverde, a 3 km da sede da Fazenda Telha, epicentro da guerra que, no início do Século XXI (1924-1930), ocorreu entre as famílias de Domingos Alves de Santana e Otacílio Pamplona. Situa-se às coordenadas UTM23L 768798, UTMN 8968055, a 412 m de altitude. (Fig. 233).

Figura 233 - Bloco Dirceu 2



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.8.1 Fazenda Lagoa do Juá

A Fazenda Lagoa do Juá, por direito de herança pertencente aos filhos de Gil Rodrigues dos Santos, atualmente é ocupada por Máximo Dias dos Santos. Segundo ele, seu pai nasceu em 14 de maio de 1932, na localidade de Jatobá, então distrito de Bom Jardim, hoje município de Dirceu Arcoverde. Após seu casamento, há 48 anos, fixou residência nela. Sua casa, antiga sede da fazenda, sita às coordenadas UTM23L 768667, UTMN 8967949, a 416 metros de altitude, hoje está abandonada e em ruínas. No entorno dela há restos de pertences pessoais, uma cisterna e escombros da antiga casa de farinha onde, pelo que se soube, desenvolvia-se uma das principais atividades de subsistência da família do proprietário. (Fig. 234 a 239).

Figura 234 - Fachada da residência de Gil Rodrigues dos Santos



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 235 - Cisterna em que se armazenava água pluvial



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 236 - Cozinha da velha casa, em ruínas



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 237 - Restos do forno da casa de farinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 238 - Bolinete da casa de farinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 239 - Restos da prensa da casa de farinha



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.8.2 Prospecção

Por apresentar condições favoráveis à ocupação histórica e pré-histórica, estimou-se haver, na Fazenda Lagoa do Juá, estruturas e artefatos arqueológicos relevantes à produção de conhecimentos acadêmicos. Fez-se, por isso, varredura prospectiva sistemática na área que será diretamente afetada e assistemática, na área de influência direta do empreendimento. (Fig. 240).

Figura 240 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Na maior parte da área diretamente afetada, mormente nos setores leste e sul do bloco, constatou-se vegetação arbórea nativa esparsa, afloramentos do maciço rochoso, com matacões de gnaiss, e grande quantidade de seixos de quartzo, gnaiss e ferro oxidado na superfície do terreno. (Fig. 241 a 244). Por essa razão, não se realizou nele o número significativo das sondagens previstas no projeto.

Figura 241 - Vegetação arbórea nativa esparsa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 242 - Afloramento do maciço e matacões de gnaiss



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 243 - Seixos de quartzo, gnaiss e ferro oxidado na superfície



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 244 - Setor centro-oeste da área a ser diretamente afetada



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No transcorrer dos caminhamentos, constatou-se que, no setor centro-oeste havia depósito de sedimentos arenosos e siltosos. Na extremidade noroeste dessa área, verificou-se haver vários artefatos lascados de silexito, na superfície do terreno. (Tab. 23; Fig. 245 a 247). O epicentro dessa área situa-se às coordenadas UTM23L 768279, UTMN 8968394, a 409 m de altitude. Ali escavaram-se poços testes e fez-se uma sondagem para evidenciar a dimensão e estratigrafia do sítio

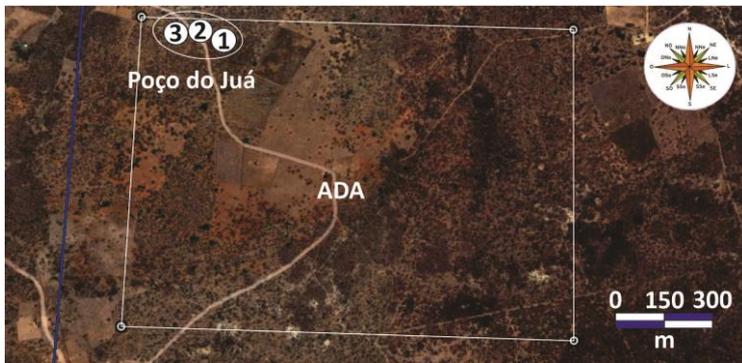
arqueológico que, em nível preliminar propõe-se tratar-se de uma oficina lítica. (Tab. 24 e 25; Fig. 248).

Tabela 23 - Distribuição espacial dos artefatos na superfície

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Várias peças de ferro	768282	8968393	414	Coletados
2	Lasca de sílexito	768282	8968394	413	-
3	Núcleo de sílexito	768205	8968431	409	-

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 245 - Distribuição espacial dos artefatos na superfície



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 246 - Concentração de artefatos de sílexito na superfície



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 247 - Artefatos líticos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 24 - Poços testes

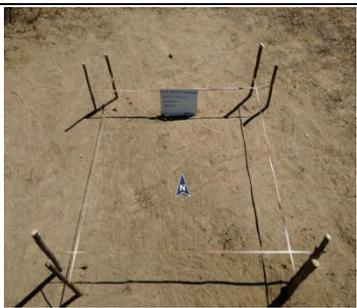
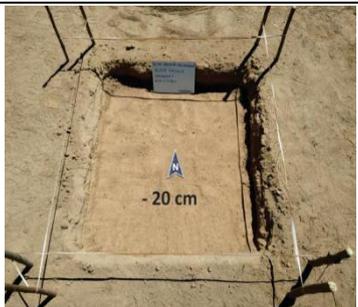
PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	71	Sedimento homogêneo (arenoso siltooso, amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação herbácea onde se criam de cabras. Baixa vertente. Declive suave.	768294 8968393	
02	64	Sedimento homogêneo (areno-siltooso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Média vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	768474 8968371	
03	39	Sedimento homogêneo (areno-siltooso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Média vertente. Cascalho, com grânulos redondos e subarredondados, a partir de 35 cm.	768676 8968279	
04	55	Sedimento homogêneo (areno-siltooso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Média vertente. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	768297 8968377	

05	47	Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo avermelhado, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Média vertente. Declive suave. Cascalho e fragmentos de rocha a partir de 20 cm.	768264 8968359	
06	57	Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo avermelhado, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Intervenção feita próximo à sondagem, para identificar-se a dispersão do material arqueológico.	768246 8968386	
07	58	Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo avermelhado, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Intervenção feita próximo à sondagem, para identificar-se a dispersão do material arqueológico.	768266 8968396	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 25 - Sondagem

Sond.	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol.	Observações	UTM23L UTMN
01	60	Limpou-se o local para início da escavação. Sedimento homogêneo (areno-siltoso, amarelo escuro (2.5Y 5/8), pouco compacto e turbado por raízes). Areia, média e grossa a partir dos 60 cm de profundidade.	Artefatos líticos e lentes de carvão.	Sondagem a oeste do material lítico identificado durante o caminhamento. Terreno plano. Vegetação arbustiva, com espécies arbóreas no entorno. Material lítico evidenciado em pequena voçoroca. Fixou-se o <i>Datum</i> (20 cm) a sul da unidade. Escavaram-se três decapagens de 20 cm de espessura. A partir dos 40 cm havia lentes de carvão e restos de debitagem (debritos). A	768283 968391

			<p>camada de ocupação está entre 40 e 60 cm de profundidade. Para verificação de continuidade realizou-se um poço teste no centro da escavação, até um metro de profundidade. Não se registrou carvão e nem material lítico. Peneirou-se todo o sedimento escavado e repôs-se o ao local de origem.</p>	
				
				
				





Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 248 - Distribuição espacial dos poços testes e da sondagem



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

### 8.8.3 Sítios Arqueológicos

Pela pesquisa, entrevistas e varreduras sistemáticas e assistemáticas realizadas constatou-se existir um sítio

arqueológico pré-histórico e dois históricos, mercedores de preservação e/ou salvamento. Trata-se do Sítio Poço do Juá e da Casa de Gil Rodrigues, na área que será diretamente afetada, e das ruínas do Epicentro da Guerra da Telha, na área de influência direta do empreendimento. (Fig. 249 a 251).

Figura 249 - Sítios arqueológicos identificados



Fonte: Google Earth (2022), modificado pelos autores

Figura 250 – Sítio Arqueológico Poço do Juá



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 251 – Casa de Gil Rodrigues



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### *8.8.3.1 Recomendações*

Por localizar-se na área diretamente afetada recomenda-se o salvamento do Sítio Poço do Juá, com escavação arqueológica para resgate dos artefatos líticos, lentes de carvão e outros prováveis restos da cultura material pré-histórica, jacentes em superfície e subsuperfície.

Pela relevância no contexto histórico da região Sudeste do Piauí e por recomendação de familiares do antigo fazendeiro Gil Rodrigues dos Santos, aconselha-se a edificação de uma réplica de sua residência no entorno da área diretamente afetada, para nela acondicionarem-se seus pertences e/ou estruturas a se preservarem. Ao lado dela, propõe-se colocar

uma lápide, com inscrições sobre a história do memorável fazendeiro e a data da edificação da referida réplica.

A história da Guerra da Telha clama pela necessidade de registro da sede da fazenda homônima como sítio arqueológico histórico, porque nela se preservam atributos da identidade do município de Dirceu Arcoverde e do Quilombo Lagoas. Nela conserva-se, sobretudo, a memória da guerra promovida pelos fazendeiros Domingos Alves de Santana e Otacílio Pamplona. Propõe-se a implantação de marcos nos vértices da área tombada, construção de um memorial junto às ruínas de um dos memoráveis fazendeiros litigantes e colocação de lápides com as principais informações do conflito. (Tab. 26; Fig. 252).

Tabela 26 - Coordenadas dos vértices da área para preservação

Nº	UTM23L	UTMN	Altitude (m)
1	766561	8964796	398
2	766794	8965015	387
3	766994	8964934	388
4	767103	8964746	389
5	766834	8964589	389
6	766628	8964670	393

Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

Figura 252 - Vértices da área para preservação do patrimônio



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelos autores

## 8.9 Bloco Dirceu 3

O Bloco Dirceu 3 é uma chapada relativamente plana da Fazenda Lagoa do Serrote, às coordenadas UTM23L 772014, UTMN 8969464, a 399 m de altitude. (Fig. 253). Situa-se junto à fronteira norte do município de Dirceu Arcoverde, a 16,5 km do Umbuzeiro dos Defuntos onde ocorreu a Hecatombe Genocida do Século XVII e a 16 km da Igreja Matriz de São Lourenço. Nesse singelo templo, venera-se o santo padroeiro cuja imagem herdou-se de devotos fugitivos da Guerra do Pau de Colher.

Figura 253 - Bloco Dirceu 3



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

### 8.9.1 Fazenda Lagoa do Serrote

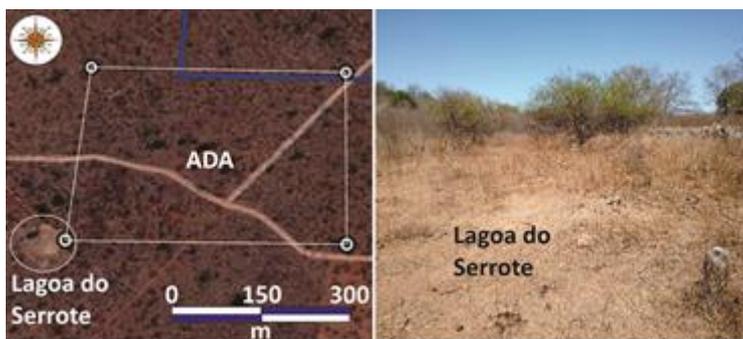
Nada ainda se conhece sobre a Fazenda Lagoa do Serrote. Sabe-se apenas que ela pertence ao território do município de Dirceu Arcoverde, emancipado politicamente em 1983. Dirceu

Arcoverde e Lagoa do Serrote, originalmente integrantes do povoado de Bom Jardim, pertenciam ao Município de São Raimundo Nonato que, em 1912, conquistou sua independência política e administrativa. Quando o antigo povoado de Bom Jardim se emancipou, recebeu o nome do senador piauiense que havia falecido no exercício do cargo. (IBGE, 2022).

### 8.9.2 Prospecção

Apesar de o Bloco Dirceu 3 situar-se a cinco quilômetros do curso de água mais próximo, as muitas lagoas do entorno indicam assídua e sistemática circulação de grupos pré-coloniais, em busca de recursos naturais que junto a elas sempre houve em abundância. (Fig. 254). Por isso, estimou-se haver, na Fazenda Lagoa do Serrote, estruturas e artefatos arqueológicos relevantes à produção de conhecimentos acadêmicos. Fez-se, destarte, varredura prospectiva sistemática na área que será diretamente afetada e assistemática, na área de influência direta do empreendimento. (Fig. 255).

Figura 254 - Lagoa do Serrote, junto à ADA



Fonte: Google Earth (2022), adaptada pelos autores

Figura 255 - Varredura prospectiva sistemática



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Embora cortada por duas estradas vicinais e inúmeras trilhas de gado, em toda área diretamente afetada, constatou-se vegetação arbórea nativa densa, afloramentos do maciço rochoso, com matacões de gnaiss e ferro oxidado na superfície do terreno. (Fig. 256 a 260). Por essa razão, não se realizou nele o número significativo das sondagens previstas no projeto.

Figura 256 - Estrada vicinal que atravessa a ADA



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 257 - Trilha de gado na área que será diretamente afetada



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 258 - Vegetação arbórea nativa densa



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 259 - Afloramento do maciço e matacões de ganisse



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 260 - Afloramento do maciço e matacões de ferro oxidado



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

No transcorrer dos caminhamentos, constatou-se que, nos setores nordeste e noroeste do bloco, havia depósito de seixos na superfície do terreno. (Fig. 261). Entre eles observou-se jazeres vários artefatos lascados de sílexito. (Tab. 27; Fig. 262 a 265). O epicentro dessa área, situa-se às coordenadas UTM23L 771994, UTMN 8969577, a 395 m de altitude. Ali escavaram-se poços testes para identificar artefatos em subsuperfície. Em nível preliminar caracterizou-se o sítio como Oficina Lítica da Lagoa do Serrote. (Tab. 28; Fig. 266).

Figura 261 - Seixos e artefatos líticos na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 27 - Distribuição espacial dos artefatos encontrados

Nº	Artefato	UTM (23L)	UTMN	Altitude (m)	Obs.
1	Núcleo de sílexito	771725	8969488	396	-
2	Núcleo de sílexito	771729	8969451	394	-
3	Núcleo de sílexito	771752	8969461	394	-
4	Núcleo de sílexito	771829	8969459	393	-
5	Núcleo de sílexito	772226	8969614	400	-
6	Núcleo de sílexito	772244	8969637	399	-
7	Núcleos de sílexito	772276	8969676	398	-
8	Núcleo de sílexito	772138	8969695	393	-
9	Núcleo de sílexito	771922	8969595	392	-
10	Núcleo de sílexito	771908	8969596	393	-
11	Plaina de sílexito	771818	8969466	393	Coletado

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 262 - Distribuição espacial dos artefatos identificados



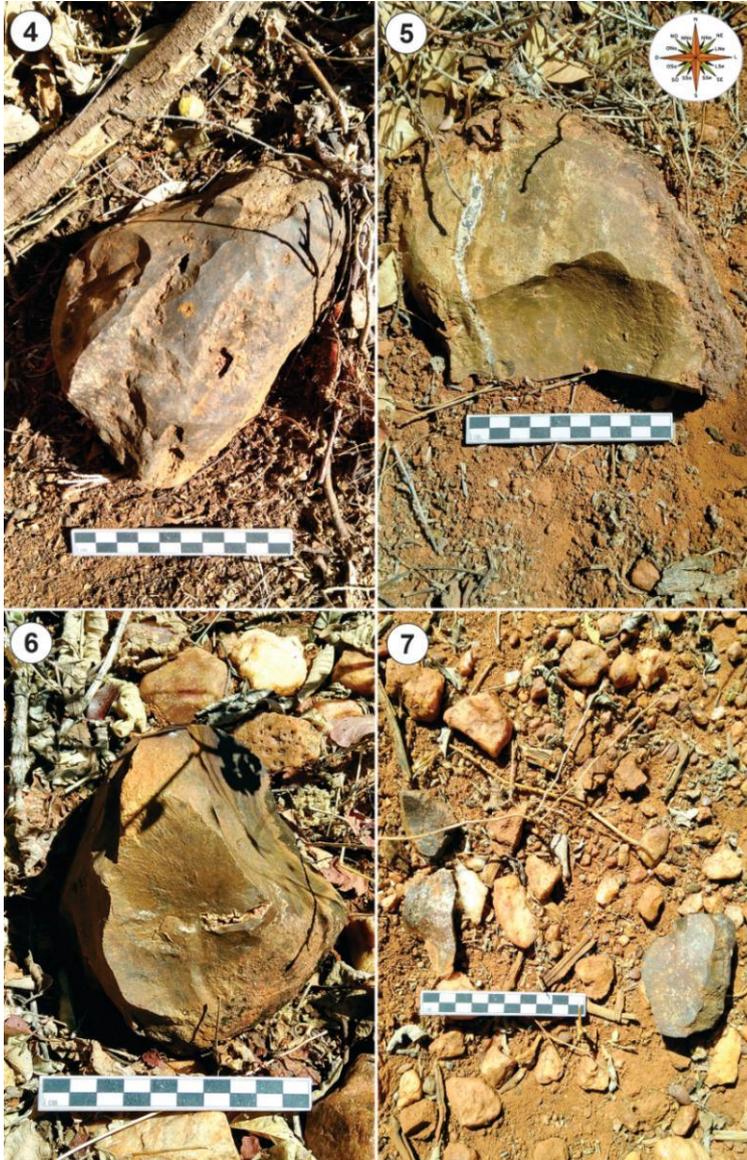
Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

Figura 263 - Artefatos líticos de sílexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 264 - Artefatos líticos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 265 - Artefatos líticos de silexito na superfície do terreno



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 28 - Poços testes

PT	Nível (cm)	Caracterização	Material Arqueol	Observações	UTM23L UTMN	Imagem
01	45	Serapilheira com média visibilidade na superfície. Sedimento homogêneo (areno-siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas, utilizada para criação de cabra e extração de madeira.	771979 8969349	
02	54	Serapilheira com média visibilidade na superfície. Sedimento homogêneo (areno-siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente.	771976 8969461	
03	64	Serapilheira com média visibilidade na superfície. Sedimento homogêneo (areno-siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana permanente	772023 8969535	
04	62	Serapilheira com média visibilidade na superfície. Sedimento homogêneo (areno-siltoso, vermelho, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbórea rala. Declive suave. Local impróprio à ocupação humana. Material lítico lascado nas proximidades	772098 8969594	

05	49	Vegetação arbustiva e herbácea, com alta visibilidade. Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Baixa vertente. Sem matéria prima para artefatos líticos.	771849 8969310	
06	45	Vegetação arbustiva e herbácea, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Baixa vertente, próximo ao curso de águas pluviais temporárias	771881 8969399	
07	29	Vegetação arbustiva e herbácea, com média visibilidade. Sedimento homogêneo (areno-siltoso amarelo, macio e seco).	Ausente	Vegetação arbustiva, com árvores esparsas. Baixa vertente. Afloramento do maciço rochoso (lajedo) no entorno.	771819 8969411	

Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 266 - Distribuição espacial dos poços testes



Fonte: Google Earth (2022), adaptado pelos autores

### 8.9.3 Sítio Arqueológico

Pela pesquisa, entrevistas e varreduras sistemáticas e assistemáticas realizadas constatou-se existir um único sítio arqueológico pré-histórico a demandar salvamento. Trata-se do Sítio Lagoa do Serrote, com abrangência dentro e no entorno próximo da área que será diretamente afetada pelo empreendimento. (Fig. 267).

Figura 267 – Sítio Lagoa do Serrote



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

#### 8.9.3.1 Recomendações

Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície, propõe-se dispensar-se a realização de escavação do Sítio Lagoa do Serrote. Para resgatá-lo, recomenda-se exaustiva pesquisa, com seu registro, georreferenciamento, coleta dos artefatos, exposição e acondicionamento. Sugere-se geração e divulgação dos saberes produzidos, sobretudo às comunidades da região Sudeste do Piauí. Em tempo e oportunamente, propõe-se a realização do resgate sugerido antes da implantação de canteiro de obras, terraplanagem e/ou exploração do minério de ferro do bloco.

## 9 TRABALHO DE LABORATÓRIO

A análise do material arqueológico em laboratório teve como objetivo a caracterização do nível técnico dos grupos nativos que o produziram e/ou utilizaram. A leitura técnica dos artefatos gera informações acerca dos conhecimentos, das modalidades de ocupação e interações entre grupos. É por meio dela que se conhecem atributos da identidade dos grupos que ocuparam determinado espaço.

Nessa leitura utilizaram-se como referência os parâmetros descritos em manuais de estudo de material arqueológico. Ressalta-se que a análise proposta para avaliação dos artefatos visa o reconhecimento do nível técnico, numa visão sistêmica das etapas que se sucederam no processo de produção e utilização, até seu descarte ou abandono.

Durante os trabalhos de prospecção, coletaram-se alguns artefatos líticos do período pré-colonial. Sua análise efetuou-se por parâmetros de classificação da matéria-prima (quartzo, quartzito, sílex ou sílex), massa inicial (seixo, bloco, natural, polido) das categorias técnicas: suportes transformados (lasca, plano convexo, *chopper*, *chopping-tool*, percutor, quebra coco, polidos), núcleos e detritos de lascamento e a técnica de lascamento. (FOGAÇA, 2001). A análise fez-se a partir da tipologia “clássica”, por categorias tecnomorfológicas. (LAMING- EMPERAIRE, 1967). Ela possibilitou reconhecer, definir e classificar os diferentes utensílios encontrados e coletados.

Realizou-se também a curadoria dos materiais coletados, com limpeza e marcação das peças. Considerou-se o código do sítio e número da etiqueta (referência espacial). Todos os artefatos líticos passaram pela etapa de higienização e novo acondicionamento que se constituiu de: retirada dos artefatos dos sacos plásticos vindos de campo e cuidados com as

etiquetas de procedência; limpeza por meio de pincéis de cerdas macias e lavagem dos materiais líticos, de acordo com as normas regidas pela Portaria IPHAN nº 196/2016; troca de sacos e etiquetas, por conta do desgaste dos mesmos durante o período de campo e o traslado até o laboratório; análise e interpretação dos dados; registro e inventário dos conjuntos de artefatos coletados, com a inserção do número de tomo nas peças e, finalmente, encaminhamento à Fundação Cultural Cristo Rei, em Teresina, que concedeu endosso institucional.

A primeira letra da marcação, refere-se ao nome do Projeto: Mineração SRN, representado pela letra (M). O segundo campo compõe-se de duas letras maiúsculas referentes às iniciais do Sítio Arqueológico identificado ou do local da ocorrência. Assim: Vereda da Cupira (VC); Bloco Serrinha (BS); Campo Formoso (CF); Morro Alto (MA); Morro do Alfredo (MF); Poço do Já (PJ); Lagoa do Serrote (LS).

No terceiro campo, representado pelo algarismo romano “I”, identifica-se a tipologia do material (Lítico). O último campo refere-se à sequência numérica dos artefatos de cada sítio. Essa numeração insere-se no campo das observações da ficha de arrolamento. (Fig. 268 a 270; Tab. 28 a 35).

Figura 268 – Análise das peças coletadas



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Figura 269 – Análise das peças coletadas



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

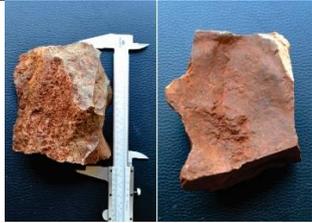
Figura 270 – Análise das peças coletadas



Fonte: Acervo da Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

Tabela 1 - Ficha de registro dos artefatos

ARROLAMENTO DOS ARTEFATOS COLETADOS		
<b>ARTEFATO Nº 1</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Vereda da Cupira	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	<b>Data da coleta:</b> 03/08/2022	
<b>Obs.:</b> M.VC.I.001		
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito.	
	<b>Medidas:</b> 67 x 35 x 18 mm	
	<b>Descrição:</b> Núcleo. Uma face com córtex rugoso. Duas evidências de ação antrópica (negativos de retiradas) e uma fratura térmica.	
<b>ARTEFATO Nº 2</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Vereda da Cupira	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	<b>Data da coleta:</b> 03/08/2022	
<b>Obs.:</b> M.VC.I.002		
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito.	
	<b>Medidas:</b> 83 x 57 x 31 mm	
	<b>Descrição:</b> Núcleo. Uma face com córtex liso. Quatro evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).	
<b>ARTEFATO Nº 3</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Vereda da Cupira	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	<b>Data da coleta:</b> 03/08/2022	
<b>Obs.:</b> M.VC.I.003		
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito.	
	<b>Medidas:</b> 73 x 59 x 49 mm	
	<b>Descrição:</b> Núcleo. Duas faces com córtex rugoso. Quatro evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).	

ARTEFATO Nº 4		
ETIQUETA	Sítio: Vereda da Cupira	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 03/08/2022	
	Obs.: M.VC.I.004	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Hematita.	
	Medidas: 93 x 45 x 35 mm	
	Descrição: Machadinha polida, com duas fraturas.	
ARTEFATO Nº 5		
ETIQUETA	Sítio: Ocorrência (Bloco Serrinha 1)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 05/08/2022	
	Obs.: M.BS.I.001	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito.	
	Medidas: 96 x 84 x 67 mm	
	Descrição: Núcleo. Uma face com córtex rugoso e duas, com córtex liso. Duas evidências de ação antrópica (negativos de retiradas) e duas fraturas térmicas.	
ARTEFATO Nº 6		
ETIQUETA	Sítio: Ocorrência (Bloco Serrinha 1)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 05/08/2022	
	Obs.: M.BS.I.002	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito.	
	Medidas: 103 x 86 x 66 mm	
	Descrição: Núcleo. Uma face com córtex rugoso. Duas evidências de ação antrópica (negativos de retiradas) e três fraturas térmicas.	
ARTEFATO Nº 7		
ETIQUETA	Sítio: Ocorrência (Bloco Serrinha 1)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 05/08/2022	
	Obs.: M.BS.I.003	

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito castanho escuro.	
	<b>Medidas:</b> 59 x 49 x 19 mm	
	<b>Descrição:</b> Lasca com talão cortical.	
<b>ARTEFATO Nº 8</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Campo Formoso	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Celito Kesting	
	<b>Data da coleta:</b> 04/08/2022	
	<b>Obs.:</b> M.CF.I.001	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito.	
	<b>Medidas:</b> 127 x 109 x 90 mm	
	<b>Descrição:</b> Núcleo. Quatro faces com córtex rugoso. Três evidências de ação antrópica (negativos de retiradas) e duas fraturas térmicas.	
<b>ARTEFATO Nº 9</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Campo Formoso	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Celito Kesting	
	<b>Data da coleta:</b> 04/08/2022	
	<b>Obs.:</b> M.CF.I.002	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito avermelhado.	
	<b>Medidas:</b> 73 x 58 x 42 mm	
<b>Descrição:</b> Núcleo. Uma face com córtex rugoso. Cinco evidências de ação antrópica (negativos de retiradas) e uma fratura térmica.		
<b>ARTEFATO Nº 10</b>		
<b>ETIQUETA</b>	<b>Sítio:</b> Morro Alto	
	<b>Nível:</b> Superfície	
	<b>Pesquisador:</b> Celito Kesting	
	<b>Data da coleta:</b> 05/08/2022	
	<b>Obs.:</b> M.MA.I.001	
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico	
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito castanho escuro.	
	<b>Medidas:</b> 41 x 33 x 22 mm	
<b>Descrição:</b> Núcleo. Uma face com córtex rugoso. Uma evidência de ação antrópica (negativo de retirada) e uma fratura térmica.		

ARTEFATO Nº 11		
ETIQUETA	Sítio: Morro Alto (Ocorrência)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 05/08/2022	
	Obs.: M.MA.I.002	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito castanho escuro.	
	Medidas: 82 x 47 x 54 mm	
	Descrição: Plaina. Uma face com córtex rugoso. Quatro evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).	
ARTEFATO Nº 12		
ETIQUETA	Sítio: Morro do Alfredo (Oficina Lítica)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 15/08/2022	
	Obs.: M.MF.I.001	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito castanho escuro.	
	Medidas: 100 x 52 x 48 mm	
	Descrição: Núcleo. Uma face com córtex rugoso. Duas evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).	
ARTEFATO Nº 13		
ETIQUETA	Sítio: Morro do Alfredo (Oficina Lítica)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Celito Kesting	
	Data da coleta: 15/08/2022	
	Obs.: M.MF.I.002	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito castanho escuro	
	Medidas: 84 x 45 x 21 mm	
	Descrição: Lasca com córtex. Uma face com córtex rugoso. Quatro evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).	

ARTEFATO Nº 14		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 10/08/2022	
	Obs.: M.PJ.I.001	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Minério de Ferro	
	Medidas: 60 x 36 x 12 mm	
<p><b>Descrição:</b> Lasca sem córtex. Cinco evidências de ação antrópica (um talão, um bulbo e três negativos de retiradas).</p>		
ARTEFATO Nº 15		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: Superfície	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 10/08/2022	
	Obs.: M.PJ.I.002	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Minério de Ferro	
	Medidas: 38 x 26 x 7 mm	
<p><b>Descrição:</b> Lasca sem córtex. Duas evidências de ação antrópica (talão e bulbo).</p>		
ARTEFATO Nº 16		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: 20 a 40 cm de profundidade	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 09/08/2022	
	Obs.: Sondagem M.PJ.I.003	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Gnaisse	
	Medidas: 11 x 9 x 2 mm	
<p><b>Descrição:</b> Lasca sem córtex. Duas evidências de ação antrópica (talão e bulbo).</p>		

ARTEFATO Nº 17		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: 40 a 60 cm de profundidade	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 09/08/2022	
	Obs.: Sondagem M.P.J.I.004	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Quartzito	
	Medidas: 18 x 10 x 5 mm	
	Descrição: Lasca sem córtex. Duas evidências de ação antrópica (talão e bulbo).	
ARTEFATO Nº 18		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: 40 a 60 cm de profundidade	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 09/08/2022	
	Obs.: Sondagem M.P.J.I.005	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Minério de ferro	
	Medidas: 14 x 12 x 3 mm	
	Descrição: Núcleo. Uma evidência de ação antrópica (negativo de retirada).	
ARTEFATO Nº 19		
ETIQUETA	Sítio: Poço do Juá (Oficina Lítica)	
	Nível: 40 a 60 cm de profundidade	
	Pesquisador: Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros	
	Data da coleta: 10/08/2022	
	Obs.: Sondagem M.P.J.I.006	
CLASSIFICAÇÃO	Tipo de objeto: Lítico	
	Matéria-prima: Silexito	
	Medidas: 27 x 12 x 10 mm	
	Descrição: microplaina. Duas evidências de ação antrópica (negativos de retiradas.)	

ARTEFATO Nº 20	
ETIQUETA	<b>Sítio:</b> Lagoa do Serrote (Oficina Lítica)
	<b>Nível:</b> Superfície
	<b>Pesquisador:</b> Rafael Barreto R. Siqueira Negreiros
	<b>Data da coleta:</b> 19/08/2022
	<b>Obs.:</b> M.LS.I.001
CLASSIFICAÇÃO	<b>Tipo de objeto:</b> Lítico
	<b>Matéria-prima:</b> Silexito
	<b>Medidas:</b> 122 x 72 x 55 mm
	<b>Descrição:</b> Plana. Duas faces com córtex rugoso. Seis evidências de ação antrópica (negativos de retiradas).
	

Fonte: Vestigium Arqueologia e Patrimônio (2022)

## **10 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por oportuno, sintetizam-se as recomendações referentes aos sítios arqueológicos identificados. Apontam-se ações a se promoverem antes da execução do projeto e outras a efetivarem-se durante a exploração do minério de ferro.

### **10.1 Antes da Execução do Projeto**

Propõe-se que, antes da execução do projeto de exploração do minério de ferro, providencie-se: traslado do Cruzeiro da Plantinha; resgate dos artefatos da Vereda da Cupira; do Campo Formoso e do Morro Alto; delimitação da Área Sagrada da Cova da Tia; resgate dos artefatos do Morro de Alfredo; termo de compromisso; resgate dos artefatos do Poço do Juá e da Lagoa do Serrote.

#### **10.1.1 Traslado do Cruzeiro da Plantinha**

Para preservar-se a memória do fazendeiro, valores e práticas culturais (religiosas) regionais do início do Século XX, propõe-se a remoção e traslado do Cruzeiro da Plantinha (Bloco Fartura), para fixá-lo junto à Casa de Manezinho Reis, antiga sede da Fazenda Barrinha.

#### **10.1.2 Salvamento do Sítio Vereda da Cupira**

Por localizar-se uma parte na área diretamente afetada e um tanto na área de influência direta, por onde transitarão

máquinas e pessoas vinculadas ao empreendimento no Bloco Fartura, sugere-se o salvamento dos matacões expostos, artefatos de sílexito e restos de cultura material, jacentes à superfície do Sítio Vereda da Cupira. Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície, recomenda-se dispensar a realização de escavação.

#### 10.1.3 Resgate do Sítio Campo Formoso

Por localizar-se o Sítio Campo Formoso na área diretamente afetada do Bloco Serrinha 2, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílexito e outros restos de cultura material, identificados ou a identificarem-se. Por não se haver encontrado artefatos em subsuperfície, sugere-se dispensar a realização de escavação.

#### 10.1.4 Resgate do Sítio Morro Alto

Por localizar-se o Sítio Morro Alto na área diretamente afetada do Bloco Serrinha 3, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílexito e outros restos de cultura material, identificados ou a identificarem-se. Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície sugere-se dispensar a realização de escavação.

#### 10.1.5 Delimitação da Área Sagrada da Cova da Tia

A Cova da Tia é um exemplo de patrimônio imaterial a ser registrado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN). Há que se considerar que seus restos mortais jazem no contexto ambiental que ela, nos momentos finais da vida e, nas angústias de sua *via crucis*, visualizava e administrava. Por isso, a compreensão da paisagem demanda ampliação do horizonte do sítio arqueológico. Com esse alargamento respeita-se o princípio de que os indivíduos e/ou grupos históricos e/ou pré-históricos utilizavam e interpretavam territórios bem mais amplos que os estreitos espaços em que se encontram os artefatos e/ou restos físicos (anatômicos). Assim, recomenda-se delimitar o Sítio Arqueológico Histórico Cova da Tia na área a ser diretamente afetada no Bloco Bonfim, com área circundante que a comunidade considera sagrada, a se preservar, para salvaguardar nela o patrimônio imaterial a ele vinculado e facultar acesso aos romeiros.

#### 10.1.6 Resgate do Sítio Morro de Alfredo

Por localizar-se o Sítio Morro de Alfredo na área diretamente afetada do Bloco Serra do Ó, propõe-se o salvamento dos artefatos de sílexito e outros restos de cultura material, identificados e/ou a identificarem-se na superfície do terreno. Por não se haver encontrado artefatos e nem indicativos da existência deles em subsuperfície entende-se dispensável qualquer escavação arqueológica.

#### 10.1.7 Termo de Compromisso

Dado o fato de não ter sido realizada a pesquisa arqueológica prevista no programa aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), recomenda-se a não

execução de qualquer atividade de extração dos recursos minerais no Bloco Dirceu 1, sem prospecção prévia ou monitoria concomitante, executada por profissionais da área de Arqueologia. Para se cumprir essa recomendação, sugere-se que, com anuência do IPHAN, a empresa empreendedora firme protocolo de intenção ou termo de compromisso devidamente registrado em cartório.

#### 10.1.8 Resgate do Sítio Poço do Juá

Por localizar-se na área diretamente afetada, recomenda-se o salvamento do Sítio Poço do Juá, no Bloco Dirceu 2, com escavação arqueológica, para resgate dos artefatos líticos, lentes de carvão e outros restos da cultura material pré-histórica, jacentes em superfície e subsuperfície.

#### 10.1.9 Resgate do Sítio Lagoa do Serrote

Por situar-se em setor de degradação e não se haver encontrado artefatos em subsuperfície, propõe-se dispensar a realização de escavação na Oficina Lítica da Lagoa do Serrote, no Bloco Dirceu 3. Para resgatá-los, recomenda-se exaustiva pesquisa na superfície do terreno, com registro, georreferenciamento, coleta, acondicionamento e exposição, geração e divulgação dos saberes produzidos, sobretudo às comunidades da região Sudeste do Piauí.

## **10.2 Durante a Exploração do Minério**

Propõe-se que, durante a exploração do minério de ferro, providencie-se: edificação de um centro de memória em Lagoa das Emas; implantação de memoriais da hecatombe genocida do século XVII e da Guerra da Telha; tombamento da Igreja de São Lourenço do Piauí; apoio na construção do Museu do Zabelê; restauração da sede da Fazenda Barrinha; sinalização da Oficina de Tritura da Barrinha, da Oficina Lítica do Olho d'Água e da Lagoa da Silvéria e Réplica da Casa de Gil Rodrigues dos Santos

### **10.2.1 Centro de Memória em Lagoa das Emas**

O ritual da Roda de São Gonçalo, a Roda de Capoeira e as danças de raízes africanas consideram-se bens patrimoniais a se preservarem porque são importantes atributos da identidade do Quilombo Lagoas. Até o momento, elas se realizam em domicílios particulares e no espaço da escola local. Sugere-se a edificação de um centro de memória em que se guardem, disponham-se a consultas e exponham-se livros e revistas, fotos, vídeos e slides referentes a esses outros rituais da identidade quilombola. Propõe-se que neles haja espaço para incentivo, ensino e apresentações de suas manifestações culturais.

### **10.2.2 Memorial da Hecatombe Genocida**

Pela relevância no contexto histórico do Sudeste do Piauí e situar-se a 16,5 km da área a ser diretamente afetada pelo

empreendimento no Bloco Serrinha 1, aconselha-se delimitar o lugar do Memorial do Genocídio Indígena. Propõe-se implantarem-se estacas nos vértices do espaço, para tombá-lo e preservá-lo como patrimônio histórico. Nele sugere-se a colocação de lápides de alumínio, com trechos do episódio, para perenizar-se a memória que, pelo relato das aleivosias se conserva.

### 10.2.3 Memorial da Guerra da Telha

A história da Guerra da Telha clama pela necessidade de registro da sede da fazenda homônima como sítio arqueológico histórico, porque nela se preservam atributos da identidade do município de Dirceu Arcoverde e do Quilombo Lagoas. Nela conserva-se, sobretudo, a memória da guerra promovida pelos fazendeiros Domingos Alves de Santana e Otacílio Pamplona. Propõe-se a implantação de marcos nos vértices da área tombada, construção de um memorial junto às ruínas de um dos memoráveis fazendeiros litigantes e colocação de lápides com as principais informações do conflito.

### 10.2.4 Tombamento da Igreja de São Lourenço

Por haver São Lourenço do Piauí abrigado fugitivos da Guerra do Pau de Colher e a imagem de seu santo padroeiro, sugere-se tombarem-se ambas, a estátua e o templo que a abriga, para se preservarem atributos da identidade de seu povo e do Quilombo Lagoas. No referido templo ou na praça adjunta propõe-se colocarem-se lápides de alumínio, com relato do episódio, para perenizarem-se a lembrança e o reconhecimento de seus memoráveis fundadores.

### 10.2.5 Apoio na Construção do Museu do Zabelê

Apoiar a comunidade do Novo Zabelê que, em parceria com povoados do Território Serra da Capivara e estudantes do Colégio Santa Cruz, instituição de ensino privada de São Paulo, propôs-se construir nova sede para preservar e salvaguardar o patrimônio material e imaterial, cujas obras já estão em andamento.

### 10.2.6 Restauração da Casa de Manezinho Reis

Pela relevância no contexto histórico da região Sudeste do Piauí e por recomendação de familiares do antigo fazendeiro, aconselha-se restaurar, para manter *in loco*, as estruturas, equipamentos e objetos pessoais da sede da Fazenda Barrinha, junto ao Bloco Fartura. Para melhor protegê-la, sugere-se cercundá-la com cerca de arame.

### 10.2.7 Sinalização do Lajedo dos Pilões

Por tratar-se de estruturas multicomponenciais (históricas e pré-históricas) e situarem-se na área de influência direta do empreendimento no Bloco Fartura, propõe-se colocação de placas indicativas e explicativas, referentes aos pilões em rocha e gravuras do Lajedo dos Pilões, no lugar mais próximo possível deles. Sugere-se postarem-se pequenos textos referentes à manufatura e utilização daquelas ferramentas e dos fragmentos de pretéritos sistemas de comunicação, históricas e pré-históricas da região semiárida.

### 10.2.8 Sinalização do Sítio Olho d'Água

Por situar-se a Oficina Lítica do Olho d'Água na área de influência direta do empreendimento no Bloco Serrinha 2, sugere-se manterem-se os artefatos *in situ* e colocarem-se placas indicativas e explicativas referentes ao sítio.

### 10.2.9 Sinalização da Lagoa da Silvéria

Por situar-se a Lagoa da Silvéria, com estrutura residencial e artefatos históricos e pré-históricos, na área de influência direta do empreendimento no Bloco Serrinha 3, sugere-se manterem-se os artefatos *in situ* e colocarem-se placas indicativas e explicativas, referentes ao sítio.

### 10.2.10 Réplica da Casa de Gil Rodrigues

Pela relevância no contexto histórico da região Sudeste do Piauí e por recomendação de familiares do antigo fazendeiro Gil Rodrigues dos Santos, aconselha-se edificar uma réplica de sua casa, no entorno da área diretamente afetada do Bloco Serrinha 2, para nela acondicionarem-se seus pertences e/ou estruturas a se preservarem. Ao lado dela propõe-se colocar uma lápide, com inscrições sobre a história do memorável fazendeiro e a data da edificação da referida réplica.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Robério Bôto de; GOMES, José Roberto de Carvalho. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Bonfim do Piauí.** Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de São Raimundo Nonato.** Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de São Lourenço do Piauí.** Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Dirceu Arcoverde.** Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Fartura do Piauí.** Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALCÂNTARA, Patrícia. **Nota Técnica nº 062/2019/DIVTEC IPHAN-PI.** Teresina: IPHAN, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica nº 131/2019/DIVTEC IPHAN-PI.** Teresina: IPHAN, 2019b.

ALMEIDA, Talyta Pinto de. **Massacre de Pau de Colher: últimas memórias**. 2011. (Monografia, documentário). Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 26 fev 2023.

AQUINO, Crisvanete de Castro. **Misticismo e Simbolismo na Cova Da Tia: um olhar sobre o patrimônio cultural imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno**. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2009.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **Destruido por arado? Arqueologia de superfície e armadilhas do senso comum**. Revista de Arqueologia da SAB. v. 14/15, 2001-2002.

AUGUSTO, Glauber Grijó dos Santos; BASTO, Camila Franco; UCHÔA FILHO, Evilarde Carvalho; BARROS, Renato de Assis. **Geologia e recursos minerais da folha São Raimundo Nonato SC.23-X-D-II: estados do Piauí e Bahia**. Teresina: CPRM, 2017. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 21 abr2023.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. **Relatório de Fiscalização**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2019.

BRAGA, Maria Alda da Silva. **O Museu do Antigo Zabelê na Perspectiva da Arqueologia Pública e Museologia Social**. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021.

BRAGA, Michele Janes; KESTERING, Celito. Fartura do Piauí: Retalhos Históricos e Vestígios Arqueológicos. In: KESTERING,

Celito (Org.). **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, p. 127-130. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2015.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Breve História da Terra**. 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 21 abr 2023.

CARVALHO, Ciro Duarte de; REZENDE, Eduardo Soares de; BROD, Emanuela Reis; VALE, José Alberto Rodrigues do. **Geologia e recursos minerais da folha Bom Jardim SC.23-X-D-III: estados do Piauí e Bahia**. Teresina : CPRM, 2017. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br>. Acesso: 09 abr 2023.

CARVALHO, Luzia Maria de Sousa. 2019. **O que nos dizem os Mortos? Aspectos alimentares inferem modos de vida dos povos pretéritos na Serra da Capivara**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2019.

CASTRO, Márcia de Santana; KESTERING, Celito. Vestígios Indígenas em São Lourenço do Piauí. *In*: KESTERING, Celito. (Org.) **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Grupo de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 115-126, 2015. Disponível em: [www.celitokestering.com.br](http://www.celitokestering.com.br). Acesso: 10 mar 2023.

CAXITO, Fabrício de Andrade. **Evolução Tectônica da Faixa Rio Preto, Noroeste da Bahia / Sul do Piauí**. 2010.

(Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG. 2010. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br>. Acesso: 21 abr 2023.

CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DO CEARÁ (COEPA). **Crato – Sítio Caldeirão**. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org>. Acesso: 06 mar 2023.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6 ed. São Paulo: Akal, 2000.

DIÓGENES, Dalina Maria Rodrigues de Oliveira; KESTERING, Celito. Os Índios e a Fazenda Conceição, Bonfim do Piauí. *In*: KESTERING, Celito. (Org.) **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Grupo de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 106-114, 2015. Disponível em: [www.celitokestering.com.br](http://www.celitokestering.com.br). Acesso: 17 mar 2023.

FOGAÇA, Emílio. **Mãos para o pensamento: a variabilidade tecnológica de indústrias líticas de caçadores-coletores holocênicos a partir de um estudo de caso: as camadas VIII e VII da Lapa do Boquete (Minas Gerais, Brasil - 12.000/10.500 B.P.)**. 2001. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UCRG, 2001.

FREITAS, Magno de Sá. **Geologia e recursos minerais da folha Riacho Queimadas SC.24-V-A-I: estado do Piauí**. Teresina: CPRM, 2017. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br>. Acesso: 21 abr2023.

GANDINI, Rosana. **Éon Arqueano**. 2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 09 abr 2023.

\_\_\_\_\_. **Éon Fanerozoico**. 2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 09 abr 2023.

GOOGLE EARTH. Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Image Landsat / Copernicus. Image U.S. Geological Survey, 2015.

\_\_\_\_\_. Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO, Image Landsat / Copernicus. Image U.S. Geological Survey, 2023.

KESTERING, Celito. SOUSA, Gizelle Santos de. **Umbuzeiro dos Defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí**. Cadernos do LEPAARQ, Vol. XI, nº 22, p. 64-82, 2014.

\_\_\_\_\_. Umbuzeiro dos Defuntos no Contexto da História de São Raimundo Nonato – PI. In: KESTERING, Celito. (Org.) **Anais da III Exposição – II Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos**. Programa de Educação Tutorial do Grupo de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 10-22, 2014. Disponível em: [www.celitokestering.com.br](http://www.celitokestering.com.br). Acesso: 10 mar 2023.

KESTERING, Celito; LIMA, Breno Reis Silva; RIBEIRO, Davi Feitosa; MAGALHÃES, Rafael Pereira; MONTEIRO, Maria de Lourdes Oliveira. Roda de Capoeira. In: KESTERING, Celito. **Anais do Projeto Caatinga**. Fundação SOS São Francisco e Universidade Federal do Vale do São Francisco, p. 199-214. Petrolina: UNIVASF, 2016.

KESTERING, Celito. **Identidade dos Grupos Pré-Históricos de Sobradinho – BA**. 2007. (Tese). Programa de Pós-Graduação

em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.  
Recife: UFPE. 2007.

\_\_\_\_\_. **Índios da Área Arqueológica de Sobradinho – BA.**  
Publicado em [www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br) (ISSN 1807-1783), no dia 04 de abril de 2012. Disponível em:  
[www.celitokestering.com.br](http://www.celitokestering.com.br). Acesso: 10 mar 2023.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio Amoipirá-Tupinambá.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2021a.

LAMING-EMPERRAIRE, Annete. **Guia para o estudo das indústrias lticas da América do Sul (Manuais de Arqueologia).** Curitiba: Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, 1967.

LEÃO, Aroldo Ferreira. **Pau-de-Colher: contextos e sentenças.** Recife: Bagaço, 2020.

LIMA, Luara Ferreira; KESTERING, Celito. Os Ceramistas de São Lourenço do Piauí. *In*: KESTERING, Celito. (Org.) **Anais da IV Exposição – III Ciclo de Palestras do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato Além dos Cem Anos.** Programa de Educação Tutorial do Grupo de Arqueologia. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 148-162, 2015. Disponível em: [www.celitokestering.com.br](http://www.celitokestering.com.br). Acesso: 17 mar 2023.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística.** Brasília: CONFEA, 2007. Disponível em:  
<http://www.agrisustentavel.com>. Acesso: 15 jun 2021.

MATOS, Lennon Oliveira. **Os impactos da mineração nas comunidades do território quilombola Lagoas, no Piauí.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), 2019.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História Política do Baixo Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo**. 1989. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. In: LIMA SOBRINHO, Tenório Batista. **Negros da Terra – Fichamento**. Disponível em: <https://mail.google.com>. Acesso: 06 mai 2023.

MORAES, José. Luiz de. Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA Marise Campos de; BASTOS Rossano Lopes; GALLO Haroldo. (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. v. 1, p. 191-220. São Paulo: CONAP, 2000.

MOTT, Luiz. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira. (Org.). **Peões, Gaúchos, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil**. Universidade de Passo Fundo, p. 15-52, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 17 jan 2023.

MOURA, Fabíola. **Guerra de Pau de Colher**. YouTube, TV Caatinga. Petrolina: UNIVASF, 2015. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 28 fev 2023.

PRADO, Marcelo da Silva. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto SRN nos Municípios de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato – Sudeste do Piauí**. Processo IPHAN-Piauí Nº 01402.000246/2019-30. Agosto de 2021.

RECKZIEGEL, Cristiano. **Guerra do Pau de Colher**. YouTube, Conexão Futura – Canal Futura. 2015. <https://www.google.com>. Acesso: 01 mar 2023.

RENFREW, Colin; BAHN Paul. **Theories, Methods and Pactice**. 4 ed. London: Thomas & Hudson. 2011.

RIBEIRO, Amarolina. **Geografia do Piauí**. 2023. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso: 24 abr 2023.

RIBEIRO, Marcelo Alves. **Arqueologia, paisagem e materialidades do movimento do Pau de Colher (1937 - 1938)**. 2019. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso: 06 mar 2023.

RODRIGUES, Gregório Manoel. **Pau de Colher, Casa Nova, BA**. YouTube - Comissão Pastoral da Terra. 2018. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso: 04 mar 2023.

SANTOS, Angélica Assis dos. **Ficha do Levantamento de Informações Orais: Roda e Ofício dos Metres de Capoeira**. 2022.

SANTOS, Daniela. **Mensagem veiculada em rede social**, no dia 2 de dezembro de 2021.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão Baiano: 1640-1750**. 2010. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://mail.google.com>. Acesso: 30 set 2022.

SILVA, Amanda Paes Landim; SILVA, Andreiza Oliveira; GIRÓ, Jéssica da Mota Ribeiro; KESTERING, Celito. Dança da Roda de São Gonçalo. In: KESTERING, Celito. **Anais do Projeto Caatinga**. Fundação SOS São Francisco e Universidade Federal do Vale do São Francisco, p. 125-146. Petrolina: UNIVASF, 2016.

SILVA, Vanderleia Lima da. **Arqueologia Pública, Memória e Valorização do Patrimônio Cultural em um Território Quilombola: estudo de caso da Roda de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato**. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2017.

VESTIGIUM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto SRN (Municípios de Bonfim do Piauí, Dirceu Arcoverde, Fatura do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato – Piauí/PI)**. Processo IPHAN - PI nº. 01402.000246/2019-30. 2022.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011). Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso: 02 abr 2023.

WIKIPÉDIA. Padre Cícero, líder católico e coronelista, causa primeira dos movimentos religiosos que culminaram no “Caldeirão” e “Pau de Colher”. 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso: 01 mar 2023.



## **ANEXOS**

- 1 Certidão de Casamento de Manoel dos Santos Reis**
- 2 Certidão de Batismo de Ladislau**

## 1 Certidão de Casamento de Manoel dos Santos Reis



PARÓQUIA CATEDRAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO  
Diocese de São Raimundo Nonato  
Rua Professor José Leandro, 100 - Tel. (89)3582-2792  
64 770-000 - São Raimundo Nonato - PI  
CNPJ 06.822.142/0003-82

### CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro 10 Folha: 96 Nº 2.013

Aos vinte e cinco de julho de mil novecentos e dezenove, na Matriz de São Raimundo Nonato. Não havendo impedimentos, receberam-se em matrimônio: MANOEL DOS SANTOS REIS E MARIA ANTÔNIA BRAGA. Ambos naturais e paroquianos desta freguesia.

O Padre Marcos Francisco de Carvalho, foi quem os casou.

Foram testemunhas: José Luiz dos Santos e José Ferreira dos Santos

Ele, solteiro, com vinte e dois anos de idade.

Filho Legítimo de: João Luiz Ferreira dos Santos e Luiza da Mãe de Deus.

Ela, solteira com vinte anos de idade.

Filha Legítima de: José Fernandes Braga e Maria Francisca Braga.

"Copiado fielmente da anotação original."

*Cân.: 1331, 1ª. Pode ser punido com justa pena, conforme a gravidade do delito: quem forja falso documento eclesialístico público ou altera, destrói ou altera, destrói ou oculta um autêntico, ou usa do falso ou alterado.*

Para constar mandei lavrar esta certidão que assino.

Obs.: Extraído para fins de documentação

PARÓQUIA CATEDRAL  
DE SÃO RAIMUNDO NONATO

Pe. Alaércio de Carvalho Sousa - Pároco

*João Batista Negreiros*  
João Batista Negreiros - Secretário

São Raimundo Nonato- PI, 08 de junho de 2022

## 2 Certidão de Batismo de Ladislau Paes Landim



PARÓQUIA CATEDRAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO  
Diocese de São Raimundo Nonato  
Rua Professor José Leandro, 100 – Tel: (89)98148.3353  
CNPJ 06.822.142/0003-82

---

### CERTIDÃO DE BATISMO

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE REVENDO OS LIVROS DE BATIZADOS DESTA PARÓQUIA, ENCONTREI NO LIVRO: 38 FOLHA: 37 Nº 443

- No dia dez de agosto de mil novecentos e vinte e seis, em São Lourenço. O Padre Francisco Freiria, batizou solenemente à:  
**LADISLAU**  
Nascido no dia: três de setembro de mil novecentos e vinte e cinco.  
Filho Legítimo de: Manoel Paes Landim e Carolina dos Santos  
Sendo Padrinhos: José Caetano dos Santos e Mônica Ribeiro de Santana

Cân.: 1331, 1ª. Pode ser punido com justa pena, conforme a gravidade do delito: quem forja falso documento eclesiástico público ou altera, destrói ou altera, destrói ou oculta um autêntico, ou usa do falso ou alterado.

Para constar mandei lavrar esta certidão que assino.

---

OBS.: EXTRAÍDO PARA FINS DEDOCUMENTAÇÃO

Obs.: Casou-se com: Maria da Luz Landim. Na Capela de Queimada da Roça, no dia 04.10.1978

PARÓQUIA CATEDRAL  
DE SÃO RAIMUNDO NONATO

*João Batista de Negreiros*  
Pe. Alaercio de Carvalho Sousa- Pároco/João Batista de Negreiros- Secretário  
São Raimundo Nonato- PI,  
11 de agosto de 2022

O desenvolvimento que se quer brasileiro, sabe-se inalcançável por gritos autoritários, à margem do fluxo dos anseios populares. Concebe-se conseguiu-lo, somente pelo conjugar do verbo esperar, em seguir sem pestanejar a estrela da harmonia que se deseja guiar também os mineradores paulistas aos inselbergs de ferro magnético, junto aos quais se fez humano o sonho nativo da vida em qualidade plena. No território das Lagoas, à saia das serras Dois Irmãos e da Capivara, pretendem os aventureiros desbravadores, em dia presente e regime de partilha, desfrutar o sabor do mesmo peixe flechado (Piau-uí) que, por milênios, alimenta a população nativa local.

Em solo pindorâmico de território nordestino, estima-se miscigenarem-se as utopias messiânicas dos filhos do Semiárido, com os sonhos bandeirantes, a migrarem de confins natais sudestinos, em busca de explorarem-se as jazidas de riquezas minerais. Nesse chão da diversidade, envolta em singelos rituais autóctones, preciosos artefatos líticos, fragmentos cerâmicos, vestígios de espíritos encantados e frações do sistema de comunicação de grupos pré-históricos, eles encontram quilombolas a afagar o sonho tapuia da Terra sem Males, a mesma utopia do Reino que o Nazareno Sonhador acalentava a todos os humanos.

Nunca é demais lembrar que, nesse território sagrado, o Verbo fez-se e refaz-se carne, para habitar o coração dos homens e mulheres de boa vontade. Ao rochedo nativo que, ao longo dos séculos, a Coroa Portuguesa Colonialista, Casa da Torre, Dinastia Bragantina, República Presidencialista e Arqueologia do Saque vilipendiaram, augura-se o respeito, como pedra angular de frutífera relação dialógica permanente entre mineiros e mocambeiros. Viva a Terra Sem Males, Adjunto às Lagoas de Meu Piauí!

Celito Kesting  
Arqueólogo Coordenador

